

PARTE I

O LUGAR DA CRIANÇA NA FAMÍLIA: ITINERÁRIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Capítulo 1

Alguns tópicos e pistas de reflexão para uma sociologia do lugar dos filhos nas famílias contemporâneas

O presente capítulo constitui o primeiro ponto de ancoragem deste itinerário teórico, no qual procuraremos sistematizar alguns tópicos e pistas de reflexão que têm concorrido para a elevação do lugar da criança nas famílias contemporâneas a objecto de interesse sociológico, não desprezando, evidentemente, os olhares interdisciplinares que têm contribuído para enriquecer o estado da arte sobre esta temática. Mas, antes de mais, faremos uma breve incursão pelo passado, para darmos conta da marca do tempo histórico numa realidade social em incessante reinvenção. Com efeito, a família restrita e afectiva tal como hoje a conhecemos, que se organiza em torno da criança e das suas necessidades universais de amor, segurança, disciplina, vigilância e investimento, é uma obra da alvorada da modernidade. O que se deixa para trás é um quadro social e familiar bem mais inóspito e desprotegido, onde as “condições de vida são duras tanto para as crianças como para os adultos” (Segalen, 1999, p.186). Ariès legou-nos uma imagem de síntese poderosa, onde sobressai o contraste do que era o lugar da criança na família nos tempos medievais e nos tempos modernos: “Il y a deux types de familles. Dans le premier, la personne de l’enfant est négligée. Seuls importent le patrimoine et sa main-d’oeuvre. C’est un type fécond. Dans le second, la fortune du ménage repose essentiellement sur l’enfant et son avenir. C’est un type malthusien” (1971, p.343). Imagem simplificadora? Certamente. Mas talvez não por acaso, já que foi pretexto para um aceso e fecundo debate intelectual. Ademais, vale bem pela sua força ilustrativa.

1.1. Viagem ao passado: a “primeira revolução contraceptiva” e a sentimentalização da infância

Se há uma referência inevitável para quem pretende pensar o lugar dos filhos nas famílias contemporâneas, ela é a que está encerrada na tese resumida nas palavras de Saraceno: “A família moderna como família afectiva nasce de uma redefinição do lugar dos filhos (...): de elos da cadeia geracional que perpetua uma linhagem, ou de força de trabalho em miniatura e em formação, com objectivos em si, a centro afectivo e simbólico da própria afectividade familiar (...). Este processo, que acontece em vários tempos e fases, é acompanhado por uma transformação, por assim dizer, quantitativa da

presença dos filhos na família, que vê diminuir progressivamente o número de filhos por família à medida que a sua importância afectiva aumenta” (1997, p.122). Trata-se, como é óbvio, da tese da sentimentalização da infância, que ao articular dois fenómenos que despontavam lentamente nas sociedades ocidentais modernas – o novo sentimento em relação à criança e o controlo intencional dos nascimentos por parte dos casais – apontou um caminho para o entendimento da própria génese da família moderna. Numa primeira fase, este longo processo de redefinição do lugar dos filhos foi descortinado pela demografia histórica, que, ao deparar-se com a originalidade da paisagem demográfica francesa, deu a conhecer o seu malthusianismo precoce, prenunciador dos comportamentos procriativos das sociedades ocidentais em geral. Numa segunda fase, compelida por esta descoberta, a história das mentalidades embarcou na auscultação dos porquês da nova disposição perante a sexualidade e a procriação, desvendando a emergência de um pulsar sentimental que gradualmente se insinuava na vida familiar, revolucionando as relações no seu interior e em especial a atitude face à criança.

1.1.1. A “primeira revolução contraceptiva” e a precocidade francesa

Durante algum tempo, a paisagem demográfica da sociedade francesa mereceu atenção pela sua singularidade no mapa da Europa. Um dos traços que a caracterizou, entre o princípio do século XIX e meados do século XX, foi a quebra relativa da sua população no contexto europeu, como constataram Bardet e Dupâquier (1986): em 1800 representava 15,6% da população europeia, enquanto que em 1940 já só representava 8%. Curiosamente, quer a mortalidade, que não parou de recuar nesse período, quer a nupcialidade, que viu reduzir tanto a idade média da mulher no primeiro casamento como o celibato definitivo, quer a emigração intercontinental, que foi menos expressiva em França que noutros países, não poderiam explicar a evolução daquele indicador. Em contrapartida, a fecundidade francesa desceu 55% de meados de XVIII a meados de XX e até 1920 manteve-se a mais baixa da Europa, data em que se generalizou o recuo em termos europeus. Naquele período, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹ passou, então, de 5,5 para 2,0 filhos (Leridon, 1987a). Mas é concretamente entre 1800 e 1880 que se coloca, segundo aqueles autores, a questão da especificidade francesa: enquanto

¹ “*Índice Sintético de Fecundidade*: indicador conjuntural que informa sobre o número médio de filhos que cada mulher, no final do período fértil, teria se as condições de fecundidade observadas num determinado momento se mantivessem inalteradas no percurso dessas mulheres pelas várias idades do período fértil” (Rosa e Vieira, 2003, p.164).

que em França a taxa de reprodução desceu para um valor inferior a 100², noutros países europeus (como na Suécia, na Inglaterra e na Alemanha), com o impacto da revolução industrial, sucedeu exactamente o oposto, a taxa de reprodução tendeu a subir seguindo-se a sua estabilização: “La France semble donc, seule en Europe, avoir échappé entièrement aux conséquences démographiques de la révolution industrielle: contrairement à tout ce qui a été observé ailleurs, la baisse de la fécondité y a accompagné et parfois même précédé celle de la mortalité. Cela pose la question du comment et du pourquoi” (Bardet e Dupaquier, 1986, p.7).

Estes autores ensaiaram a resposta para explicar este cenário de excepção: foi a difusão precoce entre os franceses de práticas de controlo intencional dos nascimentos que levou à queda expressiva da fecundidade. Na verdade, até então a fecundidade e o número de filhos eram determinados basicamente por dois reguladores: o *regulador natural* da morte, ou seja, a elevada mortalidade neonatal e infantil, mas também materna, resultante de complicações na gravidez e no parto; e o *regulador social* do casamento tardio e do celibato feminino definitivo, que reduziam mais ou menos drasticamente a carreira reprodutiva das mulheres. Como disse Saraceno a propósito do primeiro, “com uma matemática biológica dramática, pode dizer-se que cada família (ou melhor, cada mulher) fazia o dobro dos filhos que efectivamente sobreviviam (...). Taxa de fecundidade e número de filhos vivos por família não coincidiam numa medida hoje impensável” (1997, p.123). Com efeito, da geração de mulheres francesas nascidas em 1750, apenas metade atingiu os 15 anos e apenas um terço atingiu os 50 anos (Leridon, 1987a). O *regulador social* tinha, de igual modo, um impacto significativo: só o casamento tardio reduzia em 40% o período fértil da mulher, que na altura se situava entre os 16 e os 41 anos (idem). A acção dos dois reguladores era, no entanto, distinta: enquanto que o primeiro corrigia uma fecundidade elevada à custa da mortalidade infantil; o segundo funcionava de maneira a preveni-la, de tal modo que o casamento tardio constituía, “segundo a célebre frase de Pierre Chaunu (...), «a verdadeira arma contraceptiva da Europa clássica»” (Segalen, 1999, p.140).

Deste panorama social e demográfico comum às sociedades europeias de Antigo Regime – caracterizado por famílias prolíficas, ceifadas por uma mortalidade elevada e em que o controlo da fecundidade era essencialmente exercido por forças exógenas (o

² A taxa de reprodução corresponde à proporção em que uma geração é substituída pela seguinte, ou seja, o número de filhas que substituem 100 mulheres ao fim de uma geração. Em França, a substituição das gerações deixou de ser assegurada a partir de 1890 (Bardet e Dupâquier, 1986, p.6).

acesso tardio e restrito ao mercado matrimonial) – sobreveio a crença de que esta sociedade não contraceptiva veio dar lugar a uma sociedade contraceptiva, no momento em que os casais passaram a dirigir a fecundidade no quadro da sexualidade conjugal (Segalen, 1981/1999). Mas, como referiu McLaren, “os que indagam *quando* começou a fertilidade a ser «controlada» evitam, consciente ou inconscientemente, encarar a possibilidade de que talvez ela tenha sido *sempre* controlada” (1997, p.9). Recuando até às práticas contraceptivas da Antiguidade Clássica, o autor defendeu que todas as sociedades são contraceptivas, na medida em que todas elas, ou determinados grupos no seu interior, procuram controlar a fecundidade. Trata-se, portanto, da *falsa questão da fecundidade natural*, como referiram Bardet e Dupâquier (1986). De facto, aos dois reguladores da fecundidade no Antigo Regime somavam-se mais algumas práticas, que a montante limitavam o risco de concepção e a jusante corrigiam a hiper-fecundidade das famílias: o recurso a meios contraceptivos primitivos, como ervas e beberagens; o aleitamento prolongado, que dilatava o intervalo entre dois nascimentos para 25-30 meses (Leridon, 1987a); a abstinência sexual em determinados dias da semana e em datas litúrgicas, cujo efeito era visível nas curvas baptismais das paróquias francesas nos séculos XVII e XVIII (Bardet e Dupâquier, 1986); o recurso ao aborto, ao abandono dos recém-nascidos e ao infanticídio, em especial dos filhos ilegítimos³.

Ora, se não é correcto “dizer que no passado a fecundidade fosse completamente incontrolada” (Saraceno, 1997, p.124), o que aconteceu de original, numa sociedade profundamente católica como era a francesa dos finais do século XVIII, foi a difusão entre os cônjuges de uma prática contraceptiva que até aí estava cingida à prostituição: o coito interrompido. Esta nova atitude dos casais franceses, consubstanciada na vontade de limitar os nascimentos através do controlo masculino do acto sexual, ficou conhecida pela “primeira revolução contraceptiva” (Leridon, 1987a; Segalen, 1999), pelo alcance que teve na curva da fecundidade francesa: “la première révolution contraceptive s’était accomplie dans l’intimité des foyers, indifférents aux soubresauts de l’histoire politique et sociale, sourds aux débats des places publiques sur «la dépopulation» de la France, et probablement muets dans les confessionaux...” (Leridon, 1987a, p.14). Segundo Bardet e Dupâquier (1996), através do recurso ao coito interrompido (e às restantes práticas

³ Bardet e Dupâquier (1986) defenderam que o recurso a estas práticas teve menos significado e impacto do que alguns autores fizeram crer. Através da análise de tábuas de mortalidade verificaram a regularidade temporal da sobremortalidade do sexo masculino, quando são os bebés do sexo feminino as principais vítimas de infanticídio. Não obstante, com algumas reservas, os autores avançaram que o grupo mais exposto ao infanticídio era o dos filhos ilegítimos, principalmente nos campos, na medida em que morriam mais frequentemente que os filhos legítimos.

anticoncepcionais antigas), a fecundidade francesa sofreu uma quebra de 58% entre 1740 e 1940, enquanto que após a introdução de métodos mais sofisticados (como a pílula e o dispositivo intra-uterino) e a legalização do aborto, a quebra foi de 38% entre 1964 e 1984. Comentou Segalen a este propósito: “De um ponto de vista estatístico, a eficácia desta contracepção é grande, já que reduz o número de nascimentos; ao nível de cada casal, é menos segura: mesmo «tendo tido cuidado», eufemismo que designa a dissociação entre prazer e risco de fecundação, nascem mais crianças do que o desejado” (1999, p.178).

Ora, desde os anos 50 que a demografia histórica tem desempenhado um papel fundamental, ao chamar a atenção para as mudanças ocorridas nos comportamentos procriativos dos casais, que transformaram uma fecundidade antiga e quase fatalista, sujeita a reguladores *naturais* e *sociais* e a algumas práticas arcaicas, numa fecundidade moderna e contida, assente num *malthusianismo hedonista* (Challier, 1986), onde o “evitar” deixa de estar ligado à renúncia ascética da sexualidade (celibato, casamento tardio, abstinência conjugal) e sim à sua domesticação pelo recurso ao coito interrompido. Mas, então, como se explica a vaga de malthusianismo que atingiu precocemente os franceses? Vamos, portanto, indagar os *porquês*.

1.1.2. A sentimentalização moderna da infância

A tese da sentimentalização da infância, trazida a público na alvorada dos anos 60 pela mão de Ariès, constitui um marco cimeiro nas Ciências Sociais, não só porque inaugurou um tema caro à história das mentalidades, mas também porque *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime* (1988 [1960]) passou a referência obrigatória, mesmo fora do seu círculo disciplinar, para todos aqueles que dirigem um olhar sobre o lugar da criança na família ou da infância na sociedade. Em linhas gerais, a tese defendida por Ariès é a seguinte: a precocidade do malthusianismo francês, tema então debatido pela demografia histórica, é sintoma de uma revolução das mentalidades que transporta um novo olhar sobre a infância. Como disse o autor: “Não é de admirar que esta revolução (...) sentimental tenha sido, a longo prazo, acompanhada de uma vaga de malthusianismo demográfico, de uma redução voluntária dos nascimentos, observável a partir do século XVIII” (1988, p.13). À medida que se vai desenvolvendo uma nova atitude em relação à criança – simultaneamente afectiva, atenta e pedagógica – os casais começam a aspirar à limitação da descendência, de modo a investirem em cada filho,

que passa a ser único e insubstituível. Trata-se, segundo Gélis (1990), do início de um processo que conduziria à individualização da criança. Deste modo, a adopção de práticas contraceptivas mais diligentes torna-se uma necessidade, de forma a realizar toda uma estratégia familiar que tem a criança no centro, enquanto sujeito a acarinhar, a proteger, a educar e a moralizar. Ora, como nos disse Bandeira, foi, sem dúvida, Ariès “quem melhor definiu a ligação entre a transformação da família tradicional e a mudança dos comportamentos procriadores, ao relacionar duas descobertas decisivas: a descoberta do sentimento da infância e a descoberta de «que se pode modificar no próprio corpo as leis da natureza» (...), o instrumento de que ela necessitava para gerir a procriação, em função desse novo objectivo, o qual consistia em servir os filhos em vez de os utilizar” (1996, p.419). Mas esta revolução mental, que modificou profunda e indelevelmente a atitude face à criança e à procriação constituiu, na verdade, uma conquista burguesa de finais de quinhentos, tendo sido preciso decorrer mais três séculos para que passasse a impregnar as relações familiares de um modo generalizado.

Apesar de procurar demarcar-se da perspectiva de Ariès, que é edificada a partir de fontes literárias e artísticas que apenas contam a história da pequena elite francesa, a verdade é que *A formação da família moderna* de Shorter (2001 [1975]), que se propõe iluminar o quotidiano das grandes massas silenciosas das sociedades europeias, vai de encontro a muitas das teses de Ariès. Um desses pontos de convergência é, justamente, a ideia de que a partir de dada altura surgiu um novo sentimento no seio da família, antes desconhecido, em relação à criança: o *amor maternal*. Tratou-se, aqui também, de um sentimento eminentemente burguês⁴, gerado na trama da intimidade doméstica crescente entre a mãe e o seu bebé. Aliás, ambos os autores estão de acordo em apontar o novo olhar sobre a criança como a chave do processo que conduziu à modernização da própria família. Nas palavras de Ariès: “A família modifica-se profundamente na medida em que modifica as suas relações internas com a criança” (1988, p.258). A família deixa assim de organizar-se em torno da autoridade patriarcal, como até então acontecera, para passar a organizar-se em torno e em função da criança: “Le réseau

⁴ Uma originalidade do trabalho de Shorter foi a de imputar a modernização da família a diferentes classes. Se o *amor maternal* foi uma invenção burguesa, o *amor romântico* foi uma invenção da classe operária urbana: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o acesso ao salário e o anonimato urbano permitiram a esta classe o *corte das amarras* tradicionais, substituindo os interesses da *razão* pelos do *coração* na escolha do cônjuge. Segundo Shorter, se Ariès defendia que o casamento se mantinha um acto social estranho ao sentimento ainda no início do século XIX, era, precisamente, devido ao elitismo da sua história, que passou ao lado da *maré sentimental* da classe operária. Trata-se de uma proposta clássica no âmbito da tese da modernização, de que falaremos mais à frente, mas também algo incauta em relação às duras condições de existência do operariado europeu do século XIX.

affectif peu à peu tissé entre la mère et le bébé allait finir par envelopper les enfants plus âgés et le mari: comme si la fragilité même de la vie du tout-petit exigeait la création d'un cadre aussi délicat qu'elle-même pour être préservée" (1977, p.255).

Esta emergência do interesse da família pela criança não só conduziu, como constatou Ariès, à redução da fecundidade, como à promoção da própria sobrevivência da criança: "Flandrin mostrou que a diminuição da mortalidade infantil que se observa no século XVIII não pode ser explicada por razões médicas e higiénicas; as pessoas passaram apenas a não deixar morrer ou ajudar morrer os filhos que não desejavam" (Ariès, 1988, p.19). Ora, esta questão remete para a tese da indiferença tradicional, de que falaremos em seguida.

Da indiferenciação e indiferença pré-modernas...

Com efeito, nas sociedades de Antigo Regime, a afeição e os laços sentimentais não constituíam ingredientes necessários à vida familiar. A existência e o equilíbrio da família fundavam-se em prerrogativas de natureza instrumental, pois esta era, antes de mais, um anfiteatro de produção e reprodução, de entreaajuda quotidiana e partilha de um ofício, de transmissão patrimonial e defesa da honra, "num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher, não podiam sobreviver isolados" (Ariès, 1988, p.11). A vida familiar decorria numa esfera pública e densa, simultaneamente acolhedora e coerciva. Era a vigilância onnipresente da comunidade que permitia manter a ordem no interior do espaço doméstico, mas esta invasão era não só necessária como facilitada pela sua abertura ao exterior e à circulação de gentes. Neste quadro tradicional, a "passagem da criança pela família e pela sociedade era demasiado breve para que houvesse tempo e motivos para a infância se gravar na memória e afectar a sensibilidade" (idem, p.10), de tal modo que, desde cedo, a criança era retirada ao universo familiar. A sua entrega a uma ama-de-leite era uma prática tão comum, que Lebrun (1986) comentou que a sua verdadeira entrada na família ocorria não com o nascimento, mas com o retorno da ama, aos dois anos ou mesmo mais tarde. Ultrapassada a primeira infância, em que a sobrevivência era precária, a criança passava directamente a partilhar o quotidiano com os adultos por intermédio da prática do aprendizado. Como diz Ariès: "Nunca será demais insistir na importância que devemos atribuir ao aprendizado. Este obriga as crianças a viver no meio dos adultos, que assim lhes comunicam o saber-fazer e saber-viver. A mistura das idades a que leva o aprendizado parece-me ser um dos traços

dominantes da nossa sociedade, desde o meio da Idade Média até ao século XVIII” (1988, p.18). A socialização da criança ocorria neste meio heterogêneo – constituído pelo parentesco, pela vizinhança e pela comunidade – e o seu estatuto social era indiferenciado, ou seja, em tudo idêntico ao do adulto. Esta ausência de *sentimento da infância*, de consciência da especificidade e fragilidade da criança, ficou bem ilustrada na pintura da época, como nos revelou Ariès, na qual a criança era representada como um pequeno adulto, em nada se distinguindo dele senão pela sua reduzida estatura.

À tese da indiferenciação veio aliar-se outra também amplamente acolhida pelos historiadores das mentalidades: a tese da indiferença tradicional. De facto, a constatação da elevada mortalidade infantil nas sociedades de Antigo Regime, associada à repetição de gestos negligentes ou prejudiciais nos cuidados aos bebés e às crianças, influenciou o trabalho de vários autores, que ventilaram, com maior ou menor prudência, a hipótese do infanticídio deliberado. Uma prática suspeita era o costume de colocar a criança a dormir na cama dos pais, que conduzia frequentemente à sua morte por asfixia. Ariès referiu a persistência, até ao final do século XVII, dessa forma de “infanticídio tolerado”, “praticado em segredo” e “camuflado sob a aparência de acidente” (1988, p.19). Lebrun comentou e justificou a este propósito: “Pourquoi les status synodaux des XVII^e et XVIII^e siècles rappellent-ils si souvent aux parents l’interdiction de coucher dans leur lit leurs tout jeunes enfants au risque de les retrouver étouffés le lendemain matin, sinon parce que cette pratique reste enracinée, témoignant, au mieux, d’une étonnante négligence, au pis, d’une volonté avouée ou inavouée d’infanticide? (...) Souvent non désirés, très nombreux, ils sont infiniment moins précieux qu’ils ne le deviendront plus tard: la disparition de beaucoup d’entre eux est ressentie comme une nécessité quasi biologique et la plupart des parents opposent à ces coups répétés du sort une résignation fataliste” (1986, pp.250-251). Também Shorter (2001 [1975]) e Badinter (s.d., [1980]) viram nesta prática, tal como noutras mais ou menos recorrentes, a manifestação da grande indiferença a que as crianças estavam votadas nas sociedades pré-modernas. A ausência de princípios de higiene, o enfaixamento do corpo e a alimentação indigesta, o abandono de bebés e mesmo de crianças já crescidas, a recusa do aleitamento materno e a entrega dos recém-nascidos a amas *mercenárias*, o desigual tratamento dos filhos em função da sua identidade social, com prejuízo das raparigas e dos mais novos, a vulgarização do aprendizado e a não comparência dos pais nos enterros dos filhos, em especial dos de tenra idade, eram características dessa relação tradicional com a criança marcada pelo desinteresse, a negligência e mesmo a mais

elementar falta de afeição. Estes autores assumiram, inclusive, posições inflamadas nesta matéria. Ao contrário da tese defendida pela maioria dos historiadores, que a indiferença parental seria a resposta natural à elevada mortalidade infantil, uma estratégia de auto-defesa perante uma fatalidade tantas vezes repetida, Badinter e Shorter inverteram os termos da equação propondo que a razão dos primeiros anos de vida era resultado da falta de afeição, ou antes, de amor maternal nas sociedades pré-modernas: “A elevada taxa de perda de bebés não constitui explicação suficiente para a falta de amor maternal tradicional *precisamente porque era esta falta de cuidados a responsável pela mortalidade elevada*” (Shorter, 2001, pp.219-220). Ou como referiu Badinter, de modo ainda mais contundente, “não era porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas era, em grande parte, porque as mães não se interessavam pelos seus filhos que estes morriam em tão grande número” (s.d., p.83).

Mas esta tese da indiferença tradicional foi profusamente rejeitada por outros autores, que procuram fazer luz sobre a indexicalidade de fenómenos sociais estranhos à sensibilidade dos cientistas sociais contemporâneos. De facto, num trabalho que visou reconstituir o sentido inerente aos cuidados infantis, Loux (1978) devolveu a verdadeira natureza a determinados gestos, nomeadamente aos princípios alimentares criticados por Badinter. O caldo de leite e farinha, que se dava a partir do primeiro mês de vida, detinha uma dupla eficácia: destinava-se a educar o estômago do bebé para a alimentação sólida, mas também a conferir ao pai um espaço, mesmo que simbólico, na criação do bebé, como testemunhava o provérbio bretão: “Pain d’homme et lait de femme font venir les enfants forts”. Gélis (1984), numa auscultação das crenças e dos rituais em torno da concepção, da gravidez e do parto, encontrou a angústia impotente das mulheres perante o elevado risco associado ao nascimento. Apesar do vasto número de dispositivos e preceitos que se mobilizavam para fazer frente à morte, esta era o adversário temível que rondava o leito materno e o berço do bebé. Como disse Saraceno, “são exactamente as práticas de cuidados e educação tradicionais que nos parecem às vezes bárbaras e pouco atentas (...) que revelam na realidade uma forte preocupação de protecção contra os perigos de uma morte que parece atingir pessoas ao acaso e fora de qualquer possibilidade de controlo” (Saraceno, 1997, p.123). Em duas pesquisas distintas sobre a realidade do abandono de bebés na sociedade parisiense do século XIX, Cadoret e Fuchs demonstraram como a colocação dos recém-nascidos na roda dos asilos era ditada pela pobreza extrema de jovens mulheres, que, por vezes,

conseguiam reaver os seus bebés empregando-se como amas-de-leite desses mesmos asilos e recebendo um salário para criarem os seus próprios filhos (em Segalen, 1999, p.183). Como esclareceram estes trabalhos, a afeição pela criança não estava de todo ausente da sociedade tradicional. A sua manifestação, histórica e culturalmente delineada, é que era diferente, surgindo à luz dos dados actuais como sendo imprópria, negligente ou mesmo inexistente. Parafraseando Gélis, custa a crer “que a um período de indiferença pela criança se tenha seguido um outro durante o qual, com a ajuda do «progresso» e da «civilização», tenha prevalecido o interesse... O interesse ou a indiferença para com a criança não são na verdade características deste ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, vencendo uma a outra em dado momento por razões culturais e sociais que nem sempre é fácil destrinçar” (1990, p.326).

... ao duplo sentimento da infância

Mas se a afeição pela criança não era estranha à sociedade tradicional, a afeição tal como hoje a concebemos é uma invenção moderna, como nos ensinou Ariès. Foi, então, no final do século XVI, no seio das famílias burguesas, que o *duplo sentimento da infância* encontrou condições para florescer: o sentimento da *criança-brinquedo*, a criança enquanto fonte indizível de prazer e divertimento, sentimento descoberto no contacto muito estreito entre uma mãe liberta de atribuições produtivas e um bebé liberto da sua *prisão de linho*⁵; e o sentimento da infância enquanto idade específica e vulnerável, que há que cuidar, proteger e formar. O interesse psicológico e espiritual pela criança foi promovido inicialmente por moralistas, pedagogos e homens da Igreja, que viram na educação uma tarefa nobre, postulando princípios educativos a administrar pela própria família. Estes ensinamentos, que recobriam desde os cuidados do corpo à educação moral, como é disso exemplo o clássico *Emílio* de Rousseau (1990 [1762]), foram paulatinamente infiltrando-se na atitude da família face à criança: “O programa educativo e moral que está no centro da família moderna, e que lentamente transforma os filhos de instrumento para as estratégias familiares em objectivos das mesmas, diz respeito, por isso, também à mãe como educadora, mas também como objecto a educar

⁵ Como refere Shorter a propósito da prática do enfaixamento do corpo do bebé (2001, p.213).

na própria «autêntica», «natural» vocação: por parte dos moralistas, dos sacerdotes, também dos maridos” (Saraceno, 1997, p.132).

Mas a modernização da infância só ficaria concluída com a cumplicidade da instituição escolar. A substituição do tradicional aprendizado pela escola na socialização dos membros mais jovens da sociedade constituiu, para Ariès, um marco decisivo neste processo e uma manifestação clara da vontade das famílias em retirar a criança de um universo promíscuo, que já não consideram próprio para responder às suas necessidades específicas de formação e moralização. “Com efeito, a afirmação da escola moderna associa-se fortemente ao nascimento do «sentimento da infância» (...). E emerge contra os fortes laços intergeracionais estabelecidos no contexto das relações quotidianas, de base comunitária, em que crianças e adultos se fundem no exercício de tarefas partilhadas e aprendidas através de uma «socialização prática»” (Vieira, 2005, p.519). E ao fazê-lo, as famílias não estavam a demitir-se do seu papel educativo, como insinuou Badinter (s.d.), mas antes a arrogar-se de um maior envolvimento, resgatando a criança para o interior do espaço doméstico, que também se torna, deste modo, intensamente afectivo, com a descoberta da privacidade e o fechamento ao exterior. Singly resume bem este pensamento: “Même si au départ, l’école éloigne géographiquement l’enfant de sa famille, celle-ci s’en rapproche néanmois affectivement. Grâce à l’école, l’enfant est «rendu» à sa famille” (1993, p.19).

Na verdade, se Shorter (2001) e Badinter (s.d.) vêem na invenção do amor maternal a chave do processo de modernização da infância, outros autores dão ênfase ao outro *sentimento* anunciado por Ariès, a criança enquanto sujeito a educar: “C’est donc moins par amour spontané ou immédiat de l’enfant que son importance change que parce qu’il devient l’object d’un souci éducatif constant” (Dagenais, 1999, p.71). Terá sido esta nova demanda parental, para Dagenais mas também para Singly (1993/1996), o verdadeiro agente da modernização da infância, aliás, também responsável pela edificação dos próprios afectos fundados na empatia e na compreensão. Resumindo: “Contrairement à la famille traditionnelle, la famille moderne ne se reproduit pas elle-même. Par l’éducation, elle vise à former des êtres qui lui échapperont, qui s’émanciperont de sa tutelle (...). Ce souci formateur, éducatif et moralisateur à l’égard de l’enfant est une donnée fondatrice de la modernité” (Dagenais, 1999, p.69).

Ora, é, de algum modo, esta imagem da família moderna que chega aos nossos dias: uma família intencionalmente restrita, afectiva e educadora; e que promove a separação da criança do universo dos adultos por intermédio da escola.

1.1.3. Uma crítica à tese da sentimentalização: outra explicação para a precocidade francesa

A tese de Ariès, de que foi a *sentimentalização da infância* que conduziu à adopção de práticas que promoveram a redução das descendências e a sobrevivência das crianças, não gerou uma aquiescência total entre os seus pares. Por exemplo, Burguière defendeu precisamente o inverso: “La baisse de la mortalité infantile conduit à limiter les naissances pour prévenir une augmentation de la taille des familles; elle incite également à investir beaucoup plus (sur le plan matériel comme sur le plan affectif) dans des enfants dont la naissance et la survie ne sont plus tout à fait le produit du hasard” (1972, p.1121). O autor inverteu, assim, a sequência dos acontecimentos. Para fazer face ao recuo da mortalidade infantil (resultante dos avanços da medicina e da higiene) e da respectiva consequência a nível da dimensão das descendências, os casais passaram a adoptar comportamentos malthusianos. E foi perante esta nova realidade familiar que nasceu a vontade de investir material e afectivamente em cada filho.

Bardet e Dupâquier (1986) recusaram igualmente a tese da *sentimentalização*, mas por razões diversas. A ideia da descoberta histórica do sentimento da infância encerra, para eles, dois pressupostos perigosos: o primeiro, já debatido e refutado, é que antes do século XVIII reinava uma indiferença generalizada em relação à criança; o segundo, é que foram os franceses que estiveram na vanguarda dessa profunda mudança de mentalidades, pressuposto que Bardet e Dupâquier rejeitam categoricamente, pois a sociedade francesa dos séculos XVII e XVIII não reunia condições especiais que lhe tivessem permitido tal singularidade⁶. Trata-se, portanto, de uma tese que não tem força para explicar a precocidade do recuo da sua fecundidade no contexto europeu. Ora, o que realmente particularizou a situação francesa, segundo aqueles autores, foi o recurso generalizado às amas de leite, i.e., a entrega dos bebés a mulheres do campo para criar. Este fenómeno, sobretudo urbano, atingiu praticamente a totalidade dos recém-nascidos em Paris do século XVIII. É, então, esta especificidade no modo de criar os filhos que constitui a chave da precocidade francesa na mudança dos comportamentos no domínio da procriação: por um lado, os bebés entregues às amas morriam mais do que os que eram criados pelas mães (conquanto os autores considerem empoladas as considerações

⁶ Os autores criticaram também outras interpretações da singularidade francesa como a de Burguière – de que a contracepção é a resposta das famílias à queda da mortalidade infantil – pois os restantes países europeus assistiram do mesmo modo aos avanços científicos, técnicos e sociais na luta contra a mortalidade infantil sem verem diminuir a sua fecundidade.

tecidas a este respeito); por outro, as mulheres que renunciavam ao aleitamento materno estavam mais expostas ao risco de engravidar. Por ambas as razões, as famílias seriam “submergées sous une «avalanche d’enfants» si la contraception n’était pas venue contrecarrer cet effect mécanique de la biologie” (Bardet e Dupâquier, 1986, p.22). Com efeito, foi exactamente nos meios sociais onde era mais sistemática a prática do leite mercenário – na burguesia e na aristocracia urbanas – que se registaram os primeiros sinais da limitação das descendências, provavelmente pelo recurso, por parte destes casais, a um malthusianismo de tipo ascético. A pequena burguesia, sensível ao modelo das classes superiores, rapidamente seguiu o exemplo, enquanto que os trabalhadores manuais, mais religiosos e dependentes do valor económico dos filhos, só mais tarde aderiram a práticas malthusianas (idem, p.24).

Mas, como também clarificaram, esta interpretação só é aplicável às famílias urbanas. Nos meios rurais, onde as mulheres amamentavam os filhos e se registava, em consequência disso, intervalos maiores entre os nascimentos, o recuo da fecundidade ocorreu um século mais tarde, a partir da Revolução Francesa. O *novo ambiente moral*, mais esclarecido e dessacralizado que resultou da Revolução foi, segundo os autores, a causa mais provável que esteve na génese da mudança de atitudes face à procriação nas populações rurais (idem, p.30). Posto isto, Bardet e Dupâquier concluíram que houve dois malthusianismos – o urbano e o rural -, que contribuíram de modo autónomo para a precocidade francesa no recuo da fecundidade: nas elites urbanas, desde finais do século XVII, constituía a resposta defensiva contra a hiper-fecundidade resultante da prática frequente do aleitamento mercenário; na população rural, um século depois, pela adesão a modelos e a comportamentos consubstanciados numa nova moral social.

1.2. A “segunda revolução contraceptiva”: os avanços no campo da contracepção e o seu alcance na fecundidade contemporânea

A invenção da pílula hormonal no final dos anos 50 do século XX (Chauveau, 1999) e a sua generalização no contexto europeu cerca uma década depois, inauguraram um novo capítulo, absolutamente decisivo, na já bem longa história de tentativas de domesticação da fecundidade (McLaren, 1997). De facto, esta contracepção oral, bem como o dispositivo intra-uterino (DIU), foram responsáveis por uma mudança sem precedentes na relação entre sexualidade e procriação: a elevada fiabilidade destes métodos, aliada a uma utilização dissociada do acto sexual, libertaram-no, por fim, do

risco da concepção. Trata-se de uma mudança tão emblemática quanto portadora de consequências a nível da fecundidade, de tal modo que ficou conhecida por “segunda revolução contraceptiva” (Leridon, 1987a; Segalen, 1999), em analogia aos efeitos produzidos pela prática generalizada do coito interrompido na época moderna. Não obstante, as duas revoluções contraceptivas encerraram diferenças de fundo, que Leridon não deixou de assinalar. Se a segunda teve um impacto inestimável a nível das experiências procriativas dos casais, em termos demográficos o impacto já foi menos significativo. Exactamente o oposto se passara com a primeira: “Cette baisse précoce de la natalité française (...) a fait passer la descendance moyenne par femme de cinq ou six enfants à *deux* (...). En comparaison, les effets démographiques de la seconde révolution contraceptive ont été limités. Même si l’on attribuait aux nouvelles méthodes contraceptives la totalité de la baisse de la fécondité observée depuis 1965, ce qui (...) serait sûrement excessif, elles ne seraient responsables que du passage de 3 à 2 enfants par femme pour l’indicateur *conjuncturel* de la fécondité” (1987b, p.285).

Apesar do seu alcance geral mais limitado, como explicitou aquele autor, é difícil abdicar de estabelecer uma relação de causalidade directa entre a introdução no contexto europeu das inovações no campo contraceptivo, o que ocorreu na alvorada dos anos 60, e a inflexão da curva da fecundidade que aí teve início pouco depois: “Après avoir enregistré, durant une vingtaine d’années, des niveaux relativement élevés dans la plupart des pays industrialisés, les indices de fécondité du moment amorcent autour de 1964-65 une baisse générale conduisant en dix ans à des niveaux rarement atteints en temps de paix” (Munoz-Perez, 1986, p.447). A simultaneidade dos fenómenos deixaria pouca margem para dúvidas, se vários autores não tivessem alertado para o facto da queda da fecundidade ter precedido, em mais ou menos uma década, a efectiva difusão da pílula e do DIU (Bandeira, 1996; Saraceno, 1997; Segalen, 1999). Então, o que é que isto significa? Justamente, que não se pode atribuir aos progressos no domínio da contracepção a responsabilidade última do recuo da fecundidade europeia. Como a própria cronologia dos acontecimentos deixa bem claro, eles não estão a montante e sim a jusante de uma atitude malthusiana dos casais. Mais do que impulsionar, eles vêm dar resposta à necessidade de reduzir a descendência, constituindo, assim, a ferramenta que faltava para domesticar a fecundidade. De facto, a grande quebra da fecundidade na UE15 ocorreu entre 1965 e 1975, período em que o índice sintético (ISF) desceu de 2,7 para 2,0 filhos. A partir dessa data (especialmente simbólica, na medida em que deixou

de ser assegurada a substituição das gerações⁷) a quebra do ISF foi menos intensa, atingindo o valor de 1,5 em 1989, valor esse que tem oscilado pouco até ao presente (Barreto, 2000; Eurostat, 2005).

Por outro lado, também não é verdade que a adesão a estes novos métodos anticoncepcionais tenha sido imediata, uniforme e universal, quer no quadro europeu quer nos próprios contextos nacionais, tanto mais que a sua comercialização não se fez sem contestação política e religiosa⁸. A partir de inquéritos realizados entre finais de 60 e finais de 70, Bassand e Kellerhals na Suíça (1975) e Leridon em França (1987b) constataram isso mesmo: a relativa acessibilidade e o conhecimento generalizado acerca dos novos métodos não tinham correspondência nas práticas contraceptivas, já que era reduzida a percentagem de casais que os utilizavam efectivamente, apesar da despenalização da contracepção ter ocorrido em 1967 (Chauveau, 1999). A maioria recorria, então, a métodos pouco eficazes – como o coito interrompido, a abstinência periódica e o diafragma –, ou não fazia mesmo qualquer contracepção. De facto, foi só no final dos anos 80 que a pílula e o DIU ganharam terreno a esses métodos, como verificou Segalen (1999) a partir de alguns inquéritos franceses. Algo semelhante foi o percurso trilhado em Itália, onde a pílula, pelo menos durante algum tempo, só foi apropriada por franjas sociais muito circunscritas, mantendo-se nos restantes meios o amplo recurso ao coito interrompido. Inclusivamente, a política pró-natalista do regime fascista adiou ainda mais a mudança de hábitos no país, como fez notar Saraceno, visto que a “difusão de informações sobre a venda de instrumentos contraceptivos enquanto tal foi proibida por lei até 1975” (1997, p.143). Situado o início da descida da fecundidade – aqui de modo ainda mais flagrante – a montante da reunião das condições necessárias à sua efectiva popularização, a autora avançou com a conclusão mais plausível: “não significa, evidentemente, que o desenvolvimento tecnológico, nestes e noutros campos, não tenha significado nem consequências. Pelo contrário, indica que as ligações e as motivações são mais complexas e profundas, e também que velhas e novas

⁷ O valor de referência do ISF para que haja a substituição de uma geração por outra é de 2,1. Este valor encerra o pressuposto que cada mulher deixe uma futura mãe. Mas, para tal aconteça, “é necessário que tenha ligeiramente mais de dois filhos (em média, é claro). E isto porque, em termos estatísticos, a probabilidade de se ter um filho (0,512) é superior à probabilidade de se ter uma filha (0,488)” (Rosa e Vieira, 2003, p.43).

⁸ “Les lois des pays développés interdisaient contraception et avortement – et même l’information à leur sujet (...). Mais, pour lever les réticences des politiques et des esprits religieux, il fallait des arguments d’un autre ordre. Ce sont les préoccupations de contrôle démographique qui vont donner de la ‘moralité’ à la contraception” (Chauveau, 1999, pp.159-160).

atitudes relativamente à sexualidade bem como à procriação sobrepõem-se e combinam-se, mais do que se contrapõem ou substituem de forma clara” (idem).

Ora, se a chegada ao mercado de métodos anticoncepcionais de alta eficácia veio reforçar, mais do que promover, uma disposição contraceptiva perceptível na curva da fecundidade europeia desde os anos 60, o seu alcance foi bem mais notável no plano individual e conjugal. Ao contrário da “primeira revolução contraceptiva”, em que o recurso ao coito interrompido não afastou o risco da concepção do acto sexual deixando sempre a pairar a sugestão de uma gravidez não planeada, a “segunda revolução contraceptiva” veio alimentar a ideia que é possível programar a fecundidade, daqui resultando a ampla convicção que a procriação é uma arena de livres escolhas. Para as mulheres, o impacto desta mudança foi decisivo. Tendo em seu poder uma contracepção eminentemente feminina, como a pílula e o DIU, a conquista do domínio sobre o seu próprio corpo libertou-as de “um destino biológico” (Almeida et al., 1995, p.10)” que se cumpria desde a iniciação sexual (em regra com o casamento) até à menopausa. Mas foi também todo um destino social que passou a ser questionado, ao ser confrontado com outras possibilidades para além do papel maternal: “Libérées des grossesses répétées non désirées, elles pourraient jouer un rôle dans la société aux côtés des hommes. Soulagées de la crainte de la grossesse, elles pourraient s’épanouir individuellement grâce à une sexualité heureuse” (Chauveau, 1999, p.159). Já no plano conjugal, os casais passaram a poder decidir se querem ter filhos ou não e, desejando-os, quantos e quando os querem ter. Trata-se de decisões negociadas, que ao limite apenas aos dois dizem respeito e que implicam, não raramente, a revogação premeditada de “um estado de esterilidade artificial” (Saraceno, 1997, p.142). Como bem resumiu Leridon: “Il est donc clair qu’au-delà de la simple limitation de la descendance, c’est *une maîtrise beaucoup plus complète, un «pilotage» beaucoup plus précis de leur fécondité*, qui est recherché par les couples” (1987b, p.285).

Em suma, a “segunda revolução contraceptiva” abriu caminho a um novo olhar sobre a procriação, que trouxe consigo a ideia da livre escolha. Contudo, vários estudos têm vindo a contribuir para relativizar esta total liberdade das estratégias procriativas, tanto mais que as escolhas parecem caminhar para uma uniformidade crescente.

1.2.1. Os limites da “segunda revolução contraceptiva”: a centralidade da procriação e a “norma dos dois filhos”

Logo nos anos 70 e 80 do século XX, no decorrer da conquista da domesticação da fecundidade, alguns inquéritos franceses e suíços procuraram avaliar a importância da procriação nos projectos de vida pessoais e conjugais. Estava em causa a dissociação crescente entre a sexualidade e a procriação, e a consequente abertura a trajectórias alternativas, como por exemplo aquelas em que os filhos não têm espaço. Mas o que os resultados dos inquéritos devolveram foi, inversamente, a reiteração da centralidade inabalável da procriação. Bassand e Kellerhals (1975) constataram que o objectivo de ter filhos era partilhado por quase todas as mulheres inquiridas, sendo mesmo, para grande parte delas, o principal objectivo das suas vidas. Leridon (1983) deparou-se com um cenário em tudo afim, pelo que concluiu que se trata de um objectivo com força de “evidência psicológica”. Passando do plano das aspirações mais individuais para o plano conjugal, estes autores também observaram que, para o casal, a garantia de felicidade, e mesmo de existência social, ainda era projectada na procriação. Roussel chegou a conclusões semelhantes, pois grande parte dos inquiridos (de ambos os sexos) não acreditavam que uma união podia ser bem sucedida sem filhos, mesmo em situações de infertilidade involuntária⁹: “l’absence d’enfant constitue pour l’opinion générale un handicap difficile, même si les conjoints n’en sont pas responsables. L’enfant se dissocie mal, dans l’opinion, de l’idée de mariage” (1975, p.269). Kellerhals et al., a partir de um estudo a jovens casais no início da vida a dois, também constataram o quão residual era o número dos que idealizavam uma vida sem filhos. No entanto, os autores defendiam que o significado do laço entre procriação e conjugalidade reflectia já uma nova atitude face ao lugar dos filhos na família, pelo que opunham “mariage «traditionnel», où c’est l’enfant qui donne sens au couple, au mariage «moderne», où l’enfant n’est accueilli que si le couple a un sens” (1982, p.192). Mas um resultado interessante, que permitiu destrinçar com mais clareza a razão última desta centralidade dos filhos nas famílias contemporâneas, diz respeito a um inquérito de meados dos anos 80, representativo da população francesa com mais de 14 anos. Convidados a identificarem, entre uma série de configurações domésticas, aquelas que

⁹ Curiosamente, em relação a este cenário de impossibilidade efectiva de ter filhos, havia um maior número de inquiridos a responderem em sentido contrário, i.e., que acreditavam que a união podia ser bem sucedida. Ora, o que esta diferente avaliação significa na prática é que a resposta à primeira questão encerrava um juízo moral em relação à recusa da criança por parte de casais férteis.

consideravam ser uma família, os inquiridos reconheceram amplamente enquanto tal apenas as que incluíam crianças: os casais com filhos, casados ou em união de facto, as mães sós com filhos e os pais sós com filhos. Os casais sem filhos, mesmo se casados, não se encaixavam, portanto, nesta imagem de família. Ora, Barthélémy et al. concluíram que a representação contemporânea de família está fortemente alicerçada na presença da criança e não da relação conjugal (aliás, podendo mesmo existir na ausência desta). Por conseguinte, é a criança que é “le personnage clef, véritablement porteur de l’idée de famille” (1986, p.700). Théry, a propósito da fragilização dos laços conjugais e do aumento do divórcio, defende uma ideia semelhante: “À l’idée d’indissolubilité du mariage, le temps du démariage substitue progressivement celui d’indissolubilité de la filiation, comme le pivot de la sécurité symbolique” (1993, p.123).

Como dizíamos mais acima, embora a “segunda revolução contraceptiva” tenha lançado um desafio aos casais contemporâneos, que ao limite passava pela opção de não ter filhos, a sua centralidade no quadro da vida pessoal e conjugal, e na própria concepção de família, levou a que poucos aceitassem o repto. Como dizia Miller no final dos anos 80: “The nearly universal and generally unquestioned anticipation of parenthood reflects strong cultural values that encourage having and rearing children (...). Few cultural values are held more universally” (1987, p.582).

Esta paisagem parece estar lentamente a mudar. Por um lado, inquéritos a valores apontam para uma menor dependência dos casais europeus em relação aos filhos no que respeita à garantia da felicidade conjugal (Almeida, 2003). Por outro lado, o inquérito do Eurobarómetro sobre as atitudes face à fecundidade revela uma percentagem um pouco mais elevada de pessoas que concebem para si, ou idealizam em termos abstractos, vivências à margem da procriação. Trata-se, inclusivamente, de um ideal que tende a aumentar nas gerações mais jovens (Testa, 2002). Por outro lado ainda, a nível das práticas também tem aumentado a percentagem de mulheres sem filhos (Heaton et al., 1999; McAllister e Clarke, 1998), em especial na Alemanha e na Inglaterra, no que toca a um panorama europeu que é em si mesmo algo heterogéneo¹⁰. Mas apesar destes sinais de mudança, o facto é que continuam a ser poucas as mulheres e poucos os casais que tomam a decisão de não ter filhos, pelo menos de uma forma activa (Heaton et al., 1999; Houseknecht, 1987; McAllister e Clarke, 1998; Toulemon, 1995). A partir da análise de estatísticas norte-americanas do início dos anos 80,

¹⁰ Segundo dados do Eurostat, das mulheres nascidas em 1959, a percentagem das que não tiveram filhos varia entre 26%, no caso da Alemanha, e 7% no caso de Portugal (McAllister e Clarke, 1998).

Houseknecht (1987) verificou que a maioria dos casais sem filhos (cerca de dois terços) não os tiveram devido a problemas de infertilidade involuntária. Como é óbvio, desde então que se fizeram grandes avanços a nível da reprodução medicamente assistida, com impacto no número e tipo de situações de infertilidade para as quais passou a haver resposta, pelo que é provável que hoje seja diferente a relação de forças entre infertilidade involuntária e voluntária (Heaton et al., 1999). Como disse judiciosamente Saraceno: “se os filhos devem vir apenas quando e se forem desejados, cada filho desejado deve por sua vez nascer (...). Estéreis por escolha e pais «a todo o custo» são as duas novas figuras sociais extremas deste processo de redefinição da procriação na família e no curso de vida adulto” (1997, p.146). Mas é um dado consensual nestes estudos mais recentes, que o adiamento do primeiro nascimento para idades cada vez mais tardias e críticas, no sentido em que coincidem precisamente com o declínio dos níveis de fertilidade, motivado por variadíssimos factores – as trajectórias escolares longas, a procura de estabilidade profissional, económica ou mesmo conjugal – tem uma cota parte de responsabilidade bem mais significativa no desenho desta tendência do que as decisões consistentes e elaboradas de antemão. De facto, mesmo aqueles que assumem ou acabam por acatar esta decisão, e em particular as mulheres, não deixam de sentir que fizeram uma escolha ao arrepio do que é socialmente esperado. McAllister e Clarke, a partir de entrevistas compreensivas, encontraram essa ideia da procriação enquanto norma de conduta: “the sense of parenthood as a norm to which one is expected to conform” (1998, p.50). Aliás, trata-se de decisões que não reflectem a rejeição da criança em prol de investimentos e valores alternativos, mas a insegurança em relação à capacidade de assumir o papel parental e as responsabilidades inerentes. Como concluem as autoras, “the voluntary childless people in this study emerged as thoughtful and responsible about what parenting might mean (...). Far from being a generation who can ‘have it all’, respondents saw themselves as making considerable effort to maintain a reasonable quality of life without children” (idem, p.58).

Ora, à pressão social generalizada para ter filhos alia-se outra tendência, também normativa, que tem vindo a afirmar-se de modo consistente: a representação de um ideal de descendência norteado para os dois filhos. Com efeito, os resultados de inquéritos europeus conduzidos ao longo das últimas décadas apontam para o redimensionamento de um modelo de descendência que assentava em dois, três e mesmo quatro filhos, para uma representação mais claramente orientada para os dois filhos (Bassand e Kellerhals, 1975; Girard, 1976; Kellerhals et al., 1982; Almeida e Guerreiro, 1993; Testa, 2002).

No final da década de 60, os resultados do inquérito à fecundidade das famílias urbanas de Genebra levaram Bassand e Kellerhals (1975) a referirem a existência de alguma *tensão* entre o ideal abstracto de descendência, que balançava entre os dois e os três filhos, e o ideal situado mais pendente para os dois filhos. O desfasamento era tão evidente, que os autores concluíram o seguinte: “Si les passages d’une grande famille de 7 à 8 enfants à une famille de 2 à 3 enfants a été bien intériorisé (presque personne ne désire aujourd’hui une famille de 4 enfants ou plus), le passage du nombre de trois (qui reflèterait l’idéal) au nombre de deux (qui exprimerait le possible) n’est qu’en partie intériorisé. Pour une partie de la population il est bel est bien le résultat d’une contrainte externe” (idem, p.108). Mas mais três décadas volvidas, o inquérito do Eurobarómetro de 2001 já não deixa margem para dúvidas (Testa, 2002): quer em termos abstractos, de um ideal geral de descendência, quer em termos mais situados, de um ideal que se procura pôr em prática, há hoje um padrão europeu uniforme que gira em torno dos dois filhos; respectivamente, 2,3 e 2,2 filhos em média (dados da UE15). E quando se passa do campo dos ideais para o dos comportamentos efectivos constata-se uma certa tendência para a reprodução desse mesmo ideal, acompanhada de um ligeiro crescimento da realidade do filho único, com a baixa a situar-se a partir do terceiro filho (Roussel, 1989; Saraceno, 1997; Segalen, 1981/1999)¹¹.

Reportando-se à sociedade francesa, mas que reflecte um padrão relativamente comum às sociedades ocidentais contemporâneas, Segalen resume o quadro geral que está, no fim de contas, associado à “segunda revolução contraceptiva”: “Grâce à des techniques sûres à près de 100%, les couples choisissent d’avoir deux enfants, généralement assez rapprochés. Le changement s’inscrit dans la disparition de familles à plus de trois enfants. La proportion de couples sans enfants reste très faible en France, et on observe une augmentation du nombre des couples d’un ou de deux enfants. Apparaît clairement, en France, comme dans les autres pays d’Europe occidentale et d’Amérique du Nord, une volonté délibérée de limiter le nombre de ses enfants à deux, et la mise en place d’un nouveau modèle de famille” (1981, pp.158-159).

É este novo modelo de família que parece balizar, num intervalo afinal estreito, as opções que hoje se colocam no campo da fecundidade, de tal modo que há pouca margem de manobra para outros cenários que não o da “norma (cultural) dos dois

¹¹ Em França, dos nascimentos ocorridos em 1960, 61% eram nascimentos de primeira e segunda ordem e 39% de terceira ordem ou mais, enquanto que em 1994, estes nascimentos já só representavam 21% do total. Nesse ano, Portugal estava entre os países com menos nascimentos de terceira ordem ou mais, 15% do total, enquanto que a Irlanda era o que tinha mais, 34% (Rosa, 2000).

filhos” (Kellerhals et al., 1982; Testa, 2002). Segalen (1999) avança que é, justamente, porque o segundo filho se associa a uma representação mais igualitária da vida familiar. Já Bourguignon (1987) argumenta que neste cenário está inscrito um projecto fraternal, na convicção muito comum de que não é benéfico ser filho único, mas também o desejo, mais inconsciente, do casal se reproduzir a si mesmo – dois pais, dois filhos – como se de um dever social ou moral se tratasse. Semelhante é a opinião de Bassand e Kellerhals: “les parents «miment» dans cette conduite leur relation de couple (...). Ils recréent cette paire qu’ils constituent eux-même” (1975, p.25). E é por esta razão que se enfatiza a ideia de ter um filho e uma filha, em vez de dois filhos do mesmo sexo.

Ora, Kellerhals et al. designam de “modelo único” esta uniformidade dos comportamentos em matéria de procriação e referem que as tentativas que têm sido feitas no sentido de compreendê-lo têm posto em evidência a imagem homogénea da criança na família sentimental e privatizada da sociedade contemporânea. O “modelo (procriativo) único” encerra, assim, a ideia de que à uniformidade das práticas naquele domínio corresponde um quadro também único das necessidades da criança e das suas funções na família. Os autores enunciam os traços que o caracterizam: “[l’enfant] est «privatisé» en ceci que sa venue dépend de la volonté des seuls conjoints et que ses fonctions se rapportent au couple; son rôle est essentiellement affectif; le facteurs que (...) régissent la fécondité (...) sont d’ordre psychologique (...); un grand nombre d’enfants n’est pas nécessaire ou souhaitable pour l’accomplissement de cette tâche affective” (1982, p.192).

É difícil deixar de entrever a herança de Ariès nesta imagem do lugar da criança na família, como se fosse o ponto de chegada do lento processo de modernização da vida familiar – apoiado na sentimentalização da infância e na disposição malthusiana dos casais – que este autor adivinhou no vanguardismo da burguesia francesa setecentista e oitocentista. Na verdade, esta concepção tem raízes na ampla produção académica de meados do século XX, onde se situa não só aquela leitura histórica, mas também, como vamos ver em seguida, as perspectivas da microeconomia da fecundidade e da sociologia funcionalista norte-americana, mais tarde com ecos na produção europeia. Ora, trata-se de uma literatura que impulsionou, à semelhança da tese de Ariès, uma imagem da criança enquanto detentora de funções exclusivamente afectivas.

1.3. A criança no centro das finalidades afectivas da vida familiar

São clássicas e sobejamente conhecidas as teses que associam a modernização da vida familiar às transformações que as sociedades ocidentais conheceram com a industrialização e a urbanização, tendo sido a produção académica norte-americana, a partir dos anos 40, particularmente fértil neste campo: desde a História com Shorter (1975), como já tivemos ocasião de ver, à Economia com Becker (1960), passando pela Sociologia com Burgess et al. (1960), Goode (1970) e Parsons e Bales (1955). Sumariamente, foi a substituição do modo de produção de base familiar pelo modo de produção capitalista que viabilizou a passagem da *família instituição*, baseada em finalidades instrumentais, à *família companheirista*, centrada nos afectos e no bem-estar dos seus membros (Burgess et al., 1960). Longe da alçada da rede de parentesco, pela via do trabalho assalariado e da mobilidade geográfica, esta nova família edificou-se, assim, em torno da livre escolha do cônjuge e da infiltração do sentimento amoroso na relação do casal, bem como da privacidade e da independência da vida familiar¹². A maioria destes trabalhos atribuiu ao par romântico o protagonismo no advento da família moderna, ao contrário da tese de Ariès e, de certo modo, também a de Shorter, que colocaram a tónica na emergência do novo sentimento para com a criança. Explicita Saraceno: “Os estudos pioneiros de Ariès (...) indicaram bem como a própria imagem de família moderna que já faz parte do nosso vocabulário simbólico, como relação de afectos privados e constituintes de uma esfera privada, (...) nasce de uma redefinição do lugar dos filhos, antes das relações de casal” (1997, p.122).

Ora, contornando este debate, queremos destacar duas abordagens que tiveram lugar justamente neste ambiente intelectual, pelo facto de terem contribuído para dar especial visibilidade às expectativas afectivas que são colocadas na criança pelas famílias contemporâneas.

1.3.1. Um “bem de consumo afectivo”

A limitação intencional das descendências, consolidada pela “segunda revolução contraceptiva”, conduziu a uma linha de estudos que procurou interpretar esta tendência à luz dos custos associados à procriação. A microeconomia da fecundidade teve aqui um

¹² Análises desenvolvidas destas teses podem ser encontradas em Torres (2001) e Aboim (2004/2006).

papel-chave, pois desde os anos 60 que se empenhou em dar conta do cálculo racional que determina as decisões no campo da procriação, onde se pesam os seus custos e benefícios de um ponto de vista económico¹³. Ora, no centro destas propostas está a de Becker, de equacionar aquelas decisões no quadro da teoria neoclássica do consumidor (1960). Partindo da “hipótese de que o casal actua em conjunto de modo a maximizar a sua utilidade ou satisfação e de que a criança é um bem de consumo (...) em competição com outros bens alternativos” (Mendes, 1987, p.316), Becker construiu um modelo económico com o objectivo de “testar empiricamente as características da evolução da fecundidade” (idem). Ora, tal como para Caldwell no contexto das teorias da transição demográfica¹⁴ – autor que atribuiu o controlo dos nascimentos à inversão dos fluxos de riqueza que circulam entre pais e filhos (Bandeira, 1996) – para Becker, a criança, porque improdutiva, passou a representar um custo sem contrapartida económica. Por essa via, a apetência pela procriação tornou-se irracional do ponto de vista económico, passando a consubstanciar-se na expectativa de retorno afectivo. A criança transformou-se, portanto, num “bem de consumo afectivo” para o casal, pelo que a dimensão óptima da descendência passou a ser determinada na razão directa dos rendimentos familiares. Como referiu Mendes: “Esta tese implica que tendo todos igual acesso à contracepção, será invertido o modelo de fecundidade, existente desde longa data, em que os pobres têm mais filhos do que os ricos” (1987, p.318). De certa forma, o modo como Segalen coloca a questão do terceiro filho vem de encontro a esta tese. A partir da leitura dos resultados de um inquérito sobre a decisão de avançar ou não para um terceiro filho em famílias de classes média, a autora concluiu que este pode representar um luxo que a família oferece a si mesma, “num momento em que a organização do quotidiano coloca menos problemas, a situação económica do casal é geralmente mais satisfatória e há uma grande rodagem quanto aos problemas do acolhimento dos filhos” (1999, p.193). Trata-se, portanto, de um sinal de distinção por parte destas famílias financeiramente mais desafogadas. Em contrapartida, outros autores, partindo da mesma ideia da criança enquanto bem de consumo que entra em concorrência com bens alternativos, chegaram a conclusões praticamente opostas: a modernização e a diferenciação funcional das sociedades contemporâneas ampliaram as oportunidades de valorização para os casais, que, para usufruírem dessa “heterogeneidade” de oportunidades, tiveram de limitar a descendência; no entanto, como o leque de oportunidades é maior em contextos sociais

¹³ Para uma análise detalhada destas teorias ver Mendes (1987).

¹⁴ Sobre este assunto ver Bandeira (1996).

mais favorecidos, é aí que a criança tem um valor mais relativo, na medida em que tem de competir com um maior número de alternativas de realização (Cogswell e Sussman, 1979; Goldscheider em Kellerhals et al., 1989).

Apesar do papel que teve em dada altura este equacionamento da procriação pela óptica do consumidor, incluindo as suas reformulações (Becker, 1993), o alcance destas propostas é limitado. Antes de mais, porque pressupõem que o casal constitui uma unidade de consumo racional e estável: os cônjuges tomam necessariamente uma decisão, que reflecte uma preferência comum e que é irrevogável e impermeável às interferências externas. Isto significa que não há espaço nem para a divergência de opiniões, nem para a reavaliação do projecto parental ao longo do tempo, nem mesmo para a ausência de decisão, “the conscious or unconscious decision ‘not to decide’”, (Miller, 1987, p.583). Como vimos a propósito da infertilidade voluntária, as decisões no domínio da procriação podem estar sujeitas, afinal, a dinâmicas algo instáveis. Por outro lado, este tipo de abordagem deixa de fora todo um conjunto de considerações não económicas que também podem pesar nesta balança.

1.3.2. A estabilização emocional dos adultos

A tese de Parsons e Bales sobre a família norte-americana conjugal, privatizada e isolada (1955) foi um marco incontornável e influente na sociologia dos anos 50 e 60. Os autores defendem que as profundas transformações da família ocorreram no quadro da, e em resposta à, maior diferenciação da sociedade decorrente do processo de industrialização. Com efeito, a retirada da esfera produtiva do espaço doméstico teve um impacto decisivo a vários níveis. Por um lado, na maior autonomia da família conjugal em relação ao parentesco, consubstanciada na sua independência doméstica e financeira, na livre escolha do cônjuge e no desígnio de mobilidade social, “condição e causa do desenvolvimento económico” (Segalen, 1999, p.104). Por outro lado, na especialização interna dos seus membros, que passa pelo desempenho de papéis diferenciados, assente em critérios biológicos e psicológicos, cuja complementaridade garante tanto o bom funcionamento da vida familiar como a sua articulação com sistema social. Assim, ao homem compete o papel instrumental de ganha-pão, de provedor, ao mesmo tempo que faz a ponte com o exterior por intermédio da actividade profissional, enquanto que à mulher cabe o papel expressivo de esposa, mãe e doméstica, assegurando na linha da frente os cuidados aos filhos. Como diz Segalen, trata-se de

uma tese marcadamente funcionalista, “na medida em que afirmava a adequação deste modelo familiar às características económicas da sociedade contemporânea” (idem).

Ora, segundo Parsons, com a crescente diferenciação da sociedade industrial, o subsistema familiar esvaziou-se de um conjunto de funções que detinha anteriormente, desde a produtiva à política. A edificação da personalidade social das crianças e a estabilização emocional dos adultos tornaram-se, assim, as funções últimas da família conjugal. Mas, precisamente devido ao seu isolamento tão desejável quanto necessário, se foi aos pais que passou a competir o desempenho da primeira função, agora em complementaridade com a instituição escolar e já sem a ingerência de uma rede densa de parentes, foi sobre a criança que recaiu a expectativa da segunda: “Parenthood acquires, it may be said, an enhanced significance for the emotional balance of the parents themselves (...). The two generations are, by virtue of the isolation of the nuclear family, thrown more closely on each other” (Parsons, 1955, p.20). Em síntese, a família passou a ser mais privada e autónoma também do ponto de vista afectivo, cabendo aos (poucos) filhos um papel acrescido na manutenção do bem-estar emocional dos seus membros.

Como é óbvio, há muito que esta imagem da família parsoniana foi ultrapassada. Antes de mais, porque o autor assumiu como previsível (e desejável) a universalização do modelo de família da classe média americana, funcional enquanto subsistema do e na relação com o sistema social, lugar-refúgio harmonioso e isento de tensões e conflitos. Alguns autores, tal como Sennet (1979), demarcaram-se energicamente desta visão, propondo, inclusive, o inverso: que o desmoronamento das sociabilidades públicas e o isolamento da família conjugal transformaram as relações no seu interior disfuncionais e mesmo *tirânicas*. Por outro lado, a divisão de papéis de género na família, indispensável ao seu bom funcionamento segundo Parsons, tem sido posta em causa a favor de uma perspectiva mais simétrica ou igualitária da vida familiar, embora mais célere a nível dos ideais do que das práticas (Torres, 2001). Por outro lado ainda, apesar de nesta estrutura de papéis sociais estar consignado um papel instrumental (ao pai trabalhador e provedor), trata-se de uma função, entre outras, que, na perspectiva parsonniana, deixa de ser um alicerce da vida familiar. Como elucidou Dagenais: “On voit à quel point la famille devient une institution abstraite, dégagée de ses anciennes fonctions concrètes, et réorganisée d’une manière qui remodèle la solidarité et la différence parentales à des fins éducatrices. Toutes les anciennes fonctions de la famille deviennent alors secondaires, subalternes, relativement à son rôle socialisateur” (1999, p.75).

1.3.3. A diluição das funções tradicionais dos filhos

Já em contexto europeu, Bassand e Kellerhals, num estudo sobre a fecundidade das famílias urbanas suíças (1975), partem destas influências teóricas articuladas com os ensinamentos históricos de Ariès, ao considerarem que o lugar da criança nas famílias contemporâneas (quantitativamente mais restrito) se concretiza nas expectativas de afeição que nela são colocadas. Não se trata da descoberta de uma função afectiva anteriormente inexistente (como advogaram Ariès, Shorter ou Badinter), mas da sua actual proeminência no culminar do processo de diluição de funções tradicionais. Por outras palavras, a criança perdeu muitas das funções que detinha tradicionalmente (no Antigo Regime) e que traduziam a ampla diversidade de expectativas que a família depositava na sua existência. Que funções eram essas? Na perspectiva daqueles autores, uma função que era essencial numa sociedade dominada pela agricultura familiar e pelo pequeno comércio era a *função económica*, pois quantos mais filhos, mais braços para participar na produção familiar. Contudo, a cisão que a industrialização operou entre as esferas produtiva e doméstica levou, a prazo, ao declínio da importância da mão-de-obra infantil. Outra função chave que, segundo Bassand e Kellerhals, se diluiu ao longo do tempo foi a *assistencial*. Enquanto que antigamente era esperado dos filhos adultos que prestassem cuidados e garantissem a sobrevivência dos pais idosos, hoje esta função é do domínio público, estando estes enquadrados por políticas sociais e por instituições de protecção à velhice. A *função de linhagem*, que comprometia os filhos na continuação do “tronco” familiar e na conservação de heranças várias (culturais, patrimoniais, simbólicas), perdeu-se na densidade e no anonimato urbanos, bem como na autonomia e na maior heterogamia dos cônjuges, que tornaram mais ambivalente a própria identidade social da criança. A crescente laicização da sociedade e da vida familiar retirou a *função religiosa* aos filhos, enquanto que no passado a vinda de uma criança era entendida como uma dádiva divina, o sinal de que Deus abençoara a união conjugal. Finalmente, outra função que a criança perdeu na família contemporânea foi a *função estatutária*. Se a existência do casal só tinha sentido através da descendência, hoje a vida a dois é uma opção legítima. Por outro lado, se a maternidade constituía a fonte primeira de estatuto para a mulher, actualmente tem de concorrer com outras alternativas de realização. É assim que, para Bassand e Kellerhals, apenas uma função sobreviveu ao cenário de intensa diluição das funções tradicionais da criança: a *função*

afectiva. Nos nossos dias a criança representa para os pais, basicamente, uma fonte de gratificação pessoal.

1.4. A redescoberta das funções dos filhos nas famílias contemporâneas e da sua diversidade social

A perspectiva da concentração afectiva foi prontamente questionada em várias frentes por outros autores. Blake (1968), num artigo em que criticava a teoria de Becker, defendia que, para compreender as motivações subjacentes à procriação, era preciso entrar em linha de conta com os contextos sociais em que estas têm lugar. A autora concluiu que, em contextos economicamente mais desfavorecidos, os filhos ainda detinham uma *instrumentalidade indirecta*, consubstanciada em expectativas de *status* ou de segurança material. Para Neal e Groat, os filhos podem constituir, na ausência de alternativas, a fonte *compensatória* de aquisição de poder e de sentido para os pais (Kellerhals, 1989). Segundo Schnaiberg e Goldenberg, as funções instrumentais dos filhos podem assumir diversas formas, da *ajuda material* à *assistência institucional*. “Estes tipos de contribuição variam fortemente de uma classe social para outra, atingindo o seu mínimo nas classes médias, isto é, onde os contextos sociais quotidianos são mais «burocratizados» (...), logo, menos sensíveis às normas particularistas do parentesco” (idem, p.97). Em trabalhos realizados no contexto norte-americano, ficou claro que, nos anos 80, ainda havia expectativas nos meios rurais quanto à contribuição económica dos filhos, quer pela sua participação no trabalho doméstico e na empresa familiar, quer pela assistência na velhice (Miller, 1987). Nos anos 90, alguns autores continuaram a mostrar a importância da participação dos filhos nas tarefas domésticas, de tal modo que propuseram que se passasse a adoptar uma perspectiva do trabalho doméstico enquanto “three-cornered”, ou seja, tendo em conta a participação da mulher e do homem, mas também a dos filhos (Goldscheider e Waite, 1991; Manke, et al., 1994). A partir do mapeamento de um conjunto de funções que os filhos podem deter na família, Hoffman e Hoffman (1973) verificaram que nos meios sociais onde a hipótese de materializar determinados valores – a aquisição da identidade adulta, o desejo de sociabilidade, o exercício de autoridade – encontra alternativas à procriação, estas expectativas são menos projectadas nos filhos.

Estes trabalhos vieram recolocar os afectos num leque mais vasto de valores ligados à procriação, de funções que os pais esperam ver preenchidas pelos filhos. Redescoberta a diversidade, renovaram, então, o interesse em apreender esta realidade, afinal matizada, à luz dos contextos sociais de existência. Se, no passado, as funções e as necessidades dos filhos, bem como a própria socialização familiar, estavam cativas da posição ocupada na estrutura social – de tal modo que a História foi pródiga na reconstituição do lugar dos filhos nas famílias camponesas, burguesas, operárias, etc. (Ariès, 1960; Shorter, 1977; Saraceno, 1997; Segalen, 1999) -, também não deixa de ser verdade nas sociedades contemporâneas.

Foi nesta linha que Kellerhals et al. (1982), num estudo longitudinal com jovens casais suíços, procuraram relativizar o retrato eminentemente afectivo esboçado anos antes (Bassand e Kellerhals, 1975). A partir de uma tipologia de funções semelhante à então proposta, os autores procuraram, por um lado, identificar outros significados atribuídos à procriação e aos filhos e, por outro, relacioná-los com os contextos sociais em que são produzidos. Na verdade, colocaram como hipótese de investigação que é a lógica dos recursos dos casais (escolares, profissionais) que modelam as esperanças, as expectativas depositadas na criança: “De par leurs alternatives sociales potentielles, les couples des divers milieux sociaux puisent différemment dans l’arsenal culturel des «fonctions» et «besoins» de l’enfant” (Kellerhals et al., 1982, p.199).

O que constataram foi o seguinte: se o desejo de assegurar uma *relação afectiva privilegiada* é, sem margem para dúvidas, uma razão fundamental para ter filhos, outra igualmente importante prende-se com a *função simbólica* de coesão conjugal¹⁵. Já não

¹⁵ Roussel (1975) chega a conclusões idênticas a partir da análise de um inquérito francês dos anos 70. A concepção tradicional da procriação como finalidade do casamento já então era largamente ultrapassada por novos valores associados à criança: ela reforça o laço amoroso conjugal e é uma fonte de alegria. Mais tarde, este autor (1989) vem diferenciar o lugar da criança no quadro das interacções familiares: a *família aliança, moderna ou romanesca* organiza-se em torno da criança, pois é ela que dá sentido à vida familiar; na *família fusão*, a criança é a expressão e o espelho do amor conjugal confirmando a qualidade desse sentimento; a *família associação ou clube* não se organiza em torno da criança e ela é concebida como um parceiro dotado de identidade própria Também Michel (em Kellerhals 1989) opõe a *família tradicional*, onde a criança dá sentido ao casamento, à *família modernista*, onde ela constitui um meio de enriquecer a relação conjugal. Nesta linha interaccionista, Kellerhals e Montandon colocam a questão de modo portinente: “On peut alors se demander si chaque style de famille n’a pas «besoin» d’un certain genre d’enfant” (1991, p.213). Trata-se de uma linha de investigação pouco desenvolvida pois o esforço de “tipologizar” o microcosmos familiar tem sido feito, essencialmente, em volta do par conjugal, pelo que a criança não contribui para a definição dos tipos, antes surge de forma acessória. Esta (quase) ausência da criança traduz – como defendeu Kellerhals num colóquio em 1994 – o desinteresse que a sociologia tem manifestado até há alguns anos em relação ao seu papel na vida familiar (em Singly et al., 1996). Dos poucos exemplos há a referir a tipologia de Bell e Bell, dos *pares de coesão* que existem em famílias com adolescentes, ou seja, da maior ou menor distância que liga determinadas pessoas em cada família e a de Farber, em torno da problemática da adaptação da família à deficiência de um filho (em Kellerhals 1989).

se trata de legitimar a existência do casal, como no passado, e sim de concretizar, através da vinda de uma criança, o sentimento amoroso que enlaça os cônjuges («l'enfant est le signe de notre amour»). Para além destas duas funções valorizadas de forma unânime, outras duas revelaram-se particularmente importantes em meios sociais e económicos desfavorecidos: a *função estatutária*, que engendra uma identidade social positiva; e a *função de papel*, que dá conta do leque de actividades quotidianas, sentidas como gratificantes, que se desenvolvem em torno da criança. Eram, portanto, estas funções que “parentificam”, como designa Bourguignon (1987), que marcavam as clivagens sociais mais significativas. Por fim, duas funções revelaram-se francamente menos importantes no desejo de ter filhos: a *função instrumental*, aqui equacionada na sua vertente de solidariedade intergeracional («il n’y a que sur un enfant qu’on puisse compter en cas de vieillesse, de «coup du sort», de maladie»); e a de *linhagem*. São sinais evidentes, para os autores, quer da perda do papel económico dos filhos, quer da privatização da vida familiar, que faz com que a criança passe a ter sentido apenas para o casal. A importância relativamente acrescida que estas duas funções apresentam na base da hierarquia social não põe em causa esta conclusão, antes revela que a difusão destes valores tarda mais a chegar aos meios populares (Kellerhals et al., 1982, p.220).

1.4.1. Funções, fecundidade e contextos sociais

A redescoberta das funções que os filhos detêm na vida familiar contemporânea, e da sua desigual valorização nos diferentes contextos sociais, levou alguns autores a procurarem perceber o alcance da sua relação com as intenções e práticas procriativas. Afigurava-se uma indagação pertinente face às possibilidades oferecidas pelos métodos contraceptivos modernos, como bem referiu Miller: “Now that the number and timing of children is more a matter of choice than it has been in the past, values and motivations for children are likely to have a more important effect on fertility experiences” (1987, p. 582). De facto, este autor procurou sistematizar os factores que influenciam as decisões dos casais acerca da dimensão da sua descendência: *os valores negativos ou custos*, onde se encontram os custos económicos ligados à criação dos filhos, mas também os psicológicos; *os valores positivos* associados aos filhos, como as expectativas de afeição, de desempenho de um papel gratificante, ou de construção identitária; *as fontes alternativas de valorização*, como a profissão ou os lazeres; e, por fim, *as ajudas e os obstáculos* (que são, na verdade, as duas faces da mesma moeda),

como as boas ou más condições financeiras, profissionais e de alojamento, ou a existência/ausência de apoios nos cuidados aos filhos. Segundo o autor, é, portanto, desta matemática, nem sempre consciente, que dimanam as decisões, num dado momento, sobre a dimensão da descendência.

Mas o que outros autores verificaram (Hoffman e Hoffman, 1973; Kellerhals et al., 1982) foi que a relação entre funções e intenções procriativas é limitada, pois independentemente das expectativas que são colocadas na procriação, esta parece traduzir-se em aspirações afins. A “norma dos dois filhos” define, de certo modo, o limite, marca o horizonte das aspirações. É uma mudança de fundo em relação ao quadro tradicional, no qual o bom funcionamento da vida familiar se aliava às descendências numerosas. Como esclareceu Saraceno, a fecundidade elevada do passado “não dependia apenas da falta de instrumentos eficazes tanto para reduzir o número de nascidos como para garantir a sua sobrevivência, mas também de um modelo cultural e familiar em que os filhos, muitos filhos, era um bem, um recurso: não só do ponto de vista da continuidade das gerações mas também do da sobrevivência dos indivíduos” (Saraceno, 1997, p.124). Mas se, actualmente, a dimensão da descendência não parece ser influenciada pelas diferentes funções que são esperadas, tão-pouco pelos contextos sociais em que são produzidas, já os calendários da fecundidade são mais permeáveis. Esta foi, justamente, uma conclusão do estudo longitudinal de Kellerhals et al. (1982), no qual o acompanhamento de cerca de 600 casais ao longo de vários anos – três meses após o casamento, dois e quatro anos depois – permitiu confrontar as aspirações procriativas iniciais, as expectativas colocadas na procriação e a constituição das descendências. Sumariando, a gestão do calendário joga-se entre o valor subjectivo da criança e os recursos alternativos de gratificação que se colocam aos casais, mas especialmente às mulheres. Estes recursos são mais escassos ou abundantes em função da posição social que o casal ou a mulher ocupa e dos capitais escolares que detém. Assim, nos meios onde as alternativas são mais elevadas, a esperança na relação afectiva concorre com o desejo de investimento na carreira profissional, de participação social e cultural. A ambivalência face à maternidade manifesta-se através do acolhimento mais tardio da criança, ou seja, no adiamento da realização do projecto de parentalidade. Em contrapartida, nos meios populares, a centralidade da criança no projecto de vida pessoal e conjugal manifesta-se através da rápida transição para a parentalidade, na medida em que a maternidade é frequentemente acompanhada de papéis e identidades mais gratificantes do que aqueles oferecidos pela actividade

profissional (quando a têm): “C’est ainsi une sorte d’identité complète qui se propose” (idem, p.213).

1.4.2. Funções e solidariedades intergeracionais

A concepção do lugar da criança na família enquanto palco de funções exclusiva e eminentemente afectivas também promoveu a ideia da sua privatização, i.e., que a criança faz sentido apenas e só para os pais. Trata-se, obviamente, de uma consequência da tese do isolamento da família conjugal: o afastamento desta pequena família nuclear em relação à rede de parentesco estreitou e adensou os laços no seu interior (Parsons, 1955). Nesta perspectiva, o casal passou a constituir uma “unidade de consumo” (Becker, 1960) com expectativas indivisíveis de retorno afectivo e a criança o seu “bem de consumo afectivo” (idem), vendo-se assim investida de uma função que apenas serve ao casal. Bassand e Kellerhals identificaram a residência neolocal, a escolha do cônjuge baseada no sentimento amoroso e a bilateralidade das regras de filiação como os três factores que concorreram para esta privatização da criança: “L’enfant ne prend plus sens pour un clan ou un lignage. Il n’en modifie pas la structure des droits et des devoirs. En somme, il deviant socialement diaphane” (1975, p.15). Esta abordagem, entretanto criticada, foi responsável por algumas ocultações: a da diversidade de funções que os filhos detêm e a das desigualdades sociais que com elas se cruzam (aliás, como já tivemos ocasião de ver); a das expectativas quiçá diferenciadas que os cônjuges depositam nos filhos; e a dos laços significativos que a criança estabelece com outros indivíduos, extravasando as suas funções o campo de acção estritamente conjugal.

Ora, esta última questão reenvia para o tema das solidariedades intergeracionais, que esteve ausente, durante algum tempo, da literatura sociológica sobre a família, não só devido ao interesse pela família conjugal por parte uma sociologia norte-americana influente, mas também à divisão tácita do trabalho científico entre esta disciplina e a antropologia, orientando-se esta para os estudos do parentesco (Bawin-Legros, 2002). Nos anos 70, a sociologia de língua francesa teve um papel determinante no desvendar da presença, dos contornos e da importância funcional e simbólica das solidariedades intergeracionais nas sociedades contemporâneas. Com efeito, as pesquisas inovadoras de Roussel e Bourguignon (1976), Pitrou (1977/1978), ou Gokalp (1978) chamaram a atenção para os padrões de residência, a frequência dos contactos e das sociabilidades e a variedade das trocas – em serviços, bens e cuidados, em transferências económicas e

patrimoniais, em afeição e apoio emocional, etc. – que ocorrem nas famílias urbanas pretensamente isoladas. Na verdade, esta linha de estudos emergiu embalada num quadro de mudanças emblemáticas das sociedades contemporâneas: económicas e sociais, como a crise dos sistemas públicos de protecção social e do emprego; mas também demográficas e familiares, como o aumento extraordinário da esperança de vida, a coexistência de três e mesmo quatro gerações e a maior instabilidade das relações conjugais (Attias-Donfut, 1995; Bawin-Legros e Gauthier, 1992; Segalen, 1995/1999; Attias-Donfut e Segalen, 2002; Bawin-Legros, 2002). Na intersecção destes eixos há dois tópicos para os quais queremos chamar a atenção e que se prendem com a concepção de solidariedade intergeracional enquanto expectativa de reciprocidade que a família deposita na relação com a criança.

Dos pais...

A solidariedade familiar, ao contrário da pública, comporta o *dom* (no sentido maussiano) como elemento estruturante e diferenciador: “la famille est la sphère du don par excellence” (Attias-Donfut et al., 2002, p.262). Como resume Segalen, “le don lie le donateur ou donataire qui a le double obligation de recevoir et de rendre (1995, p.28). Mas esta dupla obrigação não é percebida negativamente, antes pelo contrário. Segundo Godbout (1992), o *dom* é responsável por “un système de «dette positive» qui correspond au bon fonctionnement des relations entre générations” (Attias-Donfut et al., 2002, p.263). Esta *dívida positiva* é, sem dúvida, uma forma de reciprocidade, que pode ser equivalente (na medida em que se trocam bens, em sentido lato, afins), imediata ou diferida. As funções instrumentais dos filhos podem ser equacionadas nesta perspectiva, sendo que a *função assistencial*, tal como foi definida por Bassand e Kellerhals (1975), é um bom exemplo de expectativa de reciprocidade equivalente e diferida: nas sociedades pré-modernas, a criação dos filhos tinha como contrapartida a assistência material (tanto económica como em cuidados) dos pais na sua velhice. Na ausência de um Estado Social, a solidariedade era necessariamente um assunto privado e ter filhos constituía a perspectiva, confiada no dever filial, de um futuro protegido (Segalen, 1995/1999; Attias-Donfut e Segalen, 2002). A modernização das sociedades, com o advento do capitalismo, da democratização escolar e do Estado-Providência, contribuiu para a ideia da autonomia das gerações: por um lado, o acesso ao salário e à formação escolar libertariam os filhos da dependência dos pais no que toca ao ingresso

no mercado de trabalho, dando lugar a trajectórias individualmente fabricadas e caracterizadas pela mobilidade ascendente; por outro, a reforma e as demais ofertas públicas de cuidados à terceira idade libertariam os pais idosos da dependência dos filhos adultos, em termos financeiros e na prestação desses cuidados. Concretamente em relação aos idosos, o Estado passaria a assumir esta função assistencial: “freeing the family of its traditional role of caring for its ageing members, public solidarity also contributed towards the emergence of new ties which were founded on the basis of the autonomy of generations” (Attias-Donfut e Segalen, 2002, p.283). Mas a questão da solidariedade privada voltou a ser colocada na agenda científica, justamente pela constatação das fragilidades da solidariedade pública. Portanto, faz sentido continuar a pensar as expectativas de solidariedade a prazo que os pais projectam nos filhos – quando e se afrontados pela possibilidade de uma velhice física, moral ou materialmente precária –, tanto mais que estudos recentes têm revelado, ao contrário do que se pensava, que a solidariedade privada não colmata a carência da pública, antes reforça as desigualdades, deixando algumas franjas em situações de maior vulnerabilidade social (Attias-Donfut, 1995; Bawin-Legros, 2002; Wall et al., 2001). Por outro lado, o exercício desta solidariedade não ocorre num plano puramente instrumental, antes é temperado por uma forte carga sentimental, por laços afectivos que reforçam e saem reforçados e que dão uma maior espontaneidade ao apoio concedido aos ascendentes: “C’est une norme puissante, faite d’un mélange de devoir et de gratitude, de fidélité et d’amour, entrelacés dans la «liane» de la filiation” (Attias-Donfut, 2002, p.262).

... aos pais dos pais

O segundo tópico que queremos destacar prende-se com o lugar da criança no quadro das solidariedades familiares mais amplas, em concreto na reafirmação dos laços entre várias gerações: “le sentiment familial reflue, revient ou renaît, à travers de le renouvellement des générations et tout particulièrement dans les relations entre grands-parents et petits-enfants” (Attias-Donfut, 2002, p.248). Só recentemente a relação entre avós e netos começou a suscitar interesse (Bawin-Legros e Gauthier, 1992; Gauthier, 2002; Attias-Donfut e Segalen, 2002). Antes de mais, pelo aumento da esperança de vida, que teve como consequência natural a dilatação do tempo de convivência de três e mesmo quatro gerações, obrigando a uma redefinição dos papéis e das relações no seu

interior: “The increased time-span of grandparenthood gives rise to long term relationships and reciprocal exchanges” (Attias-Donfut e Segalen, 2002, p.284).

É nesta convivência duradoura entre várias gerações que ganha visibilidade, como refere sugestivamente Gauthier, a *produtividade familiar* dos avós. Para eles, “after retirement, a second career begins” (2002, p.297), com os netos a catalizarem um conjunto importante de serviços, cuidados e transferências. Mas esta função produtiva também beneficia a geração do meio, ou pelo menos tem um papel determinante na gestão do quotidiano. A guarda frequente ou ocasional das crianças pequenas por parte dos avós é disso um bom exemplo: não só permite a intensificação dos laços entre avós e netos, que passa também pela atribuição aos primeiros de um novo papel educativo (Attias-Donfut e Segalen, 2002); como permite aliviar os pais dos custos que a guarda institucional acarretaria, ou mesmo libertar as mães para o mercado de trabalho.

Se é relevante conhecer o lugar dos avós nas solidariedades intergeracionais, não é menos importante conhecer o dos netos. Nos anos 70, Bassand e Kellerhals defendiam a ideia da diluição das funções da criança na família, visível não só em relação aos pais, como também aos avós: “la function affective que peut remplir le petit enfant pour les grands-parents – au hasard des divers contacts entre les familles d’origine et le nouveau couple – ne saurait se comparer, en intensité et en quantité, aux multiples liens économiques, juridiques, de lignage, etc, qui unissent le nouveau-né au groupe large” (1975, p.12) nas sociedades tradicionais. É, mais uma vez, a função afectiva que resiste, senão mesmo floresce, num cenário demográfico em que a queda da fecundidade coloca menos netos numa relação mais estreita e duradoura com os avós. Como diz Gauthier: “Now it seems easier to put a lot into one’s relationships with one’s grandchildren when there are only two of them than when there are 20 brought together for family celebrations” (2002, p.297). Alguns anos mais tarde, Kellerhals et al. procuraram perceber se nas decisões no domínio da procriação está inscrita a função de linhagem, i.e., se os casais equacionavam ter filhos de modo a satisfazer as aspirações dos seus próprios pais de se tornarem avós: “dans le souci de bénéficier d’une relation agréable avec leur parents, ou d’accomplir envers eux une sorte de devoir moral, ou encore dans le but de former, symboliquement, une sorte de famille étendue” (1982, p.208). O que constataram foi (como, aliás, já vimos mais acima), que esta função não é normalmente tida em conta nas considerações dos casais (embora o seja ligeiramente mais nas classes populares). No entanto, logo após o nascimento do primeiro filho, torna-se evidente a sua função afectiva alargada, i.e., a relação significativa que estabelece com outros

familiares para além dos próprios pais. A criança é uma fonte de alegria também para os avós. Elo chave na activação ou na consolidação de laços intergeracionais, a criança alimenta e renova *o espírito de família* (Attias-Donfut et al., 2002), à medida que reposiciona vivamente todos os elementos da cadeia geracional. Mas a relação entre avós e netos não se fica por esta dimensão mais expressiva. A partir de um inquérito francês a três gerações adultas, Attias-Donfut (1995) demonstrou que os netos adultos não só recebem ajudas dos avós, nomeadamente de natureza financeira (beneficiando, tal como os seus pais, do “duplo circuito” das transmissões¹⁶), como prestam um leque diversificado de ajudas aos avós, com destaque para as de carácter doméstico. Como diz a autora, no contexto da segregação etária que caracteriza a sociedade contemporânea, “la famille reste un des principaux lieux où des générations différentes se rencontrent et agissent les unes sur les autres” (idem, p.41). Ora, as funções dos filhos e dos netos constituem um campo onde as solidariedades intergeracionais podem e devem ser auscultadas.

¹⁶ “Le transferts privés entre générations circulent en sens inverse de transferts publics qu’orchestrent les systèmes de retraites (...): les flux d’argent entre les retraités âgés et leur enfants et par ceux qui, sautant une génération, vont des grands-parents aux petits-enfants déjà adultes et en prise avec le monde du travail” (Attias-Donfut, 1995, p.79).

Capítulo 2

O lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas

No presente capítulo vamos procurar descortinar a realidade do lugar dos filhos na sociedade portuguesa contemporânea, tanto na sua vertente *quantitativa* como na mais *qualitativa*. E vamos fazê-lo recorrendo directamente a fontes estatísticas oficiais e às análises que têm sido produzidas a esse respeito. Mas também aos inquéritos a práticas e a valores, bem como às pesquisas intensivas sobre a vida familiar em geral e os filhos em particular.

2.1. A fecundidade portuguesa contemporânea no contexto europeu

Ao longo do século XX, mas mais intensamente na segunda metade, a população portuguesa conheceu o processo de transição e de modernização demográfica que grande parte dos países europeus conhecera mais cedo (Bandeira, 1996; Ferrão, 1996; Rosa e Vieira, 2003). A aproximação ao panorama europeu daí resultante, patente nos mais variados indicadores (mortalidade, natalidade, nupcialidade, fluxo migratório, estrutura etária...), permite confirmar Portugal, na viragem para o século XXI, “como um país de demografia moderna” (Rosa e Vieira, 2003, p.135). Como é óbvio, não é do nosso interesse analisar todas as mudanças demográficas que foram tendo lugar no decurso do século passado, mas apenas aquelas que ocorreram no quadro da natalidade e da fecundidade, e em especial a partir da década de 60, que corresponde a um importante momento de viragem no contexto nacional e internacional.

De facto, até então a sociedade portuguesa caracterizava-se por uma natalidade elevada, estreitamente associada a altos níveis de fecundidade, exceptuando os anos das duas grandes guerras que registaram baixas expressivas no número de nados-vivos. É a década de 60 que marca o início da baixa da natalidade¹⁷, o mesmo acontecendo para a maioria dos países europeus (quadro 1.1). Contudo, não só Portugal parte do patamar mais elevado, como o fenómeno teve aqui contornos singulares. Segundo Rosa e Vieira, a diminuição da natalidade nos anos 60 sucedeu no quadro específico da guerra colonial e dos fortes fluxos emigratórios que tiveram como destino a Europa. Daqui resultou o único saldo negativo da população portuguesa em todo o século XX, cujo impacto na

¹⁷ “Taxa bruta de natalidade: número total de nados-vivos num determinado ano (real ou médio) por cada 1000 indivíduos (população média)” (Rosa e Vieira, 2003, p.165).

natalidade decorreu do facto das “saídas” terem sido levadas a cabo por uma população em idade activa e fértil (idem, p.50). Inversamente, o inesperado aumento do número de nascimentos na segunda metade dos anos 90 (tendência que logo se inverteu) e que suscitou à data algum interesse à volta de uma eventual recuperação das descendências, tratou-se, afinal, de uma situação pontual, um efeito da estrutura etária da população resultante da combinação da “existência de uma base populacional mais favorável e (...) [da] progressiva consolidação de um modelo de fecundidade mais tardio” (Rosa, 1998, p.184). Na verdade, tratou-se da chegada ao auge das idades reprodutivas de uma geração específica, a geração nascida em meados dos anos 70, “filha” do 25 de Abril e da descolonização: “o retorno das ex-colónias e o regresso de muitos emigrantes motivaram (...) um aumento do número de nascimentos no país, o que, vinte-vinte e cinco anos depois, se saldou em gerações «empoladas»” (Rosa e Vieira, 2003, pp.45-46).

Quadro 1.1 – Taxa de natalidade (‰) – Portugal e UE 15, 1960-2005

Anos	Portugal	UE 15
1960	24,1	18,3
1965	23,4	18,5
1970	20,8	16,2
1975	19,8	13,6
1980	16,2	13,0
1985	13,0	11,9
1990	11,8	12,0
1995	10,8	10,8
2000	11,5	10,8
2001	11,2	10,6
2002	10,7	10,6
2003	10,8	10,6
2005	10,5	10,6

Fontes: Barreto e Preto (2000); Eurostat (2000 a 2004 e 2006)

Aliás, estes constituíram, segundo as autoras, os dois episódios excepcionais, mas interligados, de incremento da natalidade no quadro geral de queda que começou a desenhar-se nos anos 60, mas que só a partir dos anos 70 é que passou a ser explicada

realmente, pelo recuo da fecundidade¹⁸, ou seja, pela diminuição do número médio de filhos por mulher. Ora, isto significa que as mudanças a nível das práticas procriativas das famílias, que se adivinhavam nas curvas da fecundidade dos países da Europa do Norte e Central já em meados dos anos 60, só mais tarde ocorreram em Portugal. Diz Bandeira a este respeito: “A difusão tardia, lenta e problemática de comportamentos demográficos modernos em Portugal converge com outras características conhecidas da história social portuguesa, como sejam o facto de as correntes laicas e o modelo social urbano-industrial, apesar da Revolução Liberal e da República, até uma época muito recente, terem encontrado adesão apenas em sectores social e geograficamente perfeitamente localizados e muito minoritários. Tendo-se mantido, até à década de 1960, maioritariamente ancorada em valores tradicionais, próprios de um modo de vida rural, sob a influência de diferentes factores, em particular da emigração e dos movimentos de jovens, a balança começou então a pender para a modernidade. Mas foi a Revolução de 1974 que veio consagrar a ruptura com a tradição, abrindo a porta a todas as transformações” (1996, pp.11-12).

O atraso português – diga-se de passagem, comum aos restantes países da Europa do Sul – foi largamente compensado pela rapidez da queda: “l’Italie d’abord, qui atteint rapidement des valeurs parmi les plus faibles d’Europe; après, l’Espagne et le Portugal dont les indices passent de 2,8 et 2,6, respectivement, en 1976, à environ 2 enfants par femme vers 1980. Quant à la Grèce, stable tout au long des années 1970 autour de 2,3 enfants par femme, elle semble s’engager sur la baisse ces toutes dernières années” (Munoz-Perez, 1986, p.447).

A verdade é que, no espaço de três décadas, se alterou vivamente a paisagem da fecundidade portuguesa, bem como a sua posição no quadro da União Europeia (UE15): ainda em meados dos anos 60, o índice sintético de Portugal era um dos mais elevados (quadro 1.2), apenas equiparado ao da Holanda e ultrapassado pelo da Irlanda; em 1983, com um hiato de cerca de 10 anos em relação à tendência europeia, foi transposto o limiar da substituição das gerações, que não é assegurada desde então; e na década de 90 passou-se a alinhar sistematicamente com a média da União. Esta convergência só tem sido posta em causa nos anos mais recentes, fruto de uma ligeiríssima retoma do indicador no conjunto do espaço europeu, já que revela alguma estabilidade no caso

¹⁸ Durante os anos 30 do século XX já tinha ocorrido uma primeira quebra, se bem que ligeira, da fecundidade, passando o índice sintético de 3,8 para 3,1 nesse espaço de 10 anos, valor que se manteve inalterado até aos anos 60 (Bandeira em Rosa e Viera, 2003, p.43).

português. Detalhando um pouco a paisagem nacional, desde 1992 que o índice sintético tem oscilado entre 1,5 (1992-93, 1997-99, 2001-02) e 1,4 (1994-96, 2003-04), apenas com um pico de 1,6 no ano 2000. À imagem do que já aconteceu noutros países europeus, há quem admita que venha a ocorrer uma ligeira retoma do índice sintético “em resultado do aumento das taxas de fecundidade nas idades mais avançadas” (Rosa e Vieira, 2003, p.122), ou seja, da maternidade tardia. A partir de um exercício prospectivo que tem como cenário 2016 estima-se que o indicador suba, então, para 1,7.

Quadro 1.2 – Índice sintético de fecundidade – EU 15, 1960-2004

Anos	FIN	S	D	IRL	RU	H	AL	B	L	A	F	I	G	E	P	UE15
1960	2,7	2,2	2,5	3,8	2,7	3,1	2,4	2,6	2,3	2,7	2,7	2,4	2,3	2,9	3,1	2,6
1965	2,5	2,4	2,6	4,0	2,9	3,0	2,5	2,6	2,4	2,7	2,8	2,7	2,3	2,9	3,1	2,7
1970	1,8	1,9	2,0	3,9	2,4	2,6	2,0	2,3	2,0	2,3	2,5	2,4	2,4	2,9	2,8	2,4
1975	1,7	1,8	1,9	3,4	1,8	1,7	1,5	1,7	1,6	1,8	1,9	2,2	2,4	2,8	2,6	2,0
1980	1,6	1,7	1,6	3,3	1,9	1,6	1,6	1,7	1,5	1,6	2,0	1,6	2,2	2,2	2,2	1,8
1985	1,7	1,7	1,5	2,5	1,8	1,5	1,4	1,5	1,4	1,5	1,8	1,4	1,7	1,6	1,7	1,6
1990	1,8	2,1	1,7	2,1	1,8	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,8	1,3	1,4	1,4	1,6	1,6
1995	1,8	1,7	1,8	1,8	1,7	1,5	1,3	1,6	1,7	1,4	1,7	1,2	1,3	1,2	1,4	1,4
2000	1,7	1,5	1,8	1,9 ^p	1,6	1,7	1,4 ^e	1,7	1,8	1,4	1,9 ^p	1,2 ^e	1,3 ^e	1,2 ^p	1,6	1,5
2001	1,7	1,6	1,7	2,0 ^p	1,6 ^p	1,7	1,4 ^p	1,6 ^e	1,7	1,3	1,9 ^p	1,3 ^e	1,3 ^p	1,3 ^p	1,5	1,5
2002	1,7	1,7	1,7	2,0 ^p	1,6 ^e	1,7 ^p	1,3 ^e	1,6 ^e	1,6	1,4 ^e	1,9 ^p	1,3 ^e	1,3 ^e	1,3 ^{ep}	1,5 ^p	1,5^e
2003	1,8	1,7	1,8	2,0 ^p	1,7 ^e	1,8	1,3	1,6	1,6	1,4	1,9	1,3	1,3	1,3	1,4	1,5^e
2004	1,8	1,8	1,8	2,0 ^e	1,7 ^e	1,7	1,4 ^e	1,6 ^e	1,7	1,4	1,9 ^p	1,3	1,3 ^e	1,3 ^e	1,4 ^e	1,5^e

Fonte: Eurostat (2001b/2005)

Legenda: ^(e) Valor estimado ^(p) Valor provisório

FIN – Finlândia; **S** – Suécia; **D** – Dinamarca; **IRL** – Irlanda; **RU** – Reino Unido; **H** – Holanda; **AL** – Alemanha; **B** – Bélgica; **L** – Luxemburgo; **A** – Áustria; **F** – França; **I** – Itália; **G** – Grécia; **E** – Espanha; **P** – Portugal.

O adiamento da entrada na maternidade constitui, efectivamente, uma tendência ininterrupta desde meados dos anos 80, sucedendo a outra de sinal contrário, ou seja, de rejuvenescimento da idade da mulher ao nascimento do primeiro filho, que acompanhou igual evolução a nível da nupcialidade¹⁹: em 1960, o primeiro nascimento ocorreu, em média, aos 25,1 anos; valor que desceu para 23,8 em 1985 e que recuperou no início dos anos 90; e em 2003 era já de 27,4 anos (quadro 1.3). O “envelhecimento” da fecundidade (Carrilho e Patrício, 2004, p.133) – que tem vindo a aproximar-se, aliás, do

¹⁹ O que se deve à diminuição das restrições matrimoniais, que exerciam um forte impacto na paisagem demográfica portuguesa na primeira metade do século XX. De facto, o padrão europeu de casamento tardio era um dos mais importantes reguladores sociais da fecundidade, na medida em que reduzia significativamente o período reprodutivo da mulher. Sobre o assunto ver Bandeira, 1996.

padrão europeu (em 2003, a idade média ao nascimento de um filho²⁰ era em Portugal de 29,0 anos e na UE 15 de 29,5) – resulta da deslocação dos nascimentos da faixa etária dos 20-24 anos para a dos 25-29, a par de outras duas tendências: a maior incidência de nascimentos em idades tardias e o recuo da maternidade na adolescência (Almeida et al., 1995/2002; Figueiredo et al., 1999). Na verdade, ao longo dos anos 90 o pico dos nascimentos ocorria já na faixa etária dos 25-29 anos, mas com mudanças de fundo no calendário da fecundidade: “observou-se uma quebra acentuada da fecundidade nas mulheres do grupo etário dos 20-24 anos, que passou de 89,8‰ em 1990 para 59,7‰ em 1999, por oposição ao que se verificou no grupo etário dos 30-34 anos, que subiu de 62,4‰ em 1990 para 82,4‰ em 1999. Deste modo, se no início da década de 90 as mulheres tinham filhos sobretudo entre os 20 e os 29 anos, a partir de meados desta década a maior incidência observou-se entre os 25 e os 34 anos de idade” (INE, 2002, p.35).

**Quadro 1.3 – Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho – Portugal, 1960-2003
e idade média da mulher ao nascimento de um filho – Portugal e UE 15, 1995-2003**

Anos	Idade média ao nascimento...		
	do 1º filho	de um filho	
	Portugal	Portugal	UE 15
1960	25,1	-	-
1965	25,0	-	-
1970	24,4	-	-
1975	24,0	-	-
1980	23,6	-	-
1985	23,8	-	-
1990	24,7	-	-
1995	25,6	28,0	28,9
2000	26,5	28,6	29,4
2001	26,8	28,7	29,4
2002	27,0	28,9	29,5
2003	27,4	29,0	29,5

Fontes: Barreto e Preto (2000); Carrilho e Patrício (2004); Eurostat (2005)

²⁰ Independentemente da ordem do nascimento.

A evolução recente destes indicadores traduz, assim, a consolidação de novos calendários na vida pessoal e familiar, cúmplices, sem dúvida, do aumento dos níveis de escolaridade que a população portuguesa tem vindo a registar ao longo das últimas décadas. De facto, como podemos observar no retrato proporcionado por um inquérito nacional de 1997 (INE, 1998), a relação entre o percurso escolar e a idade da mulher no nascimento do primeiro filho é absolutamente linear: na faixa etária dos 20-24 anos, a maternidade só é uma realidade com algum peso para as que têm no máximo o 7º ano de escolaridade (cerca de 4 em 10 têm pelo menos um filho); e na faixa dos 25-29 anos, das mulheres com aquele nível de ensino 73% já têm um filho, o que só acontece com 41% das que têm entre o 8º e o 12º ano e 21% das que têm o ensino superior ou mais. Na verdade, só aos 30-34 anos é que a maioria das inquiridas são mães, mesmo entre as mais instruídas (89%, 70% e 64%, respectivamente). Mas é apenas depois dos 40 anos, com a aproximação do termo do período fértil, que se diluem as diferenças introduzidas pelo percurso escolar. Segundo alguns autores, ao alongamento da escolarização, sem dúvida central neste adiamento da maternidade, aliam-se então outros factores, como a crescente participação feminina no mercado de trabalho, o aumento das recomposições familiares e mesmo os avanços médicos, que têm permitido “reduzir os riscos das maternidades tardias” (Almeida, 2004, p.49).

Outro indicador interessante da fecundidade portuguesa do século XX diz respeito aos nascimentos fora do casamento, ou seja, aqueles que ocorrem tanto em situações de união de facto como de monoparentalidade. Até aos anos 40, Portugal detinha uma natalidade ilegítima elevada em virtude da existência de fortes restrições à nupcialidade (Bandeira, 1996), representando 16% do total de nados-vivos entre 1936 e 40 (Rosa e Vieira, 2003). As mães solteiras e os casais coabitantes eram, efectivamente, duas realidades não despiciendas da paisagem demográfica ligadas, em primeira linha, a “grupos situados na fronteira da exclusão social” (Ferreira e Aboim, 2002, p.412). A partir dos anos 50, e na vigência do Estado Novo, os nascimentos fora do casamento começam a diminuir na razão inversa do aumento da nupcialidade, resultante da maior abertura do mercado matrimonial: “Nesta fase há, aliás, todo um clima favorecedor da família de tipo «legítimo», ou seja, fruto de um casamento” (Rosa e Vieira, 2003, p.72). Este *clima* institucional da época, não alheio à estreita relação entre o Estado e a Igreja Católica (firmada pela Concordata), era, então, fortemente incitador de uma concepção de família baseada no vínculo matrimonial e na filiação legítima. A tendência manteve-se paulatinamente até ao início dos anos 70, altura em que os nascimentos fora do

casamento foram mais diminutos, com valores em torno dos 7% do total de nados-vivos, menos de metade do registado em 1940. É, então, em meados da década de 70 que se situa uma nova inflexão do indicador. Desde aí que aqueles nascimentos não param de aumentar, justamente quando começou a quebra do ISF, de tal modo que em 2004 já representavam quase um nascimento em três. Como sintetizaram Rosa e Vieira, destas duas tendências de sinal contrário resulta, assim, o “reforço da importância relativa dos nascimentos fora do casamento” (2003, p.42).

Mas sendo um indicador heterogéneo, no sentido em que reúne duas realidades distintas – a dos casais em união de facto e a das mães sóas – importa também perceber como é que internamente tem evoluído a relação de forças entre ambas. Infelizmente, esta informação só está disponível desde 1995, mas aponta para o peso bem mais significativo da primeira realidade: até 2001, os nados-vivos ocorridos no quadro de uniões de facto oscilaram entre 75 e 77% do total de nados-vivos fora do casamento; mas em 2002 e 2003 já representavam 80% do total reforçando o seu peso face aos nados-vivos de mães sóas (Carrilho e Patrício, 2004). A partir de estudos realizados no quadro da antropologia portuguesa – José Cutileiro no Alentejo, Brian O’Niell em Trás-os-Montes e João Pina-Cabral no Minho – parece que a realidade das mães sóas teria uma maior expressão na primeira metade do século XX, estando ligada às franjas sociais mais desfavorecidas (Bandeira, 1996, p.300). Ferreira e Aboim (2002), que analisaram a evolução recente dos nascimentos fora do casamento procurando fazer luz para as diferentes situações familiares que o compõem e para os contextos sociais a que se associa, defendem que o seu aumento resulta da concomitância de duas lógicas distintas: a persistência dessa lógica tradicional ligada a quadros existenciais de grande precariedade; e a emergência de outra mais moderna, assente na desinstitucionalização do laço conjugal e na maior autonomia individual das mães sóas²¹. Se a primeira é ainda estatisticamente mais visível, é a segunda que tem vindo a consolidar-se nos últimos anos (idem, p.442). Como referem os autores, “o aumento do número de nascimentos fora do casamento não pode ser apenas considerado um indicador de mudança demográfica. É também necessário entendê-lo como um reflexo da mudança de valores e de comportamentos que acompanha o desenvolvimento da modernidade” (idem, p.413).

²¹ Num estudo qualitativo sobre cuidados às crianças em famílias monoparentais maternas, os autores depararam-se com dois grandes cenários no caso das mães solteiras: um, de jovens mães dependentes, que remete para um quadro ainda tradicional; e outro, de cariz mais moderno, de mulheres independentes e mais velhas, que assumem ou procuram mesmo essa maternidade a solo (Wall, São José e Correia, 2002).

Comparando com os dados relativos à UE 15 (quadro 1.4), Portugal tinha nos anos 60 uma natalidade “ilegítima” a rondar os 10%, praticamente o dobro em relação à média europeia e muito superior à dos restantes países do Sul. Actualmente regista um valor um pouco abaixo da média da UE 15 (que foi de 33% em 2004), o que se deve a um crescimento ainda mais intenso deste fenómeno no contexto europeu desde os anos 80, sobretudo nos países do Norte, mas mantém a distância em relação à Europa Sul, que regista valores bem mais diminutos²², com destaque para a Grécia.

Quadro 1.4 – Nados-vivos fora do casamento (% do total de nados-vivos)

Portugal e UE 15, 1960-2004

Anos	Portugal	UE 15
1960	9,5	5,1
1965	7,8	5,0
1970	7,3	5,6
1975	7,2	6,8
1980	9,2	9,6
1985	12,3	14,9
1990	14,7	19,6
1995	18,7	23,5
2000	22,2	28,6 ^e
2001	23,8	30,0 ^e
2002	25,5	30,6 ^p
2003	26,9	31,8 ^e
2004	29,1 ^p	32,8 ^e

Fontes: Barreto e Preto (2000) e Eurostat (2005)

Legenda: ^(e) Valor estimado ^(p) Valor provisório

Outro traço distintivo da paisagem nacional é a diluição dos contrastes regionais que a caracterizaram até recentemente. Na década de 70, o índice sintético introduzia uma grande clivagem entre o Norte mais fecundo e o Sul menos fecundo, em grande medida resultante “de uma desigual presença de práticas religiosas nestes dois espaços (...) [e] de uma maior ou menor relevância estrutural das actividades agrícolas em torno da pequena propriedade familiar” (Almeida e Wall, 1995, p.40), o que se associa, como é sabido, a descendências mais numerosas. Na década de 80 este fosso vai aprofundar-se mas, na viragem para os anos 90, as diferenças regionais tendem a esbater-se devido

²² Em 2004, o país da UE 15 com o número de nascimentos fora do casamento mais elevado foi a Suécia (55,4% do total de nados-vivos) e o país com o número mais baixo foi a Grécia (4,9% ^p) (Eurostat, 2005).

à acção conjugada do reforço da queda da fecundidade nos locais onde era mais elevada tradicionalmente e do abrandamento onde já era mais baixa (Bandeira, 1996). Com efeito, em 1991 o ISF oscilava entre 1,5 filhos, no Centro, no Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo, e 2,2, nos Açores, região que ainda mantinha a substituição das gerações. Em 2004, a diferença regional era ainda menor, com valores a oscilarem entre 1,3 e 1,7, com a novidade do Algarve passar a substituir os Açores enquanto região mais fecunda (quadro 1.5). Segundo Ferrão, esta diluição das clivagens, que aproxima, em termos de fecundidade, realidades regionais e sociais totalmente díspares ainda nos anos 60, “sublinha como foi intensa e até violenta a transformação ocorrida em áreas rurais, mesmo nas que, permanecendo mais conservadoras, maior resistência têm demonstrado ao declínio dos modelos tradicionais de nupcialidade, fecundidade e organização familiar” (1996, p.26).

Quadro 1.5 – Índice sintético de fecundidade – Portugal e NUTS II, 1991-2001

Anos	Portugal	Norte	Centro	Lisboa e V. Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. dos Açores	R.A. da Madeira
1991	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,7	2,2	1,7
1995	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,5	1,8	1,4
2001	1,5	1,4	1,3	1,5	1,3	1,5	1,8	1,7
2004	1,4	1,3	1,3	1,5	1,4	1,7	1,6	1,5

Fontes: INE (2003/2005)

Mas um dado completamente novo no quadro da fecundidade nacional é o peso dos nascimentos dos cidadãos imigrantes. Com efeito, a última década do século XX registou intensos fluxos migratórios, o que se traduziu num saldo migratório positivo. Embora não sendo um fenómeno original teve, contudo, um impacto muito significativo quer no crescimento da população, quer nos nascimentos, já que estamos perante uma imigração de contornos económicos, ou seja, de pessoas em idade activa e fértil. De facto, segundo os Censos de 2001, os emigrantes foram responsáveis por mais de 80% do aumento populacional efectivo. E do total de nados-vivos que ocorreram nesse ano, 10% corresponderam a situações em que pelo menos um dos pais não tinha nacionalidade portuguesa (Rosa e Vieira, 2003; Rosa et al., 2004). As estatísticas demográficas também dão conta desta realidade: desde 1995 que os nados-vivos de mães estrangeiras não param de aumentar, passando a representar 7% do total dos nascimentos ocorridos em 2003 (Carrilho e Patrício, 2004, p.132). O contributo desta

população imigrante no quadro da natalidade portuguesa é tanto mais importante quanto ela apresenta, como referimos, uma grande concentração nas idades férteis, bem como níveis de fecundidade mais elevados do que os da população nacional: em 2001, o índice sintético das mulheres de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal foi de 2,38 filhos. Apesar do seu peso ainda relativamente diminuto no total de mulheres em idade fértil, “caso as populações estrangeiras não estivessem presentes, Portugal teria um número médio de filhos por mulher (ou melhor, um valor do ISF), ligeiramente mais baixo que o realmente observado”, de 1,42 em vez de 1,45 (Rosa et al., 2004, p.80). As mulheres de origem africana e asiática eram, em 2001, as que detinham níveis de fecundidade mais elevados, com valores do índice sintético a oscilarem entre 2,6 no caso das são-tomenses e 5,6 no caso das chinesas (quadro 1.6). Mas enquanto que as primeiras apresentavam uma fecundidade bem mais baixa no que nos seus países de origem, apontando para “estratégias de «assimilação» demográfica, pela progressiva aproximação aos níveis observados na sociedade de acolhimento” (idem, p.82), as segundas apresentavam o comportamento inverso (assim como as europeias de leste em geral, com a exceção das moldavas) como se estas mulheres tivessem encontrado na sociedade portuguesa condições para concretizar cenários de fecundidade vedados nos seus países de origem.

Quadro 1.6 – ISF das mulheres portuguesas e estrangeiras residentes em Portugal e ISF nos países de origem – 2001

Países	Portugal	País de origem
Portugal	1,45	
<i>portuguesas</i>	1,42	-
<i>estrangeiras</i>	2,38	-
Angola	3,0	6,9
S. Tomé e Príncipe	2,6	6,2
Guiné-Bissau	3,4	5,8
Cabo-Verde	3,3	4,0
Brasileira	1,8	2,4
China	5,6	1,8
Roménia	3,4	1,3
Rússia	2,3	1,2
Ucrânia	2,3	1,1
Moldávia	0,7	1,4

Fontes: Rosa et al. (2004)

Não obstante tratar-se de uma realidade ainda recente, a do peso significativo dos imigrantes na nossa demografia, as futuras abordagens da fecundidade portuguesa não poderão deixar de auscultar o papel desta população para o seu desenho efectivo.

Neste início de século XXI, a fecundidade portuguesa caracteriza-se, em suma, pelos seguintes traços: em termos comparativos, por um índice sintético relativamente abaixo da média da Europa dos 15, embora seja o mais elevado no contexto dos países do Sul; internamente, pela uniformização do indicador no espaço nacional, pela mudança na relação de forças entre nascimentos dentro e fora do nascimento, pelo adiamento da entrada na maternidade e pelo fenómeno mais recente da importância dos nados-vivos de cidadãos estrangeiros no conjunto dos nascimentos.

Queremos deixar ainda uma última nota. Os Censos de 2001 coincidiram com uma mudança-chave da nossa estrutura etária, que foi o índice de envelhecimento ter vencido a fasquia dos 100. Pela primeira vez, em termos nacionais, a população idosa (65 ou mais anos) passou a ser mais numerosa que a população jovem (0-15 anos). É certo que se trata de um cenário demográfico estreitamente ligado aos fenómenos do aumento da esperança de vida e da baixa da mortalidade. Mas a quebra da fecundidade que se registou no último quartel do século XX, ao diminuir os efectivos de jovens, também teve a sua quota-parte de responsabilidade no processo de envelhecimento da população portuguesa (Carrilho e Gonçalves, 2004). Como comentaram Carrilho e Patrício a este respeito, “os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem expressos na redução da população jovem” (2004, p.146).

2.1.1. Os ideais e as aspirações de fecundidade

A partir dos anos 90 foram realizados alguns estudos intensivos e extensivos que vieram confirmar a relevância da «norma dos dois filhos» também na sociedade portuguesa. Logo a abrir a década, o Estudo Europeu dos Valores (EVS) – então na sua segunda edição, mas que contou, pela primeira vez, com a participação de Portugal – deu a conhecer o universo das representações mais e menos dominantes da população portuguesa adulta (homens e mulheres a partir dos 18 anos) em vários domínios da vida familiar, nomeadamente no da fecundidade. A dimensão ideal de descendência situava-se numa média de 2,4, com 59% dos inquiridos a referirem 2 filhos e 22% a referirem 3, pelo que já aí se entrevia aquela tendência: “A norma ideal parece tender a concentrar-

se em torno do valor modal de 2 filhos” (Almeida e Guerreiro, 1993, p.198). Aliás, a grande uniformidade deste indicador nos países da então UE12 (2,5 filhos em média)²³ – à semelhança do que acontecia com outros indicadores respeitantes à vida em casal ou ao papel das mulheres nas esferas pública e privada – levou as autoras a confirmarem a existência de uma “homogeneidade cultural” no que toca aos valores sobre a vida familiar (idem, p.217). Não obstante, os dados também permitiram identificar as franjas que mais contribuíam para aquela norma ideal, bem como aquelas que mais se distanciavam, reproduzindo modelos algo tradicionais: os inquiridos até aos 24 anos, com o ensino secundário e com profissões ligadas aos serviços estavam claramente apostados no ideal dos 2 filhos; por contraposição aos inquiridos a partir dos 45 anos, iletrados e com ocupações agrícolas, mas também com profissões de topo (patrões e quadros), onde o terceiro filho (e por vezes o quarto) detinha ainda um peso significativo, o que se traduzia num ideal médio ligeiramente superior (2,7 a 2,8 filhos). No início da década de 90 era, portanto, uma população jovem e com qualificações escolares e profissionais intermédias a verdadeira protagonista da mudança no que respeita aos ideais de fecundidade.

Alguns anos depois, para dar resposta a questões da agenda política nacional e internacional sobre a quebra da fecundidade, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o Inquérito à Fecundidade e Família (IFF), à semelhança do que aconteceu noutros países europeus e não só²⁴. Em 1997 foram inquiridas mais de 6 mil mulheres entre os 15 e os 49 anos (intervalo que corresponde, convencionalmente, ao período fértil feminino) e mais de 3 mil homens entre os 15 e os 54 anos, tratando-se de uma amostra nacional representativa e com duas características inovadoras: a inclusão dos homens num questionamento que tem sido sistematicamente dirigido às mulheres, pelo menos no caso português; bem como a inclusão de uma faixa da população mais jovem, onde é comum a iniciação sexual, mas que ainda está relativamente longe da transição

²³ O inquérito foi aplicado num grande número de países europeus, incluindo 10 da então UE12 (ficaram de fora a Grécia e o Luxemburgo). As comparações feitas pelas autoras entre a situação portuguesa e a europeia referem-se apenas a estes 10 países. Para uma visão mais detalhada da construção das amostras e dos diferentes países envolvidos nas 3 edições do Estudo Europeu dos Valores ver Vala et al. (2003).

²⁴ Os *Fertility and Family Studies* – no qual se inclui o IFF – foram realizados sob a égide da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, contanto também com a participação de países não europeus, como os Estados Unidos da América, o Canadá e a Nova Zelândia (Lutz, 1997). Com estes estudos visava-se apreender a extensão das mudanças no campo dos comportamentos procriativos e as causas que sustentam os novos padrões de fecundidade, bem como encontrar soluções para contrariar ou mesmo inverter a tendência no sentido da limitação dos nascimentos.

para a parentalidade²⁵. Ora, o resultado que queremos aqui ressaltar prende-se com o *número máximo de filhos desejados*, ou seja, a “soma do número de filhos já havidos e dos que são ainda desejados” (INE, 2001, p.53), que aponta para uma ampla preferência pelos dois filhos: independentemente do género ou da faixa etária, para 59% dos inquiridos este é o *número máximo de filhos desejados* (2,1 em média). Apesar deste resultado não ser comparável ao do Estudo Europeu dos Valores, pois tratam-se de indicadores muito distintos – o de 1990 remete para o universo das representações acerca do valor da criança, é o ideal abstracto, enquanto que o de 1997 é mais próximo das práticas procriativas – é de salientar, mesmo assim, a preferência a diferentes níveis por esta «norma dos dois filhos».

Detalhando um pouco mais os resultados do IFF, um corte longitudinal permite perceber que a polarização neste tipo de descendência é maior nas gerações mais novas, o que parece apontar, tal como no estudo anterior, no sentido da crescente adesão à ideia dos dois filhos: passa de 45% na faixa etária dos 45-49 anos, para 70% na dos 15-19 anos (INE, 2001, p.362). Mas esta é uma hipótese que não pode ser testada, pois, em rigor, o aumento do cenário de quatro e mais filhos nas gerações mais velhas não traduz necessariamente um “desejo” mais ambicioso por parte daquelas e sim a realidade das suas práticas mais fecundas: a média de nados-vivos passa de 0,2 na faixa etária dos 20-24 anos para 2,1 na dos 45-49 anos; e, destes últimos, 29% tiveram mais de dois nados-vivos, quando na amostra total foi de 12% (idem, p.210). A verdade é que este indicador apresenta problemas de consistência interna, pois mede realidades diferentes de acordo com o momento do ciclo reprodutivo em que os entrevistados se encontram: mede o ideal inicial de quem ainda não teve filhos, como acontece com grande parte dos entrevistados mais novos; o ideal situado de quem já teve pelo menos um filho; e, por fim, a descendência final de quem já chegou ao termo do ciclo reprodutivo, como é o caso, certamente, dos entrevistados mais velhos²⁶.

Numa pesquisa sobre as práticas e as representações de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas, os autores não só analisaram os dados do IFF, como se lançaram em 1999 numa investigação em profundidade das estreitas relações entre sexualidade, fecundidade e contraceção, a partir de entrevistas compreensivas a mulheres em idade

²⁵ De facto, os dois inquéritos portugueses realizados durante a década de 80, sobre ou incluindo questões ligadas à fecundidade, tinham populações-alvo com esse tipo de características mais restritivas. Para uma rápida análise dos resultados desses inquéritos ver Almeida et al. (1995/2002).

²⁶ Nos próximos capítulos encontra-se um esclarecimento acerca destes diferentes indicadores. Para uma crítica mais detalhada das opções e da análise dos resultados do IFF ver Cunha (2002).

fértil²⁷. Daqui resultaram nove “retratos”, onde aquelas dimensões se articulam de modos diversos e em cumplicidade com variáveis biográficas e sociais como a idade, a situação conjugal ou o nível de literacia (Almeida, 2004). Ora, um resultado interessante desta abordagem qualitativa prende-se, justamente, com a espontaneidade com que a “norma dos dois filhos” ocorre no discurso directo das entrevistadas (não obstante a existência de outros ideais), tanto no caso das que já são mães como no caso das que ainda não entraram na maternidade. Mas também porque desvenda que esta preferência numérica está fortemente associada à imagem do casalinho de filhos enquanto modelo ideal de descendência²⁸. Já nos anos 80, Bourguignon defendia que esta ideia de família traduzia “des fantasmes d’harmonie symétrique et de complémentarité idéale (...), protectrice et créatrice des couples” (1987, p.110). Mas aqueles autores, a partir do depoimento das entrevistadas, avançam mais na explicação: o “objectivo ao desejar filhos de sexo oposto é o de desfrutar (incutindo-os!) dos aspectos que «naturalmente» distinguem o rapaz da rapariga” (Almeida, 2004, p.209), funcionando, por isso mesmo, como um mecanismo de reprodução de estereótipos de género.

Já em 2001, o inquérito do Eurobarómetro 56.2 incluiu um painel temático sobre as atitudes face à fecundidade na Europa dos 15, que veio, justamente, reunir e precisar um conjunto de indicadores que até aí tinham sido recolhidos de forma avulsa neste tipo de pesquisa de extensiva (quadro 1.7). Falamos do ideal abstracto, do ideal situado, da aspiração inicial e da descendência efectiva, indicadores que foram operacionalizados de modo muito semelhante ao que Bassand et Kellerhals propuseram nos anos 70 (1975)²⁹. As amostras dos países-membros eram constituídas por cerca de mil indivíduos de ambos os sexos, a partir dos 15 anos de idade. A análise dos dados confirmou a magnitude e a consistência de uma “norma dos dois filhos” no espaço europeu, tanto a nível dos ideais (abstracto e situado) como a nível da aspiração inicial: “The two-child norm is strongly predominant in the fertility ideals (...) [and] still prevailing in the childbearing desires of Europeans” (Testa, 2002, p.48), sendo Portugal,

²⁷ Os autores estão, neste momento, a desenvolver uma segunda edição do estudo, desta feita sobre a saúde reprodutiva dos homens.

²⁸ Esta associação também foi constatada em Cunha (2000): as inquiridas que planeavam ter dois filhos referiram a vontade de ter um “casalinho” como uma das razões desse projecto de descendência.

²⁹ Os indicadores foram traduzidos no Eurobarómetro do seguinte modo: Q60 – *Generally speaking, what do you think is the ideal number of children for a family?*; Q61 – *And for you personally, what would be the ideal number of children you would like to have or would have liked to have had?*; Q62- *Thinking back when you were around 20 years old, how many children did you want then?*; Q64 – *Have you had any children? (If Yes) How many?* (Testa, 2002).

inclusivamente, um dos países com um perfil médio mais próximo da UE15 no seu todo (a par da Espanha e Itália).

Quadro 1.7 – Indicadores da fecundidade em diferentes inquéritos (quadro-síntese)

Indicadores	Amostras	EVS, 1990 (18 e + anos)		IFF, 1997 (15-49/54 anos)	EB62.5, 2001 (15 e + anos)	
		Portugal	UE12	Portugal	Portugal	UE15
Ideal abstracto	Total	2,4	2,5	-	2,3	2,3
	M	2,4	-	-	2,3	2,2
	F	2,5	-	-	2,3	2,3
Ideal situado	Total	-	-	-	2,3	2,2
	M	-	-	-	2,3	2,1
	F	-	-	-	2,4	2,3
Aspiração inicial (aos 20 anos)	Total	-	-	-	1,9	2,0
	M	-	-	-	1,8	1,7
	F	-	-	-	2,0	2,2
Nº máximo de filhos desejados	Total	-	-	2,1	-	-
	M	-	-	2,1	-	-
	F	-	-	2,1	-	-
Descendência efectiva	Total	1,5	1,6*	1,1	1,8	1,5
	M	1,5	-	1,1	1,6	1,3
	F	1,7	-	1,2	1,9	1,7

* 1991

Um rápido olhar para este quadro-síntese, que reúne resultados médios dos diferentes inquéritos, deixa entrever uma ligeiríssima diminuição do ideal abstracto no período de uma década. Por outro lado, também revela que, de forma sistemática, os homens tendem a ter ideais, aspirações e mesmo descendências um pouco mais contidas do que as mulheres. Já a comparação interna dos indicadores do EB62.5 permite observar alguns ajustamentos no sentido de idealizar para si, ou desejar num momento inicial, uma descendência mais contida do que a idealizada em termos abstractos. E esta tendência é reforçada quando se tem em linha de conta a descendência efectiva, embora não tanto no caso português devido ao impacto das descendências numerosas (de 4 e mais filhos) das gerações mais velhas (situação só ultrapassada pela Irlanda): a faixa etária dos 40-54 anos tem 2,3 filhos em média, contra 1,9 da UE15; e a dos 55 e mais anos tem 2,7 filhos, contra 2,3 da UE 15 (Testa, 2002, p.32). Ora, este desfasamento entre ideais e práticas é, afinal, comum a todos os inquéritos. Almeida e Wall, numa

análise dos resultados do EVS, já tinham mesmo sinalizado o facto: “A diferença entre os dois valores (...) parece assinalar que nem sempre existirá uma estabilidade ou adequação perfeita entre os projectos e os comportamentos efectivos dos casais no que respeita ao número de filhos” (1995, p.47). Contudo, o inquérito não incluía informação que permitisse detalhar estas constatações.

2.1.2. As razões dos desfasamentos entre os ideais e as práticas

Justamente, no EB62.5, a tentativa de aprofundar as causas dos desfasamentos, deu lugar a uma questão que conduziu a resultados interessantes³⁰. Por um lado, porque permitiu quantificar os desfasamentos, que não ocorrem, afinal, numa só direcção: se 29% dos europeus tinham à data da inquirição menos filhos do que os desejados por volta dos 20 anos, 12% já tinham ultrapassado essa aspiração inicial e 44% realizaram-na. Portugal destaca-se deste padrão, pois é o país onde é mais frequente superar as aspirações iniciais (19%), de tal modo que é mínima a diferença entre os que ficam aquém e os que as superam (cerca de 4%, contra 17% da UE15). Por outro lado, porque extrapolou a análise meramente estrita da fecundidade e avançou no sentido das acções individuais, dando a conhecer o leque matizado de razões que moldam a limitação dos nascimentos. Na amostra total da UE15 (quadro 1.8), destacam-se os problemas conjugais ou a falta de parceiro adequado, os problemas de saúde pessoais (aos quais acrescem os do cônjuge), a mudança de opinião e a falta de oportunidade, ou do “tempo certo”, para ter filhos. Com menos peso está a dificuldade em conciliar a vida familiar e o trabalho, os custos inerentes aos filhos, nomeadamente educativos, os problemas financeiros e, por fim, os problemas de alojamento.

As razões dominantes no panorama europeu apontam, então, para a necessidade de equacionar as decisões no domínio da fecundidade à luz de novas problemáticas, visto os constrangimentos exteriores e materiais, ao contrário do que se verificava há umas décadas atrás (Bassand et Kellerhals, 1975; Kellerhals et al., 1982), já não serem tão centrais nos processos de decisão. De facto, há considerações que, não sendo propriamente novas, têm hoje uma maior relevância. Falamos da questão da saúde, que se prende certamente com a realização mais tardia dos projectos parentais, mas também da questão da estabilidade psicológica em termos pessoais e conjugais. Por outras

³⁰ Q63 – *Have you had all the children that you wanted to have when you were around 20?* (Testa, 2002).

palavras, a vinda dos filhos implica estarem reunidas certas condições de bem-estar, não só económico, como em disponibilidade pessoal, em segurança afectiva e em confiança no outro para o desempenho do papel parental.

Quadro 1.8 – Razões do desfasamento entre aspiração inicial e descendência efectiva – EB56.2 (%)

Portugal e UE 15

Reasons for not having all the children desired at 20 years	UE 15	Portugal
I have/had health problems	16,1	20,0
My partner has/had health problems	8,8	8,6
<i>Subtotal</i>	<i>24,9</i>	<i>28,6</i>
I have/had financial problems	6,6	23,8
My partner has/had financial problems	1,2	1,0
<i>Subtotal</i>	<i>7,8</i>	<i>24,8</i>
The cost of children (education, etc.) is/was too high	9,1	4,8
I find/found it difficult to combine work and family life (lack of nurseries, etc.)	9,8	8,6
Availability of suitable accommodation was a problem	3,4	2,9
I could not find the right time for having children	11,9	7,6
My priorities have changed, I have enough children	15,2	7,6
I did not find the right partner for raising children or	17,8	15,2
I have/had problems with my partner		
Total	100	100

Fonte: Testa (2002)

De novo os portugueses marcam aqui a diferença, não só porque as questões de ordem pessoal são significativamente menos relevantes (tempo e prioridades), mas também porque à questão da saúde (29%) se reúne, com um peso idêntico, a económica. Com efeito, se somarmos aos problemas financeiros os custos inerentes aos filhos (cuja formulação parece remeter basicamente para a mesma dimensão), os constrangimentos económicos passam a representar 30% do total, constituindo, portanto, uma razão decisiva para a limitação da fecundidade, bem distante da tendência europeia e só ultrapassada pela vizinha Espanha e pela Grécia³¹.

No IFF foi feita uma pergunta algo semelhante à população portuguesa em idade fértil, embora não se limitasse à questão do desfasamento entre os ideais e as práticas. Os inquiridos que referiram não querer ter filhos, ou ter mais filhos (no caso dos que já

³¹ Na Grécia representam 38% e na Espanha 35%. Os restantes países apresentam valores francamente inferiores, com destaque para o Luxemburgo, onde as razões de ordem económicas representam apenas 9% do total (Testa, 2002, p.28).

tinham pelo menos um), foram questionados sobre a importância que atribuíam a vários motivos para tal (*importante, não é importante*). Ora, os resultados são interessantes e reforçam os da amostra portuguesa do EB62.5: “ter crianças implica grandes custos, sobretudo quando crescem” é, assim, o motivo *importante* referido por mais inquiridos, cerca de três quartos da amostra (INE, 2001, p.406).

Da mesma maneira, na pesquisa acerca da saúde reprodutiva das mulheres portuguesas, os autores confrontaram-se com os desacertos – imputados a problemas económicos, segundo as entrevistadas – entre os ideais iniciais em regra normativos e as práticas mais contidas. Mas também se depararam com a situação inversa, ou seja, com as descendências que superam as próprias aspirações. Trata-se, no fim de contas, de um traço distintivo da fecundidade portuguesa (como vimos, justamente, no EB62.5), que se deve, segundo Almeida et al., a um recurso pouco correcto ou mesmo artesanal da contracepção ligado “a um universo de valores em que a maternidade é entendida como uma necessidade e a grande fonte de gratificação e identidade femininas (...). [O que] explicaria a conformidade perante o destino de uma fecundidade múltipla” (2004, p.215). Ora, é justamente de diferentes práticas contraceptivas que passaremos a falar.

2.1.3. O planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez

Como já tivemos ocasião de referir, estudos a nível europeu mostraram que a descoberta de métodos contraceptivos mais seguros, designadamente da pílula, não teve uma repercussão imediata e generalizada nas práticas dos casais, mesmo constituindo a ferramenta que lhes faltava para darem resposta ao anseio de domesticar a fecundidade. O acesso a, e a familiarização com, esses métodos aumentaram, portanto, gradualmente, vencendo a pouco e pouco tabus e receios, resistências e modos de fazer enraizados, tanto mais tratando-se de uma contracepção feminina que mudou a relação de poder entre homem e mulher na arena da reprodução. Com efeito, nas palavras de Bandeira, “só por si, a existência de meios técnicos não assegura a adesão a comportamentos modernos e (...) a redefinição efectiva das metas sociais das famílias, no quadro das estratégias de procriação modernas, pode ser travada pelas dificuldades inerentes à complexa viragem de mentalidades que esse processo exige” (1996, p.420).

O caso português é especialmente paradigmático da lenta infiltração de práticas anticoncepcionais modernas nos quotidianos dos casais. A verdade é que, a introdução da pílula no nosso mercado farmacêutico no início da década de 60 e a emergência,

alguns anos mais tarde, de algum debate público em torno da questão do planeamento familiar, ocorreram sob um ambiente institucional adverso, não alheio à ideologia conservadora e moralista veiculada pelo Estado Novo a respeito da família, bem como à sua estreita ligação com a Igreja Católica. Aliás, tal como acontecia em Itália (Saraceno, 1997), a condenação do recurso à contracepção estava, inclusive, consagrada em lei, mais concretamente num Decreto-Lei dos anos 40 que “restringia e criminalizava fortemente a sua difusão e venda” (Almeida, 2004, p.31). A alteração deste panorama intelectual e legal ocorreu, obviamente, com a viragem política de 1974 e a Constituição da República Portuguesa de 1976, onde o Estado passou a chamar a si (no artigo 67º) o dever de “garantir, no respeito da liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promovendo a informação e o acesso aos métodos e aos meios que o assegurem, e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes” (Miranda e Silva, 2000, p.74). Assim, foi criada nessa altura a consulta de planeamento familiar nos Centros de Saúde, medida que, apesar de se dirigir sobretudo aos casais, constituiu um importante passo em frente no sentido de fazer chegar à população portuguesa não só um saber mais informado sobre saúde reprodutiva, como os métodos contraceptivos propriamente ditos³².

Ora, o reflexo disto tudo na adopção de práticas contraceptivas seguras por parte da população portuguesa foi lento e desigual, com as gerações jovens e escolarizadas a protagonizarem a mudança de comportamentos. Na verdade, em finais dos anos 80 a maioria dos casais estava ainda longe de ter o controlo sobre a fecundidade, como ficou claro pelos resultados do Inquérito Nacional de Saúde de 1987 analisados por Almeida et al. (1995/2002). Realizado pelo Ministério da Saúde e dirigido a uma população feminina casada e em idade fértil, este estudo deu a conhecer a heterogeneidade das práticas adoptadas pelos casais: cerca de 4 em 10 recorriam a métodos de alta eficácia, como a pílula e o dispositivo intra-uterino (DIU); e quase de metade da amostra recorria ao coito interrompido ou não fazia mesmo contracepção. A estes perfis associavam-se, respectivamente, os casais mais jovens e instruídos e os casais mais velhos pouco ou nada escolarizados.

Uma década depois, o IFF (INE, 1998/2001) revelou mudanças significativas nas práticas contraceptivas dos portugueses, com 6 inquiridas em 10 a fazerem recurso de métodos de eficácia elevada como a pílula e o DIU (residualmente, a injecção e a

³² Uma interessante resenha sobre a evolução das políticas de saúde a respeito da contracepção, bem como do contributo de outros actores para este debate, pode ser encontrada em Almeida (2004).

esterilização) e 3 em 10 a não fazerem qualquer contracepção ou a utilizarem métodos de baixa eficácia, onde está incluído o coito interrompido (Almeida, 2004). Mas estes resultados referem-se à amostra feminina total, que integra também mulheres que não viviam à data em conjugalidade, bem como mulheres inférteis ou com parceiros inférteis³³. Analisando somente os resultados respeitantes às mulheres em casal e que faziam algum tipo de contracepção³⁴, verificamos que as opções recaíam amplamente nos métodos mais eficazes. Apenas 13% destes casais tinham práticas menos eficazes, com destaque para o coito interrompido (mais de metade).

Ora, no intervalo de 10 anos que decorreu entre estes dois inquéritos, se foi clara a evolução no sentido da adopção de práticas mais seguras, nomeadamente no âmbito da vida conjugal, também é certo que as escolhas realizadas nesta arena continuaram a ser determinadas pelas mesmas características. Com efeito, o recurso a métodos menos seguros aumenta visivelmente com a idade, totalizando 20% no caso das inquiridas entre os 40 e os 44 anos e 28% no caso das inquiridas com 45-49 anos, de tal modo que o coito interrompido passa a ser, para as mais velhas, o segundo método mais utilizado (16%). É verdade que pode estar aqui em causa algum afrouxamento da vigilância contraceptiva ligado à aproximação do termo do período fértil das mulheres ou mesmo à menor frequência das relações sexuais³⁵, mas Almeida et al. também constataram uma certa “inércia” das práticas adoptadas ao confrontarem, no IFF, o tipo de contracepção à data da inquirição com aquela que foi praticada no quadro da iniciação sexual. Mas se, como dizem os autores, “a primeira experiência é quase preditiva do que virá a ser o (...) percurso posterior” (2004, p.56), o facto é que as diferentes biografias contraceptivas das mulheres não podem deixar de ser integradas “em tempos históricos e sociais distintos da modernidade portuguesa – ao longo dos quais, por exemplo, é desigual a oferta contraceptiva ou o acesso ao ensino” (idem, p.356).

³³ Dos indivíduos da amostra (homens e mulheres) que viviam em casal, 4% “tentaram ter filhos, sem êxito, durante mais de um ano”. Dos motivos para tal (quando conhecidos): 71% deviam-se a problemas de infertilidade da mulher, 19% do homem e 11% de ambos (INE, 2001, p.235).

³⁴ “Distribuição percentual de mulheres fecundas, não grávidas, em casais, por último método contraceptivo utilizado durante pelo menos três meses, segundo o grupo etário” (INE, 2001, p.321).

³⁵ No âmbito da investigação sobre saúde reprodutiva das mulheres portuguesas, uma entrevistada de 40 anos, casada, justificava deste modo a decisão de ter deixado de tomar a pílula: “Porque o meu marido já tem 51 anos, é uma pessoa que para ele ter relações só ao fim de semana basta, chega e sobre. Ora, eu ando um mês inteiro a tomar comprimidos para ter relações quatro vezes por mês? (...) Não tem lógica!” (Almeida, 2004, p.238).

Num estudo de 2001 às atitudes, opiniões e práticas da população portuguesa no que toca à saúde, à doença e à prestação de cuidados de saúde (Cabral, 2002) – no qual foram inquiridos mais de 2500 indivíduos adultos (18 e mais anos) de ambos os sexos – também foram colocadas questões, sobre práticas contraceptivas, às mulheres em idade fértil (neste caso, entre os 18 e os 49 anos). Os resultados parecem apontar no mesmo sentido, i.e., para a grande prevalência da pílula no universo dos métodos disponíveis, a par do impacto das qualificações escolares e das pertenças geracionais nas opções que são tomadas. No entanto, os dados não possibilitam uma verdadeira comparação com os anteriores, pois as questões sobre o recurso à contraceção, e designadamente o tipo de métodos que é sugerido no guião do questionário (pílula, DIU, esterilização, pílula do dia seguinte, diafragma, espuma e cones) deixa completamente de fora os métodos ditos naturais e em concreto o coito interrompido. Ora, sendo este método em particular ainda tão significativo como vimos atrás, em especial entre as mulheres mais velhas, a sua não inclusão no questionário aumenta artificialmente a proporção de mulheres que não tinham à data qualquer prática anticoncepcional (43%).

Até ao momento só analisámos a questão do planeamento familiar, o recurso a práticas anticoncepcionais que permitem definir e controlar, como uma maior ou menor margem de segurança, cenários de fecundidade e os seus calendários. Mas este constitui o campo das medidas preventivas, que, como vimos, tem tido uma evolução lenta e desigual na sociedade portuguesa. Ora, esta realidade, quando confrontada com a queda acentuada do índice sintético desde os anos 70, leva a pensar se as medidas correctivas não terão também um papel relevante no desenho final da fecundidade contemporânea. Falamos, claro está, da interrupção voluntária da gravidez (IVG). Justamente, Almeida et al. equacionaram a questão ao constatarem, no Inquérito Nacional de Saúde de 1987, a baixa adesão dos portugueses a métodos contraceptivos modernos: “Está-se perante um desfasamento que sugere, porventura, o recurso relativamente frequente ao aborto por parte de um número significativo de mulheres casadas” (1995, p.17). Situação que não seria, aliás, de todo nova. Afinal, uma das razões mais prementes que esteve na base da criação das consultas de planeamento familiar no pós-25 de Abril, foram os “altos níveis de recurso ao aborto clandestino existentes no país (fala-se então em 100 000 abortos por ano)” (Almeida et al, 2004, p.32). Cerca de três décadas depois, os números são ainda difíceis de estimar, pois a IVG é uma prática que, apesar de emergir de tempos a tempos na agenda política nacional, ainda constitui um crime na nossa

moldura penal quando é realizada a pedido da mulher, ou seja, quando extrapola as situações muito específicas em que pode ser legalmente efectuada.

Ora, no IFF de 1997, 5% das inquiridas declararam ter realizado IVGs. Destas, a maioria fez, de facto, apenas uma, mas houve quem tivesse feito duas, três ou mesmo mais (INE, 2001, p.351). A idade é aqui determinante, não só na incidência como na intensidade do fenómeno. De facto, enquanto que das inquiridas entre os 15 e os 19 anos, menos de 1% passou por esta experiência (e quando o fez tratou-se apenas de uma IVG), das inquiridas entre os 45 e os 49 anos, cerca de 10% fizeram pelo menos uma, sendo que 3% fizeram duas e quase 2% fizeram 3 ou mais.

No estudo sobre as atitudes da população portuguesa face à saúde e à doença, também foi colocada uma questão à população feminina sobre a experiência pessoal de IVGs (Cabral, 2002), da qual resultou que cerca de 9% das inquiridas afirmaram ter feito pelo menos uma. Este resultado supera, portanto, o anterior, o que atribuímos ao facto da presente amostra incidir sobre uma população mais velha (18 e mais anos). Na verdade, a ocorrência de uma IVG é menos usual entre os 18 e os 29 anos (4%)³⁶, não só porque pode haver uma franja da população que, não tendo iniciado ainda a sexualidade, não está sujeita ao risco da concepção, como esta faixa etária corresponde, grosso modo, ao período reprodutivo por excelência. É, portanto, a partir de aí que a IVG se torna mais frequente, tendo sido realizada por 10% das inquiridas com 30-49 anos e praticamente por 12% das inquiridas com 50-64 anos, 65-74 e 75 e mais anos. Ora, a regularidade da experiência de IVG entre as mulheres que já terminaram há mais ou menos tempo o seu período fértil, numa proporção que não está, afinal, distante da das mulheres dos 30 aos 49 anos, parece denunciar a tendência para se manter o recurso a esta medida correctiva quando falham (ou não são accionadas) as preventivas. Isto não invalida que estas experiências estejam a mudar, seja no número de IVGs que as mulheres realizam ao longo do período fértil, seja no quadro contraceptivo mais ou menos eficaz que lhe está a montante. Sem dados neste estudo para nos apoiarmos, estamos em crer que estas são as principais mudanças que se ocultam sob a realidade da prevalência da IVG.

Muito recentemente, no segundo semestre do ano passado, foi promovido um inquérito via correio à população portuguesa adulta, dos 18 aos 74 anos, sobre atitudes e

³⁶ Valores calculados a partir da base de dados do inquérito disponível on-line na página do ICS: www.ics.ul.pt.

opiniões no campo da sexualidade, designadamente sobre este tema (DECO, 2006)³⁷. Dirigido a uma amostra representativa do Continente³⁸ e com uma taxa de resposta de 20%, obtiveram-se 3666 questionários válidos: 48% de homens e 52% de mulheres. Ora, este estudo fornece um resultado surpreendente, pelo menos quando comparado com os anteriores, na questão sobre a IVG: 24% da amostra afirmou ter feito pelo menos um aborto voluntário ou provocado (25%, quando temos em conta apenas as respostas das mulheres)³⁹. Não podemos deixar de pensar que a metodologia adoptada – o auto-preenchimento do questionário sem a presença de um interlocutor – terá levado a que um maior número de pessoas tivessem admitido ter passado pela experiência, o que de outro modo não fariam pela ilicitude da prática. Isto significa que estaremos perante um valor porventura mais próximo da situação real? Muito provavelmente. No entanto, há que esclarecer também que este estudo, mais uma vez devido à metodologia posta em prática (que implica algum nível de literacia), não retrata fielmente a nossa paisagem social, mas antes uma franja da população mais escolarizada: 45% das inquiridas têm uma escolaridade elevada (nível superior); 32% têm uma escolaridade média (10º a 12º ano); e apenas 23% têm uma escolaridade baixa (até ao 9º ano). Outra questão interessante ligada a esta diz respeito à experiência da gravidez indesejada, que ocorreu em 27% das mulheres: 19% tiveram apenas uma e 8% tiveram mesmo mais do que uma. Trata-se, portanto, de um valor muito próximo do da IVG, o que não deixa de ser um indicador de que este será, não raramente, o desfecho para uma gravidez indesejada. Com efeito, o IFF tem uma questão sobre a atitude provável face a uma eventual gravidez indesejada. Das soluções apresentadas, a maioria das inquiridas respondeu que *teria o bebé e ficaria com ele* (74%), mas houve também quem ponderasse a IVG: 7% fariam e 6% talvez fizessem. Por fim, 12% das inquiridas não souberam responder, o que abre um campo de possíveis donde o aborto não está, certamente, excluído. Quem respondeu com mais frequência que *faria um aborto* foram as mulheres mais velhas – 10% das que tinham entre 40 e 44 anos e 13% das que tinham entre 45 e 49 anos. E foram as mulheres entre os 20 e os 39 anos que mais responderam que ficariam com o bebé, revelando a maior disponibilidade para acolher uma gravidez indesejada.

³⁷ Os dados mais detalhados acerca do estudo foram gentilmente cedidos, em conversa telefónica, pelo Dr. Osvaldo Santos, psicólogo e técnico da associação.

³⁸ Amostra estratificada por sexos, grupos etários quinquenais e distritos.

³⁹ No caso dos homens, a questão era colocada em relação à sua parceira. Este estudo foi simultaneamente aplicado noutros países europeus, por associações congéneres da DECO. Os resultados (apenas para as mulheres) sobre a IVG são: 11% na Bélgica; 23% na Itália; e 16% em Espanha. A situação portuguesa é, então, próxima da da Itália, onde a IVG também parece ter um papel importante no desenho da sua baixa fecundidade.

Mas o indicador mais interessante, e que vem de encontro ao que acabámos de dizer, é o que respeita à *taxa de IVGs*, i.e., o rácio de IVGs por mil gravidezes numa dada faixa etária, na medida em que permite verificar onde o recurso à IVG é mais frequente. Na análise do IFF, onde estes cálculos foram feitos a partir das declarações das inquiridas (INE, 2001), o que se verifica é o seguinte: uma incidência elevada antes dos 20 anos, com 104 IVGs por 1000 gravidezes; mais baixa entre os 20 e os 34 anos, com 50 a 57 IVGs; e muito elevada a partir dos 35 anos, com destaque para as 698 IVGs por 1000 gravidezes entre os 45 e os 49 anos. Estes dados são elucidativos de que o recurso a medidas correctivas visa, por um lado, adiar o início da carreira reprodutiva e, por outro, encerrá-la, de modo a não aumentar a descendência quando falha o recurso à contracepção. E é exactamente onde esta é menos eficaz, ou seja, a partir dos 40 anos, como ficou amplamente demonstrado em todos os estudos, que o recurso à IVG é maior.

Na pesquisa intensiva de Almeida et al. (2004), cerca de 12% das entrevistadas deram o seu testemunho a este respeito, sobressaindo claramente a relação entre a IVG como resultado de uma gravidez não desejada e a utilização de métodos contraceptivos de baixa eficácia – coito interrompido, amamentação, espuma – ou a má utilização de outros mais eficazes – esquecimentos ou pausas na toma da pílula – e mesmo a ausência pura e simples de contracepção – na crença de se ser infértil ou num intervalo entre métodos. Também na análise que fizeram dos dados do IFF confirmaram isso mesmo, a prática da IVG como resultado da falha dos mais variados métodos contraceptivos, o que os levou a concluir que aquela “não substitui a contracepção, emergindo antes como último recurso que vem corrigir falhas – do contraceptivo ou da utilização (incorrecta) que dele se faz” (Almeida et al., 2002, p.389).

2.2. Mudanças e permanências no valor social da criança nas famílias portuguesas

As transformações recentes dos comportamentos procriativos das famílias, cuja quebra da fecundidade é apenas a sua face mais visível, acompanham outras mudanças de fundo que têm vindo a ocorrer no âmbito da vida pessoal, familiar e doméstica, designadamente no que respeita ao valor ou significado dos filhos. Também em Portugal, estudos têm procurado fazer luz sobre estas mudanças registadas no lugar da criança na família.

2.2.1. A centralidade dos filhos no quadro das estratégias procriativas e educativas: a limitação da descendência e a promoção social da criança

Se há um sinal inequívoco da centralidade dos filhos na sociedade portuguesa contemporânea, é o que põe em evidência a relação entre a limitação dos nascimentos e a promoção social dos filhos pela via da mobilização educativa. Como referiram Almeida e Wall em meados dos anos 90 a propósito da queda acentuada da fecundidade “*o extraordinário investimento que os casais hoje fazem na socialização escolar das suas crianças* (cada vez mais longa, entendida como um instrumento crucial para a qualificação, inserção e promoção socioprofissionais), *pelos custos que acarreta, é, porventura, um dos maiores incentivos à limitação do número de filhos*” (1995, p.41). Mas esta estreita relação não foi simplesmente deduzida da evolução demográfica, mas antes auscultada no terreno, em estudos intensivos sobre a vida familiar portuguesa e sobre as práticas e os valores no campo da procriação.

Numa investigação levada a cabo no final dos anos 80 às portas da cidade de Lisboa, Almeida (1993) dá conta da evolução do valor social da criança em contexto operário ao longo do século XX. A autora verifica que na década de 20, a elevada fecundidade das famílias ligadas à indústria corticeira do Barreiro, na sua maioria rurais e recém-chegadas ao universo operário, radicava em dois tipos de factores: por um lado, nos hábitos transportados dos locais de origem, onde se atribuía “um lugar importante à descendência numerosa de modo a assegurar, num contexto de níveis confrangedores de mortalidade infantil, a existência de adultos para o trabalho nos campos, a transmissão da propriedade familiar e a assistência aos pais na velhice” (idem, p.103); por outro, nas condições favoráveis encontradas nas fábricas de cortiça, que absorviam facilmente a mão-de-obra infantil. A criança era, assim, essencial nas estratégias de sobrevivência destas famílias operárias, “factor que vem ainda pesar na relativa indiferença do casal corticeiro em diminuir a sua descendência” (idem, p.104). Por consequência, as crianças faziam uma passagem “fugaz” pela escola e eram rapidamente integradas na condição operária, passando a ficar investidas de uma função económica, ou seja, de contribuição para o sustento doméstico. Bem diferente desta, era a estratégia das famílias operárias ligadas à CUF já em meados do século XX. A forte aposta na socialização escolar dos filhos, que adiava conscientemente a sua participação na esfera produtiva, tinha em vista melhorar as suas oportunidades no mercado de trabalho. Esta mobilização educativa, pelos custos daí decorrentes, teve impacto a nível da fecundidade das *famílias-CUF*: a

“redução voluntária do número de filhos torna-se, portanto, uma peça chave da estratégia familiar de promoção” (idem, p.182). No final da década de 80, as diferenças diluem-se significativamente e as famílias operárias barreirenses passam a constituir um grupo mais homogêneo no que respeita às práticas procriativas e à socialização escolar dos filhos: as descendências de um ou dois filhos passam a ser a norma; e estes tendem a frequentar o sistema de ensino até aos últimos anos do secundário, prolongando, por isso, a dependência económica em relação aos pais. Concluiu a autora: “Estratégias de fecundidade eficazmente controladas e uma descendência muito limitada, sugerem-nos um padrão de socialização que passa por um fortíssimo investimento dos pais no processo de escolarização dos filhos (...). Este facto tem reflexos apreciáveis no seu futuro profissional e até no seu destino social. O diploma escolar proporciona efectivamente, a estas novas gerações, o acesso a profissões e ramos de actividade que as afastam, decisivamente, da condição operária dos seus pais” (idem, p.245).

Também no universo rural do Baixo Minho, Wall (1998) observou as mudanças no valor social da criança nas famílias camponesas ao longo das últimas décadas. Ainda nos anos 60 ter vários filhos nestas famílias constituía não só um dado incontornável da vida conjugal, como uma necessidade para a dinâmica e o bom funcionamento da vida familiar. Como resume a autora, “o significado social da criança assentava não só no seu estatuto de «trabalhador familiar», mas também no seu estatuto de sucessor e na sua qualidade de reprodutor de um estatuto elevado dentro e fora de casa” (idem, p.235). É só no final da década de 70 e no início da seguinte que o discurso dos jovens casais, sem abandonar completamente a ideia do valor tradicional da criança, começa a reflectir uma nova atitude face à infância. Esta deve ser mais protegida, privilegiada, acarinhada, respeitada, educada. E, para tal, há que ter descendências mais contidas, de dois ou três filhos no máximo, através duma estratégia contraceptiva assente no “evitar” e já não na “precaução”, como acontecia no passado (idem, p.240). A “norma dos dois filhos” e a mobilização educativa aliam-se, assim, nas estratégias das famílias camponesas, o que também passa a funcionar, de certo modo, como força centrífuga do trabalho da terra: “Idealmente, a norma dos dois filhos permite, segundo os lavradores, promover simultaneamente três tipos de privilégios: uma infância mais «retribuída» e protegida; a sucessão na agricultura familiar (...); uma promoção social mais urbana, ligada aos «estudos» e a uma mobilidade social em direcção à pequena burguesia de enquadramento ou à burguesia profissional” (idem, p.241).

Como vimos claramente por estas duas pesquisas, realizadas em finais de 80 em contextos familiares, socio-económicos e espaciais tão distintos, há que fazer a leitura da limitação das descendências no quadro das estratégias familiares de promoção social dos filhos. Como diria Singly: “Les stratégies éducatives prolongent les stratégies de fécondité, ou plus exactment ces dernières constituent déjà le maillon initial des premières” (1993, p.26). Ora, estudos quantitativos sobre a vida familiar vêm reforçar esta ilação, como é o caso do inquérito europeu do Eurobarómetro de 1993 (EB39.0), do IFF de 1997 e do inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo de 1999 (FPC).

No EB39.0 (Malpas e Lambert, 1993), dirigido à população a partir dos 15 anos dos então 12 Estados-membros da União, foi colocada uma pergunta sobre as razões (ou factores) que, em geral, podem influenciar as decisões quanto ao número de filhos. Os inquiridos foram levados a referir, de uma lista de 12 razões, as três mais importantes⁴⁰. Sem variações significativas no que toca ao género, do conjunto das respostas da UE 12 destacaram-se três: antes de mais *a estabilidade do casal*, com 50% dos europeus a apontarem esta razão; mas também *a disponibilidade de alojamento* (42%) e *a crise económica e o desemprego* (37%). Em seguida, com valores afins, surgem: *o custo da educação dos filhos* (24%); *os horários de trabalho flexíveis* (24%); e *as soluções, acessíveis e de qualidade, de guarda das crianças* (22%)⁴¹. Ora, o caso português destoa amplamente deste perfil, que coloca no topo das razões a questão da qualidade da relação conjugal. De facto, os portugueses foram, entre os europeus, os que menos valorizaram este factor, passando para quinta posição com 25% de respostas. Em contrapartida, em primeiro plano, sem paralelo em qualquer outro país, passou a estar o custo ligado à educação (41%). Trata-se, portanto, de uma confirmação muito clara que o esforço económico expressamente direccionado para a educação dos filhos pode ser – pelo menos é sentido como tal – um factor determinante na limitação das descendências.

Poucos anos depois, no IFF (INE, 2001) foi colocada uma questão semelhante, sobre os motivos possíveis para o declínio da fecundidade. No entanto, ao contrário da anterior que reúne factores que funcionam como “obstáculos” e “ajudas” – segundo a terminologia de Miller (1987) – esta centra-se apenas nos primeiros, pois tem como propósito conhecer os constrangimentos que se aliam às descendências contidas. Por

⁴⁰ A questão era colocada do seguinte modo: “Le nombre d’enfants que le gens souhaitent avoir peut être influencé par différents facteurs. Sur cette liste, pouvez-vous indiquer le trois facteurs qui vous semblent les plus importants?” (Malpas e Lambert, 1993, p.143).

⁴¹ Com menos peso surgem os factores ligados às licenças de maternidade e paternidade, ao abono familiar, aos benefícios fiscais, à disponibilidade dos avós, à disponibilidade de métodos contraceptivos e às facilidades no transporte para o trabalho e para a escola.

outro lado, os inquiridos não tinham que seleccionar os principais motivos e sim manifestar a opinião em relação a cada um deles (*muito importante, relativamente importante, não é importante*). Não obstante estas diferenças, os resultados (quadro 1.9) apontam claramente no mesmo sentido, i.e., para a grande importância atribuída aos factores económicos, tanto em geral (79%), como no que toca à educação dos filhos (72%)

Quadro 1.9 – Motivos possíveis para o declínio da fecundidade nas gerações mais recentes – IFF
(% de inquiridos que dizem *muito importante* em cada categoria)

Motivos possíveis para o declínio da fecundidade	% <i>muito imp.</i>
A crise económica e o desemprego	78,8
Os encargos financeiros de educar uma criança	71,9
Condições habitacionais	58,2
O aumento do número de mulheres a trabalhar fora de casa	53,4
Receio do futuro	49,3
A crescente facilidade de acesso aos anti-concepcionais	47,0
Dificuldade em conciliar família e trabalho	46,6
Insuficientes condições de apoio aos cuidados infantis	45,2
O maior número de divórcios	32,3
O crescente desejo de independência e promoção social	29,2
A ideia de que uma família pequena é melhor para a criança	14,5

Fonte: INE (2001)

A importância que é dada a esta questão está também presente no inquérito FPC. Dirigido às famílias portuguesas com filhos em idade escolar, mas em que as inquiridas foram apenas as mulheres-mães⁴², foi feita uma pergunta aparentemente lateral para a compreensão da centralidade dos filhos no quadro das estratégias procriativas e educativas das famílias, mas cujos resultados são elucidativos disso mesmo. A pergunta prendia-se com a gestão do dinheiro na família e o seu objectivo consistia em conhecer as três principais áreas ou destinos de utilização dos rendimentos dos casais portugueses (Wall, 2000). Como podemos observar no quadro seguinte (1.10), as duas grandes áreas que absorviam os rendimentos das famílias prendiam-se com a poupança (8 inquiridas em 10), certamente para fazer face a situações pontuais ou de maior aperto, e com os gastos correntes da família (62%). Ora, depois destes destinos mais frequentes, que

⁴² Sobre o inquérito FPC falaremos detalhadamente mais adiante.

remetem para a sobrevivência imediata do agregado doméstico, com maior ou menor margem de segurança, surgem, então, os gastos com os estudos e a formação dos filhos (41%), inclusivamente à frente da compra da habitação familiar (34%). Quando confrontada com outras utilizações do dinheiro (nos lazeres, nos consumos mais hedonistas, na informação, na própria formação do casal e nos investimentos de vulto), percebemos, claramente, como esta questão da mobilização escolar dos filhos é central no universo dos valores dos portugueses, estruturando áreas tão diversas como é esta da canalização dos recursos económicos das famílias.

Quadro 1.10 – Áreas de utilização dos rendimentos dos casais portugueses com filhos – FPC
(% de respostas em cada área)

«No que respeita à gestão dinheiro na sua família, a senhora e o seu marido têm tentado...»	% de respostas
Ter sempre algum dinheiro de reserva	80
Conseguir ir vivendo o dia a dia garantindo o sustento de todos	62
Aplicar o dinheiro em estudos/formação profissional dos filhos	41
Aplicar o dinheiro na compra de casa própria para habitação	34
Usar o dinheiro na compra de coisas novas e em actividades que dêem prazer (roupas, restaurantes...)	10
Investir/montar um negócio	10
Aplicar o dinheiro em equipamentos (carro, electrodomésticos...)	8
Aplicar o dinheiro em actividades e bens que permitam à família informar-se e conhecer melhor o mundo à sua volta	8
Aplicar o dinheiro na compra de outras casas, terrenos...	6
Aplicar o dinheiro em estudos/formação profissional sua ou do seu cônjuge	4
Outras respostas	4

Fonte: Wall (2000)

Por fim, não queremos deixar de referir que à centralidade dos filhos no quadro da vida familiar, e justamente no que diz respeito às estratégias educativas, parece estar aliada uma componente de sacrifício parental. Esta é a leitura que fazemos de um dado de 1999 do EVS, a posição de ampla concordância (80% dos portugueses e 71% dos europeus), a respeito da seguinte declaração: “É dever dos pais fazerem o melhor pelos filhos, mesmo à custa do seu bem-estar”. Este dever de abdicação, que revelou alguma estabilidade entre 1990 e 1999 (passou de 83% para 80%), cruza-se, no entanto, com clivagens sociais: para além das mulheres, são, então, as gerações mais velhas e menos qualificadas que se destacam na defesa do valor do sacrifício pessoal em prol da criança

(Almeida, 1993), certamente por terem sido elas que protagonizaram infâncias menos protegidas e com mais carências materiais.

2.2.2. A centralidade dos filhos e as novas alianças entre identidade, conjugalidade, e parentalidade

Até há bem pouco tempo, na sociedade portuguesa, ter filhos era a finalidade última, inquestionável – e ao limite inevitável – da vida em casal. Mas a dependência entre conjugalidade e procriação ocorria nos dois sentidos, pois esta só era reconhecida no quadro da união matrimonial. Sobre os filhos ilegítimos, ou bastardos, e as mães solteiras (assim como sobre os casais inférteis) recaía, portanto, um estigma social. Por outro lado, a parentalidade era criadora, em sentido forte, de uma identidade positiva, em especial para as mulheres, para as quais o campo de acção e de atribuições estava confinado ao espaço doméstico, cabendo aos homens a participação na esfera pública, da qual recebiam parte dos ingredientes geradores da sua identidade masculina.

E, actualmente, que lugar tem a procriação nos projectos pessoais e conjugais? A verdade é que conjugalidade e reprodução já não se sobrepõem de forma tão clara. Por um lado, não só a monoparentalidade tem, hoje em dia, um maior reconhecimento social (Almeida, 2004), sem dúvida pela vulgarização do divórcio desde o 25 de Abril, como pode ser equacionada ou mesmo vivida de modo gratificante, no quadro de projectos de maternidade *a solo* (Ferreira e Aboim, 2002; Wall et al., 2002; Almeida, 2004). Por outro lado, mesmo no âmbito da vida em casal, ter filhos já não se impõe como uma evidência face às possibilidades oferecidas pela contracepção moderna. Cada vez mais se trata de um processo que pode envolver a tomada de várias decisões, desde a dimensão da descendência ao calendário da fecundidade, quando não mesmo passando pela negociação entre ter filhos ou não ter (Cunha, 2000; Testa, 2002; Almeida, 2004). Paralelamente, as grandes conquistas das mulheres portuguesas na esfera pública ao longo das últimas décadas, em concreto no ensino e no mercado de trabalho, fizeram-se acompanhar de novos papéis e novas fontes de realização pessoal que vieram redefinir o lugar da maternidade no campo das realizações pessoais.

Alguns estudos de natureza extensiva têm vindo a fazer luz para o despontar destas realidades na sociedade portuguesa. É o caso do Estudo Europeu dos Valores (EVS), no qual a comparação entre os resultados da segunda edição (1990) e da terceira (1999) é reveladora da diminuição da importância atribuída aos filhos como garante do

bem-estar conjugal: em 1990, 68% dos inquiridos afirmaram que ter filhos era muito importante para “garantir um casamento feliz”, percentagem que desceu para 43% no fim da década (Almeida, 2003). Esta relativização do papel dos filhos para a qualidade da relação do casal é, sem dúvida, sintomática da dissociação crescente entre laços parentais e conjugais, que passam a estar centrados em atributos inerentes à própria relação⁴³ reflectindo uma “representação moderna da conjugalidade” (idem, p.58). Por outro lado, no EVS é também notória a desvalorização da concepção do lugar tradicional da mulher na família, limitado à casa e à maternidade: entre 1990 e 1999, os inquiridos que concordavam que “o que as mulheres realmente querem é um lar e filhos” passaram de 70% para 52%. É, sem dúvida, um sinal óbvio de que a identidade das mulheres também se constrói a partir de elementos exteriores ao espaço doméstico, nomeadamente através da sua actividade profissional⁴⁴, em especial para as gerações mais jovens, qualificadas e, como é evidente, activas, que são as que mais rejeitam a ideia do papel tradicional de *doméstica, esposa e mãe*.

Apesar dos sinais de mudança, que inclusivamente fizeram aproximar a sociedade portuguesa do padrão europeu no que concerne a estes indicadores, ter filhos não deixa de ser visto como a chave da realização tanto feminina como masculina, aliás, reunindo um consenso bem mais generalizado do que a média europeia: em 1999, 68% dos inquiridos portugueses (48% na UE) concordavam que “uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada”; e 60% (contra 39%) concordavam que “um homem só se sente realizado se tiver filhos” (idem). Um resultado do IFF vai exactamente no mesmo sentido: 61% dos inquiridos concordam que “um indivíduo devia ter pelo menos um filho para se realizar” (INE, 2001).

Esta “parentalização da identidade” (Almeida, 2003, p.62) enquanto valor que se persegue, e que nos destaca do contexto europeu⁴⁵, é um elemento importante para entendermos a centralidade que os filhos ainda detêm no universo das gratificações e na produção de sentido existencial, mas também as clivagens que se desenham a este nível no panorama português. Com efeito, a concordância com aquelas declarações é mais frequente em contextos sociais e económicos pouco qualificados, bem como nas

⁴³ A perda de importância dos filhos para “garantir um casamento feliz” fez-se acompanhar de igual desvalorização dos aspectos de natureza material e instrumental, como o rendimento ou a habitação.

⁴⁴ Se a actividade profissional, porventura, nem sempre será fonte de gratificação, ela é considerada importante para a independência da mulher e para o seu papel de “ganha-pão”: em 1999, quase 9 em 10 inquiridos concordavam que “a melhor maneira de uma mulher ser independente é ter um emprego” e que “marido e mulher devem ambos contribuir para as despesas da casa” (Almeida, 2003, p.64).

⁴⁵ Embora outros países apresentem valores semelhantes, como a França ou a Polónia.

gerações mais velhas e nas mulheres domésticas, o que é reflexo da persistência de modos de vida mais tradicionais, que vão buscar à esfera privada os fundamentos da sua realização. Mas também é mais comum entre aqueles que já tiveram filhos, revelando a importância da dimensão experiencial da parentalidade (o reconhecimento *a posteriori* do papel desempenhado pelos filhos na realização pessoal) (Malpas e Lambert, 1993), bem como nas mulheres em geral, traduzindo, certamente, uma “essencialização” (Vala, 2003) da maternidade, ou seja, o ter filhos enquanto prerrogativa da condição feminina, tantas vezes equacionado como *instinto maternal*.

Dois estudos qualitativos recentes, um sobre as perspectivas de homens-pais portugueses acerca da vida familiar (Wall, 2006) e outro sobre a saúde reprodutiva das mulheres portuguesas (Almeida, 2004), vêm reforçar estas ideias. No primeiro conclui-se que os homens são conquistados pelos filhos, no sentido em que é na interacção quotidiana que se constrói a relação significativa, gratificante e fonte de realização fundamental. Entre eles (também) está muito enraizada a ideia de que a mulher chega à maternidade com vantagens: pelo instinto, pela gravidez e pela amamentação. Assim, “ao contrário das mulheres, a quem é dada à partida a possibilidade de construção de uma relação forte (...) [os homens sentem que têm] de fazer um esforço para entrar na parentalidade e construir laços com o filho recém-nascido” (Wall, 2006, p.420). Já no segundo estudo, o valor da maternidade desenha-se nos projectos pessoais das mulheres muito precocemente. Dizem os autores, da análise dos discursos das entrevistadas mais jovens, solteiras e que ainda não foram mães: “é curioso notar-se o contraste entre a ausência ou imprecisão de representações sobre a «família» ou o «casal» que desejam formar, um dia mais tarde, e o vigor e o detalhe da representação do seu projecto procriativo e maternal” (Almeida, 2004, p.181). Ora, a implicação mais imediata da dissociação destas esferas da vida familiar é, assim, a individualização da experiência da parentalidade, i.e., os filhos enquanto peças centrais de um projecto de realização pessoal. Como se concluiu neste estudo, não obstante o “papel simbólico que a criança joga no imaginário colectivo como fruto do amor dos pais, a esmagadora maioria das mulheres representa a maternidade como uma realização feita à sua medida, de si próprias ou da sua condição de género” (idem, p.183). Mas outra implicação é, tal como referiram Barthélémy (1986) e Théry (1993), o facto da concepção de família estar ancorada na figura dos filhos, sendo a abertura em relação à monoparentalidade, mesmo que voluntária (Almeida, 2004), reflexo disso mesmo. Este novo significado da centralidade dos filhos não deixa de coexistir com a convicção generalizada de que

continua a ser no quadro da conjugalidade que deve ter lugar o nascimento de uma criança (idem). A realização dos projectos de parentalidade está, portanto, dependente da concretização desta condição, nomeadamente da existência de uma relação conjugal promissora, estável, com um ambiente afectivo onde faça sentido concretizar os projectos parentais, mais individuais ou *conjugalizados*, i.e., negociados a dois.

A centralidade dos filhos parece radicar, assim, na importância da parentalidade na construção de uma identidade socialmente valorizada e enquanto projecto de auto-realização. Mas aquela pode ser entrevista a outros níveis. Falamos, por exemplo, do calendário da fecundidade. De facto, apesar do adiamento da vinda dos filhos no ciclo de vida pessoal (bem visível nos indicadores demográficos) e do recurso mais amplo a uma contracepção moderna, a vinda da criança no âmbito da vida em casal continua a ocorrer relativamente cedo. No IFF, o início da conjugalidade e o primeiro nascimento são, de facto, acontecimentos próximos no tempo para a maioria dos casais, pelo que se transita rapidamente da família de orientação para a família de procriação: entre os 20 e os 24 anos, grande parte dos inquiridos (89%) e das inquiridas (70%) ainda vive na família de origem; entre os 25 e os 29 anos, a maioria das mulheres já constituíram o seu próprio núcleo familiar de casal com filhos, o que só se verifica nos homens aos 30-34 anos. É pouco significativa, assim, a proporção de casais sem filhos nas faixas etárias mais jovens: dos 25 aos 29 anos, apenas 12% das mulheres e 14% dos homens vivem neste tipo de núcleo (INE, 1998).

É também a partir desta perspectiva que deve ser feita a leitura de um resultado do inquérito FPC de 1999, acerca da importância da dimensão reprodutiva na vida conjugal: 94% das mulheres inquiridas no estudo afirmaram que nos primeiros tempos do seu casamento ou união *era muito importante ter filhos*; no entanto, trata-se uma orientação normativa que ganha peso à medida que diminuem os capitais sociais das famílias, pois passa de 80% entre as inquiridas com o ensino superior, para 99% entre as que não têm qualquer grau de ensino (Aboim, 2005a). Isto não significa que aquelas mulheres desejem menos a maternidade, e sim que estão apostadas em adiar o nascimento dos filhos também no quadro da vida em casal. É, assim, um traço que remete para a ideia de “conjugalidade auto-suficiente” (Leridon em Bourguignon, 1987), ou seja, a conjugalidade que tem uma dinâmica própria que se constrói à margem do projecto parental e que se reflecte num calendário mais tardio.

No mesmo inquérito há ainda mais alguns resultados que apontam para outras dimensões da centralidade dos filhos na vida das mulheres portuguesas, nomeadamente no que toca quer às suas principais fontes de gratificação, quer aos momentos das suas vidas que mais as marcaram, de forma positiva ou mesmo negativa (Aboim et al., 2005). Tratando-se de respostas múltiplas em ambas, a partir de um leque alargado de sugestões (as inquiridas podiam mencionar até três domínios actuais de gratificação e até três momentos marcantes ao longo da vida), *a relação com os filhos*, no primeiro caso, e *o nascimento dos filhos*, no segundo, foram as respostas mais referidas (86% e 90%, respectivamente), a grande distância, aliás, das outras escolhas: *a vida em casal* (73%) e *as tarefas domésticas, o cuidar do lar* (39%), no que diz respeito aos domínios de gratificação; *casar ou o início da vida conjugal* (53%) e *a doença ou morte de uma pessoa próxima* (44%), em relação aos momentos marcantes.

Ora, estes dados confirmam, sem margem para dúvidas, que a modernização da sociedade portuguesa, a nível demográfico e das conquistas das mulheres na esfera pública, não retirou à criança e à maternidade a sua centralidade na construção do seu “mapa identitário” (Lalanda, 2005). O que se constata é, afinal, a emergência de novas cumplicidades e articulações entre identidade, conjugalidade e parentalidade.

2.2.3. As funções dos filhos e o primado dos afectos

Compreender a centralidade dos filhos na sociedade portuguesa contemporânea passa por auscultar as expectativas que são colocadas na sua existência, as funções de que são detentores. Esta interrogação já foi, em parte, respondida. A importância que a maternidade e a paternidade – na sua concepção mais essencialista ou mais experiencial – detêm na construção de identidades sociais positivas, i.e., que realizam e gratificam; a representação da criança enquanto agente fundador da vida familiar, que tem o poder de transformar o casal em família; a esperança de mobilidade ascendente projectada na biografia dos filhos são hoje, como vimos, alicerces importantes do lugar dos filhos nas famílias portuguesas. Mas estas funções não recobrem todo o leque de expectativas que neles são colocadas, tanto mais que falta fazer a devida menção a um pilar fundamental no qual radica esse lugar dos filhos e que é a função afectiva. A vontade de estabelecer um laço sentimental sólido e gratificante é, quiçá, a razão por excelência que motiva à procriação de forma tão unânime. No universo das representações, a força deste laço

reside no seu carácter ímpar, indissolúvel e recíproco: o amor único e incondicional dos pais tem naturalmente como espelho o amor único e incondicional dos filhos.

De facto, trata-se de um sentimento sem paralelo, tanto mais que o laço conjugal é hoje mais frágil e incerto, já que depende, em grande medida, da qualidade da própria relação. Como referiu Giddens a propósito, um traço da passagem do *amor romântico* ao *amor confluyente* é, precisamente, a erosão das “qualidades de ‘para sempre’ e ‘único e exclusivo’” (1995, p.41) que definiam o primeiro. Não é que a conjugalidade não seja desejada e procurada como ideal de gratificação afectiva, pelo contrário (Almeida, 2003; Aboim, 2004), mas a crescente visibilidade da ruptura – enquanto experiência, mas também enquanto cenário admissível (Aboim, 2005c) – retrata a percepção da maior contingência do laço conjugal por antítese à indissolubilidade do laço parental⁴⁶.

Ora, no EVS de 1990 e de 1999 (Almeida, 2003), a tónica não é colocada na essencialização dos afectos entre pais e filhos, no seu carácter natural e mútuo, e sim no confronto entre duas posições: o dever absoluto de amar os pais (ou o direito dos pais em serem amados); e o dever relativo, no sentido em que os pais têm que ser dignos da afeição dos filhos. O que se observa é que a grande maioria dos portugueses, com pouca variação entre 1990 (80%) e 1999 (83%), tende a concordar que *devemos amar pai e mãe independentemente de qualidades e defeitos*. Como disse judiciosamente Singly: “Ansi s’énonce le paradoxe de la famille contemporaine: la force de la régulation affective est telle qu’il semble obligatoire de s’y conformer” (1993, p.81). É, de facto, um valor emblemático na sociedade portuguesa, mais ainda quando comparado com a tendência europeia, onde houve mesmo um ligeiro decréscimo, de 71% para 66%, naquele período. Mas há, no entanto, quem rejeite esta “concepção dos laços de sangue como relações regidas por um código universal de deveres ou obrigações” (Almeida, 2003, p.83), a favor da concepção mais “moderna do amor sob condições, do compromisso construído e negociado entre filhos e pais” (idem, p.78). De facto, 17% dos inquiridos tendem a concordar que *devemos amar pai e mãe se eles forem merecedores disso*. Neste grupo estão sobrerrepresentados os jovens que ainda vivem na família de procriação, o que leva a equacionar se será mesmo um valor em emergência na sociedade portuguesa – esta afeição menos incondicional e mais “confluyente” e meritocrática entre pais e filhos –, ou antes uma manifestação da intensidade negocial

⁴⁶ No estudo sobre a saúde reprodutiva das mulheres portuguesas, esta dualidade está bem expressa numa entrevista: “Um filho é sempre um filho; o marido, lá está, às vezes acontece deixar de o ser” (Almeida, 2004, p.186).

que caracteriza esta etapa da vida familiar, na qual os jovens procuram conquistar “novos espaços de autonomia” (Pappámikail, 2004, p.92). Attias-Donfut et al., no estudo intensivo sobre três gerações adultas, concluíram na mesma linha: “Reste (...) une dissymétrie entre l’amour des parents pour les enfants adultes et celui de ces derniers pour leurs parents, moins puissant alors qu’ils sont dans l’affirmation et la constitution de leur autonomie” (2002, p.207).

As expectativas afectivas também surgem de modo muito evidente no IFF (INE, 2001). Os inquiridos que queriam ter (mais) filhos foram confrontados com uma lista de razões possíveis para tal (quadro 1.11). Não se tratava de seleccionar a mais decisiva e sim dizer se consideravam importantes, ou não, cada uma delas. Constatamos de imediato a importância atribuída a todas as razões que dão conta do papel dos filhos enquanto fonte de gratificação: mais de 9 inquiridos em 10 consideraram essas razões importantes para quererem ter filhos.

Quadro 1.11 – Razões para desejar ter filhos – IFF (% que refere *importante*)

Razões para desejar ter filhos	% <i>importante</i>
Ter crianças dá um sentimento de alegria especial	96,3
É óptimo ver as crianças crescerem e desenvolverem-se	95,6
Dá uma enorme satisfação ver a família crescer	91,9
Ter crianças aumenta o sentido de responsabilidade e a maturidade	81,0
Ter crianças fortalece a relação do casal	72,0
Ter crianças diminui as hipóteses de solidão na velhice	62,3
Ter um filho único não é bom	54,7
O desejo de ter um rapaz	36,2
O desejo de ter uma rapariga	36,4

Fonte: INE (2001)

Mas este desejo não se fica, de modo algum, pela dimensão dos afectos: a percepção de que eles têm um papel-chave na aquisição de responsabilidade e maturidade⁴⁷ (81%), na coesão do casal (72%) e no apoio moral na velhice dos pais (62%) ditam também, de forma algo significativa, a vontade de ter filhos. Já com menos peso surgem ainda outro tipo de razões, que apontam, na nossa perspectiva, para o desejo de ainda concretizar um projecto de fecundidade já iniciado: não ficar pelo filho

⁴⁷ O nascimento do primeiro filho marca de forma decisiva e positiva esta aquisição da identidade adulta, como constatou Lalanda no caso das mulheres (2003/2005).

único e ter um rapaz ou uma rapariga apontam claramente nesse sentido. Mas enquanto que o primeiro põe o acento no projecto fraternal (Cunha, 2000), os outros remetem para o ideal da complementaridade dos géneros, muitas vezes ligado à “norma dos dois filhos”, mas não exclusivamente, como foi constatado no estudo intensivo sobre saúde reprodutiva das mulheres portuguesas (Almeida, 2004).

Embora a busca de uma vinculação sentimental segura e indelével pareça ser a motivação-chave que justifica a aspiração quase unânime à fecundidade, o facto é que ela se articula com outras também importantes no universo de valores dos portugueses: realização pessoal, produção de uma identidade social positiva, mobilidade ascendente, apoio moral a prazo, concretização do projecto familiar ou cimento da vida conjugal são peças que se encaixam, mais do que se substituem, num jogo denso de expectativas que recaem sobre os filhos⁴⁸. Mas há ainda outras expectativas, que têm hoje em dia menos visibilidade, mas que já foram absolutamente centrais na definição do lugar dos filhos na família. É sobre a persistência dessas expectativas que nos debruçaremos em seguida.

⁴⁸ Na verdade, nem só destas peças é composto o jogo, sem bem que seja difícil de imaginar como nele encaixar as peças dissonantes. Falamos, por exemplo, da violência exercida sobre a criança no quadro da vida familiar. Com efeito, referiram as autoras de um estudo sobre os maus-tratos às crianças em Portugal: “é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus tratos são mais frequentes e perigosos” (Almeida et al., 2001, p.19). A violência enquanto manifestação do exercício do poder, sempre esteve presente na vida em sociedade e no seio da família, embora as suas modalidades e a própria conceptualização tenham mudado no decurso da História. Só que hoje ela coabita com a ideia dominante da família enquanto espaço de troca afectiva e no qual a criança tem um estatuto especial. Como referiu Saraceno, “a violência sobre as crianças, cuja maior visibilidade deve muito à nova cultura da infância como sujeito de direito, deve ser entendida como fenómeno em que velhas e novas atitudes se colocam lado a lado e se confundem: a do progenitor «dono» dos seus filhos e a do filho/a que deve dar prazer aos próprios pais e satisfazer as suas expectativas e necessidades ocultas. O certo é que numa sociedade que vê a família como campo privilegiado da afectividade, de que as crianças são ao mesmo tempo o produto e o símbolo, a família torna-se – pode tornar-se – precisamente por isso o lugar das violências mais atrozes, quer a nível físico quer a nível psíquico” (1997, p.146). É justamente a imagem da família e da infância contemporâneas, assim como a natureza mais privada das suas existências, que contribuiu para o despertar tardio e lento, da sociedade em geral e das Ciências Sociais em particular, para esta realidade. Dizia Sebastião, no final dos anos 90, a propósito da sua investigação sobre as crianças da rua: “Existem hoje em Portugal largos vazios no conhecimento da situação da infância, particularmente no que respeita a alguns dos seus aspectos mais anómicos – violência física e ofensas sexuais, abandono paternal, marginalidade infanto/juvenil. O fenómeno social crianças da rua integra-se nesse leque de situações que não se enquadram nas concepções dominantes de infância/adolescência” (1998, p.1), sendo tantas vezes ele mesmo um produto da violência doméstica, como o autor o demonstrou. Ora, estes dois estudos, ao desvendarem o lado mais sombrio da vida familiar e do lugar reservado aos filhos, revelam-se contributos essenciais para preencher aquele “vazio”.

2.2.4. As funções instrumentais dos filhos e a persistência de desigualdades sociais

“O bebé, desde que o não levasse alguma diarreia, tinha o seu destino marcado desde o berço: suar cada naco de pão comido; e de tal modo isto assim era que da pequena cama de baloiço passava directamente para a ‘cesta de acartar’. Transportado até à fazenda, aí se quedava à sombra, aguardando vez para se juntar aos irmãos mais velhos na labuta dos campos” (Ramalho, 1999, p.58).

Retrato de um Portugal tradicional, fecundo e marcado pela ruralidade, esta concepção da criança enquanto pequeno trabalhador familiar constitui uma realidade que entra em dissonância com o universo dos valores dominantes sobre a criança e a infância. Na verdade, poucos são os estudos que indicam a presença, nas sociedades ocidentais, das funções tradicionais da criança na família, nomeadamente as de natureza instrumental, como é disso exemplo a função produtiva. Comenta Saraceno a respeito: “Aquilo a que actualmente chamamos trabalho infantil foi durante muito tempo um recurso familiar importante e legítimo (...). A sobrevivência de atitudes e práticas deste género provoca hoje mal-estar e escândalo, porque mudou efectivamente o lugar da criança na ordem simbólica familiar e na economia doméstica” (1997, pp. 124-125).

Não obstante, aquele retrato está ainda bem próximo no tempo social português, se pensarmos que as mudanças que têm vindo a permitir dispensar a função produtiva dos filhos remontam há cerca de meio século atrás e apenas foram consolidadas com a transição democrática. As transformações na estrutura da actividade económica e no tecido produtivo, o amplo acesso das mulheres ao mercado de trabalho e ao sistema de ensino, o alongamento consecutivo das trajectórias escolares, a urbanização e as demais alterações de vulto da paisagem demográfica articulam-se no processo de modernização da sociedade portuguesa, amplamente confirmado e sustentado pela força dos números (Barreto, 1996/2000; Viegas e Costa, 1998; Figueiredo et al., 1999; Almeida e Wall, 2001; Bandeira, 1996; Ferrão, 1996). É, justamente, neste pano de fundo que tem lugar a paulatina diluição da função produtiva dos filhos na família: “In traditional rural Portuguese society, and certainly until the fifties and sixties, children’s earnings were expected to make an important contribution to household finances as soon as they started working. While living at home and very often when they were living away but still single, children were expected to hand over all their earnings or some of them when they were living away. Nowadays, children who live at home and start working are

still expected, in rural society and in working class homes, to contribute some (...) of their earnings to the ‘household’. Children belonging to families with small business and farms were also expected to start working with the family early on in life (...). In the context where small business and farms are an important part of the social fabric, as in the north and centre of Portugal, children continue to be involved in assisting their parents. In the seventies and eighties, many parents involved their children in helping after school hours and often allow them little or no time to do their homework. This has been changing gradually over the last two decades” (Wall, 1998b, p.240).

O trabalho infantil na sociedade portuguesa contemporânea

Trata-se, efectivamente, de um processo em marcha, como se pode constatar pela evolução das estatísticas do trabalho infantil em Portugal: segundo dados do INE, em 1974 estavam empregadas cerca de 84 mil crianças com menos de 15 anos⁴⁹; em 1991 – altura em que a idade de acesso ao mercado de trabalho passou a fixar-se nos 16 anos⁵⁰ – havia ainda mais de 37 mil crianças a trabalhar; mas em 1997 já só eram 1800 (Barreto, 2000). Ora, a regressão do trabalho infantil é uma certeza, que se deve também às alterações, desde a década 90, do nosso quadro jurídico e do esforço governativo em geral no sentido do combate ao fenómeno, nomeadamente pela criação do PEETI – Plano de Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil⁵¹. Mas o facto é que os números ficam muito aquém da realidade, pelos limites da legislação, que se aplica sobretudo às situações em que há uma relação contratual (Fialho, 2003), bem como da capacidade fiscalizadora do Estado; pela sub-declaração das entidades empregadoras e das próprias famílias; e pela invisibilidade do trabalho, remunerado ou não, realizado no espaço doméstico, seja na qualidade de trabalho familiar, seja na de trabalho assalariado ao domicílio. Como comenta Pinto a este propósito, “as crianças rurais não contam para as estatísticas das crianças trabalhadoras. As preocupações concentram-se naquelas que trabalham na indústria e nos serviços das áreas urbanas, enquanto que as que laboram no meio camponês continuam a fazer parte de ‘uma grande área cinzenta’” (1998, p.5).

⁴⁹ Dado relativo ao Continente.

⁵⁰ Pelo DL 396/91 de 16 de Outubro (Fialho, 2003).

⁵¹ Sobre as medidas que têm sido accionadas tendo em vista o conhecimento e a resolução da realidade do trabalho infantil, ver Fialho (2000/2003).

Foi nesta convicção que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, com o apoio de outras entidades, promoveu em 1998 um estudo pioneiro que visava conhecer a dimensão real e as características do trabalho infantil em Portugal (Fialho, 2000⁵²). Tratou-se de um questionamento extensivo aos agregados familiares com menores em idade escolar (dos 6 aos 15 anos), em que foram sujeitos de inquirição todas as crianças dessa faixa etária, bem como um adulto responsável desse alojamento, de modo a cruzar e a confrontar a informação recolhida. Mas o inquérito foi muito além da identificação do trabalho infantil, ou seja, da actividade económica dos menores quer na qualidade de trabalhadores assalariados por conta de outrem, quer na de trabalhadores familiares não remunerados. De facto, também procurou contabilizar a actividade não económica, i.e., a participação dos menores no trabalho doméstico numa base regular. Com vista à comparação dos resultados foi lançada uma segunda edição do estudo em 2001, sendo que foram seleccionadas as mesmas unidades de alojamento que ainda tinham pelo menos um menor naquela faixa etária (Fialho, 2003). Os resultados referem-se somente à informação transmitida pelos menores.

Quanto à actividade económica, em ambos os questionários as crianças foram inquiridas sobre a sua eventual participação em dois momentos: na semana de referência (primeira de Outubro) e no último ano. Ora, 4% das crianças trabalharam nessa semana, tanto em 1998 como em 2001, e 7 a 8% trabalharam ao longo do último ano, com o pico da actividade nos meses de Verão, que correspondem às férias escolares. Centrando a atenção apenas nos dados relativos aos menores com actividade económica na semana de referência⁵³, verificamos que são sobretudo rapazes (dois terços em 1998 e 2001) a partir dos 12-13 anos, embora haja crianças de todas as idades nesta situação. Aos 15 anos já são 10% os menores com actividade, representando 35% do total de menores activos, conquanto alguns possam já ter concluído a escolaridade obrigatória. O sector que absorvia mais mão-de-obra infantil era, justamente, o menos “visível”, ou seja, o agrícola: ocupava 56% dos menores em 1998 e 47% em 2001. O recuo observado teve, como reflexo, o ligeiro aumento do peso dos restantes sectores. Assim, a seguir à agricultura surgia, em 2001, o comércio (14%), a indústria transformadora (13%) e a restauração (13%) e a construção civil (9%), entre outros (5%).

⁵² Numa primeira fase, o estudo abrangeu apenas o Continente, pelo que o relatório traduz apenas esta realidade. Só posteriormente é que foi alargado às regiões autónomas.

⁵³ Em valores absolutos estamos a falar de 43.077 crianças em 1998 e 46.717 em 2001 (dados relativos ao Continente, de modo a serem comparáveis).

Um dado muito interessante é que a maioria destes menores são trabalhadores familiares não remunerados (79% em 1998 e 86% em 2001), apresentando o trabalho assalariado por conta de outrem, inclusivamente, um ligeiro decréscimo de 21% para 14%. Constituirá esta evolução um sinal positivo da eficácia das medidas estatais, junto às entidades empregadoras, sobre o fenómeno do trabalho infantil? Não sabemos, nem é aqui é o lugar para fazer essa reflexão. Mas não podemos deixar de ressaltar que este recuo do assalariamento não parece ter tido impacto na dimensão do fenómeno, mas antes ter desviado as crianças para o trabalho familiar não remunerado – convertendo, assim, um capital monetário num capital de mão-de-obra – senão mesmo para formas clandestinas de assalariamento, sob a capa de um trabalho familiar que escapa às malhas da inspecção do Estado (Sarmiento et al., 2000)⁵⁴.

Apesar de neste estudo a concepção de trabalho infantil remeter para o exercício da actividade económica, remunerada ou não, os autores não quiseram deixar de olhar para a realidade das actividades domésticas, exactamente para poderem conhecer a “incidência negativa que eventualmente tenham no desenvolvimento das crianças (...), equivalentes às do trabalho infantil” (Fialho, 2003, p.37). O que verificaram foi que 8% dos menores declararam em 1998 ter desempenhado tarefas domésticas na semana de referência, contra 4% em 2001⁵⁵. As raparigas são as protagonistas desta actividade (71% em 1998 e 74% em 2001), que tende a iniciar-se ligeiramente mais cedo do que a económica e que pode constar de tarefas muito diversas (dados de 2001): a arrumação e a limpeza da casa (92% dos menores faziam esta tarefa); a confecção de refeições (36%); o tratamento da roupa (33%); e a prestação de cuidados a terceiros (*tomar conta*), em regra a crianças mais novas (19%), certamente irmãos, mas também a idosos (3%). Trata-se, sem dúvida, de um resultado interessante, revelador do papel que as crianças também desempenham no quadro das solidariedades intergeracionais, porventura em complemento ou mesmo em substituição do adulto cuidador. Mas o dado

⁵⁴ De facto, se na agricultura é esperado encontrar um número significativo de trabalhadores familiares não remunerados (95% em 1998 e 97% em 2001), na medida em que é um sector de actividade que tem, por excelência, uma componente familiar muito forte, já o mesmo não se espera em relação aos restantes sectores. No entanto, o que se verifica é que naqueles onde o assalariamento era muito frequente em 1998 – como a indústria, a construção civil e mesmo o comércio – passam a predominar, em 2001, as situações de trabalho familiar não remunerado.

⁵⁵ É preciso esclarecer que se trata de um resultado subavaliado, pois apenas tem em conta as crianças que realizam exclusivamente tarefas domésticas. As crianças que acumulam o trabalho doméstico com alguma actividade económica estão na categoria *com actividade económica*, por ser um dos objectivos principais da pesquisa contabilizar esta realidade. Assim, em 2001: 4% dos menores têm uma *actividade económica* (com ou sem trabalho doméstico); 4% têm uma *actividade não económica*; e 92% *não têm actividade*.

mais interessante prende-se com o número de horas que as crianças gastam diariamente no trabalho doméstico. A maioria despende até duas horas por dias em tarefas (19% menos de uma hora, 33% uma hora e 27% duas horas), mas há um número não despreciable que gasta 3 ou mais horas (21%), o que é revelador da intensidade que pode assumir o trabalho doméstico no dia-a-dia destas crianças em idade escolar.

A mão-de-obra familiar, doméstica e domiciliária

Alguns estudos qualitativos realizados nos anos 90, que se debruçaram sobre a questão do trabalho infantil, ajudaram a reflectir sobre a importância e os significados de que pode revestir-se esta realidade na organização da vida doméstica em contextos rurais e de transição. Mas também permitiram perceber como pode ser difícil, ou mesmo artificial, a separação na prática das actividades económicas e não económicas, de tal modo elas se cruzam e se entrelaçam nos quotidianos das crianças e das suas famílias.

Uma dessas investigações teve como palco o meio rural de Vila Real de Trás-os-Montes, mais concretamente as explorações camponesas em cinco aldeias do concelho, onde a produção agrícola é acompanhada, nas de maior dimensão, pela criação de gado leiteiro (Pinto, 1998). A este contexto, já por si estruturalmente dependente da mão-de-obra familiar, vem aliar-se a saída de uma parte significativa da população adulta masculina por motivos económicos, tornando as explorações camponesas especialmente permeáveis à inclusão das crianças no trabalho agrícola. A partir de uma metodologia que combinou a realização de entrevistas, com a observação directa e o registo de orçamento-tempo do dia-a-dia de 35 crianças dos 6 aos 14 anos, a autora deu conta que “a participação laboral das crianças é, por norma, muito intensa” (idem, p.23), realizando-se em complementaridade ou mesmo como alternativa à (escassez de) mão-de-obra adulta. Os quotidianos dos filhos são, assim, preenchidos por um sem-número de tarefas rotineiras, entre as obrigações escolares, os afazeres domésticos, o trabalho agrícola e a criação dos animais, mas onde a idade e o género ditam diferentes níveis e tipos de envolvimento nessas actividades: enquanto que as crianças mais novas, entre os 6 e os 9 anos participam em tarefas mais leves e indiferenciadas, participação essa que permite libertar os adultos das tarefas menores; as mais velhas, de 13-14 anos, são investidas de tarefas mais pesadas e de responsabilidade, executando-as em parceria ou em vez dos adultos do seu próprio sexo, sendo que as raparigas muitas vezes assumem o

papel central no espaço doméstico de modo a libertarem as mães para o trabalho agrícola. Comenta a autora: “Crianças e adolescentes ocupam, desta forma, um lugar muito importante no ciclo produtivo da vida familiar, representando o seu trabalho uma contribuição indispensável para a sobrevivência/resistência de muitas das explorações agrícolas locais” (idem, p.25). Indispensável nas famílias camponesas, na perspectiva dos pais⁵⁶ e das próprias crianças⁵⁷, o trabalho dos filhos é muito mais do que isso. Na verdade, é um elemento fundamental das estratégias de socialização daquelas famílias, já não tanto numa lógica de sucessão, mas de partilha do quotidiano, de transmissão de um saber prático, de construção da identidade de género e de produção de “adultos honestos, íntegros e responsáveis” (idem, p.83).

Num estudo de caso realizado no Vale do Ave, área geográfica de transição rural-industrial por excelência, caracterizada pela pluriactividade familiar, os autores vieram chamar a atenção para outra modalidade que pode assumir a contribuição dos filhos para a economia doméstica: a sua participação no trabalho industrial domiciliário (Sarmiento et al. 2000). Com efeito, uma das componentes da “mono industrialização” daquela região – assente numa mancha de pequenas e médias indústrias manufactureiras de têxteis e calçado – é, precisamente, a subcontratação de mão-de-obra ao domicílio para a realização de tarefas manuais, em regra dos operários dessas mesmas empresas. É neste contexto familiar que tem lugar a ajuda dos filhos no trabalho domiciliário, como constatarem os autores a partir de um conjunto alargado de entrevistas a 315 crianças e adolescentes, entre os 5 e os 15 anos, que frequentavam os estabelecimentos de ensino das três freguesias em estudo. Destas, 50 participavam na realização das tarefas, desde coser e colar sapatos, a cortar toalhas, linhas e etiquetas. E eram sobretudo as raparigas, entre os 7 e os 10 anos, as mais envolvidas no trabalho domiciliário, o que leva a pensar que esta actividade de traços híbridos (económica mas realizada no espaço doméstico) é assumida como um extensão natural das tarefas domésticas, tanto mais que, em regra, as crianças não recebem qualquer compensação monetária pela sua execução, à imagem do que acontece com a “ajuda” no trabalho doméstico. De facto, os autores constatarem isso mesmo, a indissociação entre o trabalho domiciliário, as tarefas domésticas, a guarda de irmãos mais novos e a ajuda no trabalho agrícola. Ora, apesar do trabalho

⁵⁶ Diz um homem de 44 anos, pai de 4 filhos com idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos: “Se os filhos não me ajudassem não podia ter as ovelhas, nem podia fazer as terras, a não ser o quintal” (Pinto, 1998, p.25).

⁵⁷ Diz uma rapariga de 13 anos: “Preciso de trabalhar para ajudar a minha mãe, para ela não ser tão sacrificada” (Pinto, 1998, p.86).

domiciliário inserir-se “numa linha de complementaridade da mão-de-obra adulta, uma vez que as crianças realizam as tarefas conjuntamente com os pais ou com outros elementos do agregado familiar” (idem, p.87), os quotidianos de muitas destas crianças traduzem-se em jornadas intensas de trabalho⁵⁸, tanto na diversidade de tarefas que executam como no número de horas que nelas despendem, com prejuízo tanto do seu tempo de lazer como do seu *ofício de aluno*. No entanto, o trabalho, nas suas múltiplas facetas, é percebido pelas crianças (e, por certo, também pelos pais) como “a expressão da sua própria condição de pertença à família e à comunidade onde se inserem” (idem, p.126).

A contribuição monetária

Existe pouca informação acerca de outra forma de contribuição instrumental que os filhos podem prestar: a contribuição económica em sentido estrito do termo, i.e., a ajuda monetária no sustento imediato do agregado familiar. Tradicionalmente esperada e valorizada (Wall, 1998b), trata-se de uma função que tem vindo a recuar à medida que o alongamento das trajectórias escolares, e o consequente adiamento do ingresso no mercado de trabalho, dilatam o tempo de dependência económica dos filhos em relação aos pais. Mas, esta co-residência prolongada, em regra até os jovens saírem para constituírem as suas próprias famílias, obriga a uma negociação dos espaços de autonomia destes jovens adultos na casa parental (Pappámikail, 2004; Torres, 1996b). Se aquela autonomia pode passar, para os jovens trabalhadores co-residentes, por transferências monetárias eventualmente investidas de outros significados, como parece acontecer noutros países (Regt, 1995), é uma questão para a qual não temos resposta.

Um inquérito realizado em 1993 aos jovens do concelho de Loures, com idades entre os 14 e os 29 anos, traz, no entanto, algumas pistas para reflexão (Almeida et al., 1996). Grande parte destes jovens eram ainda solteiros (cerca de 8 em 10), enquanto que os restantes viviam ou já tinham vivido em conjugalidade (sendo que a maioria tinha entre 25 e 29 anos). É, certamente, entre os primeiros que encontramos aqueles que ainda residiam com a família de origem. No que toca à condição perante o trabalho destes jovens havia algum equilíbrio entre as situações de actividade e de inactividade:

⁵⁸ Como está bem patente no discurso desta criança de 6 anos: “Os pais trazem sapatos e eu ajudo, coso palas, às vezes são muitos. Lavo a loiça, limpo, arrumo a cozinha, limpo o chão, varro” (Sarmiento et al., 2000, p.100).

46% estudavam; 40% trabalhavam; 7% eram trabalhadores-estudantes; 5% estavam desempregados e 2% eram domésticas. O exercício de uma profissão aumenta muito com a idade (assim como o desemprego), de tal modo que depois dos 20 anos passa a sobrepor-se aos estudos: entre os 21 e os 24 anos, 48% dos jovens trabalham e 29% estudam, aos quais acrescem 14% de trabalhadores-estudantes; dos 25 aos 29 anos, 74% trabalham, 10% estudam e 6% são trabalhadores-estudantes. Mas o trabalho, exercido em exclusivo ou em complementaridade com a escola, também faz parte dos percursos juvenis dos mais novos: 3% dos jovens de 14-15 anos, 9% dos de 16-17 anos e 25% dos de 18-20 anos exercem uma actividade profissional. Ora, destes jovens trabalhadores e ainda a residir com os pais, cerca de metade ficam com os rendimentos para si, para usufruto próprio, sendo que alguns deles acumulam o salário com o apoio financeiro dos pais. Mas há uma franja muito significativa de jovens, em que são eles que prestam alguma ajuda económica à família: 42% entregam *parte dos seus rendimentos* e 3% entregam mesmo *a totalidade dos rendimentos*. Como seria de esperar, a existência deste tipo de contribuição liga-se de perto aos contextos sociais, pois aumenta de modo expressivo nas famílias com um *status baixo*: 70% destes jovens entregam parte ou todo o seu rendimento (Torres, 1996a).

Também no inquérito de 2001 sobre o trabalho infantil em Portugal (Fialho, 2003), das crianças que recebiam algum tipo de compensação monetária pela sua actividade económica⁵⁹, mais de um terço entregavam parte à família e um quarto das crianças entregavam mesmo a totalidade. Trata-se de um resultado que vem corroborar aquela conclusão. Não obstante também chama a atenção para o facto dos rendimentos desta população infantil activa reverter de forma mais generalizada em benefício da família do que os rendimentos dos jovens, eventualmente porque estes já terão uma maior autonomia, negociada ou reconhecida⁶⁰, na gestão do seu dinheiro e dos destinos que a ele dão.

Mas o dado mais interessante do inquérito aos jovens de Loures prende-se com a ligeira sobrerrepresentação dos rapazes na contribuição monetária: não só são eles que estão mais presentes no mercado de trabalho (51% contra 43% das raparigas), como, quando estão, são mais solicitados (ou se disponibilizam) a dar apoio económico à

⁵⁹ Das crianças com actividade económica em 2001, apenas 28% auferiam algum tipo de compensação: em 69% dos casos tratava-se de compensação monetária; em 14% dos casos tratava-se de compensação em géneros; e em 16% dos casos era de ambos os tipos (Fialho, 2003).

⁶⁰ No inquérito aos jovens de Loures, o dinheiro constitui uma área de conflito com os pais para 31% dos jovens e uma questão mais ou menos pacífica para os restantes (Torres, 1996b).

família. Esta diferença, juntamente com as que encontramos nas outras modalidades de contribuição instrumental, remete, de algum modo, para a persistência dos estereótipos de género na socialização dos jovens: aos rapazes é incutido o papel tradicional de provedor principal da família; às raparigas está reservado (também) o espaço doméstico, seja a nível das tarefas da casa, seja a nível do trabalho domiciliário.

A contribuição instrumental, o valor do trabalho e a escola incerta

Se há uma evidência que perpassa nestes estudos sobre a contribuição instrumental dos filhos é a da ligação entre a chegada temporã ao universo laboral e a relação difícil com a socialização escolar, de insucessos e mesmo de abandono precoce. Socialmente ancorado, o “triunfo do trabalho sobre a escola” (Pinto, 1998)⁶¹ é, todavia, percebido pelos seus protagonistas como uma opção individual. Perante uma escola que não seduz e não clarifica a sua utilidade social, o mercado de trabalho surge, assim, como uma alternativa aliciante e com vantagens a curto prazo (Ferrão e Honório, 2001; Pestana, 2000; Sarmiento, 2000; Ferreira, 1996; Pappámikail, 2004). Mas se o acesso ao salário é, sem dúvida, uma motivação fundamental, o facto é que o trabalho, enquanto valor, continua a estar inscrito nos códigos de socialização de muitas famílias portuguesas. O EVS de 1990 e 1999 dá conta disso mesmo (Almeida, 2003). Claramente orientados para a transmissão de valores que promovem a conformidade social em detrimento da autonomia, com destaque para o valor do trabalho, os portugueses distanciam-se da tendência europeia: *ser trabalhador* é uma qualidade *particularmente importante* para 69% dos inquiridos, quase o dobro em relação à média europeia. É, mesmo, a segunda qualidade a transmitir às crianças, logo a seguir às *boas maneiras* e à frente da independência, da responsabilidade ou da tolerância, todas elas qualidades mais importantes do que a educação para o trabalho no quadro da UE.

Como é óbvio, não podemos desligar este traço forte do universo valorativo – é um dos valores mais constantes entre 1990 e 1999 (idem) – das especificidades da sociedade portuguesa, nomeadamente a passagem não muito distante da escolaridade obrigatória de 6 para 9 anos. Foi só em 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo, que ocorreu esta mudança de fundo, o que significa que os seus efeitos práticos só se fizeram sentir cerca de uma década depois, com os alunos que completaram os 9 anos

⁶¹ Muitas vezes já anunciado num absentismo que procura fazer face às solicitações familiares pontuais, económicas mas também domésticas (Pinto, 1998; Fialho, 2003).

de escolaridade obrigatória no ano lectivo de 1996/1997 (Fialho, 2003). Mas também porque foi sempre problemático o processo de escolarização da população portuguesa ao longo do século XX. Como diz Vieira, “na disputa pela tutela das crianças e dos jovens, a escola portuguesa perdeu durante longas décadas” (2005, p.521). Por um lado, porque o Estado não foi capaz de (ou resistiu mesmo a) criar as condições para uma escolarização de massas; por outro, porque as próprias famílias resistiam a prescindir da contribuição instrumental dos filhos e a reconhecer o papel das credenciais escolares na sua promoção social. Comenta a autora: “mesmo no quadro da construção de expectativas de êxodo rural, a escola não parecia ser vista como veículo evidente de mobilidade social. Outros canais (...) abriam-se então com maior plausibilidade (...) e para cuja aprendizagem o modo de «socialização prática» exercitado no quadro familiar parecia ser deveras mais adequado” (idem, p.522). A emigração, a fábrica ou a construção civil eram, assim, as portas privilegiadas de acesso à promoção social e a um modo de vida mais urbano.

Em suma, a escola, enquanto valor transversalmente partilhado, é uma aquisição recente na sociedade portuguesa. Como vimos, é inegável a sua inclusão nas estratégias de socialização da grande maioria das famílias (Wall, 1998a; Almeida, 1993; Almeida e Wall, 1995). Porém, ainda há por parte dos jovens e das famílias, alguma ambivalência na gestão destes dois valores dominantes – a escola e o trabalho –, na medida em entram, muitas vezes, em concorrência na construção das trajectórias individuais. Ora, as diferentes representações e apropriações daquelas duas esferas, bem como as opções elaboradas, pelos jovens ou pelas famílias, para resolver as potenciais ambivalências decorrem de e alimentam desigualdades sociais persistentes. Como bem elucida Sarmento, *a construção social do insucesso escolar e a constituição de aspirações escolares e sociais mitigadas* exprimem “uma ideologia da conformidade com a estratificação social (...) [o que] sustenta parcialmente a justificação do abandono escolar e do ingresso precoce no mercado de trabalho” (Sarmento, 2000, p.130).

A escola enquanto “investimento temperado de resultado incerto” (Silva em Sarmento et al., 1997, p.278), que torna atractivo o mercado de trabalho, mesmo que desqualificado e precário, é uma realidade que toca os grupos sociais mais desfavorecidos, tanto ligados a contextos rurais e de transição (Pinto, 1998; Sarmento et al., 2000), como a contextos urbanos e suburbanos (Almeida et al, 1996; Pappámikail, 2004). Mas se aqueles estudos mostraram a evidência da relação entre as diferentes modalidades de afastamento da escola – do absentismo, ao insucesso e ao abandono – e

a participação na actividade económica (ou mesmo na não económica), o sentido dessa mesma relação (o que é que conduz a quê) nem sempre é assim tão evidente.

É neste cenário que tem lugar, em suma, a contribuição instrumental dos filhos. Ao darmos ênfase a esta realidade, não queremos minimizar a centralidade dos afectos na construção das relações familiares, mas antes fazer luz para a persistência destes “outros” significados dos filhos na sociedade portuguesa, mesmo que minoritários ou socialmente circunscritos.

2.2.5. A criança no quadro das solidariedades familiares e as desigualdades sociais

No campo académico português, a questão das solidariedades intergeracionais tem sido alvo de algum interesse. A antropologia, através dos estudos do parentesco, tem desempenhado um papel importante no desvendar da manutenção dos laços e das transmissões familiares, tanto patrimoniais como simbólicas e *nómicas* (Pina Cabral, 1991/1997; Sobral, 1999). Já no quadro da sociologia, o debate tem sido desenvolvido em torno da articulação entre solidariedades públicas e privadas, ou seja, o modo como elas se complementam, servindo as segundas de almofada amortecedora nas situações socialmente mais desprotegidas, ou, bem pelo contrário, se sobrepõem reproduzindo as desigualdades instituídas (Hespanha, 1995; Portugal, 1995; Nunes, 1995; São José, 1997; Torres, 1999; Wall et al., 2001/2002)⁶². A tese que tem estado em discussão é, em suma, a defendida por Santos nos anos 90: o Estado-Providência português, pela sua fraqueza, conduziu ao desenvolvimento de uma sociedade-providência forte, ou seja, uma rede de apoio familiar e vicinal que preenche o vazio deixado pela esfera pública (1993). Aqueles estudos têm, de facto, procurado enriquecer o debate, debruçando-se sobre situações familiares que têm tido respostas estatais manifestamente insuficientes, desde a situação dos idosos dependentes (Hespanha, 1995) e dos doentes psiquiátricos crónicos (São José, 1997), à da guarda das crianças pequenas (Portugal, 1995; Torres e Silva, 1998; Torres, 1999), incluindo em famílias mais vulneráveis, como são as monoparentais (Wall et al., 2002).

Ora, é justamente neste âmbito que tem sido equacionado, com mais frequência, o lugar da criança no quadro das solidariedades familiares, embora a perspectiva adoptada tenha privilegiado a abordagem em que a criança é o pretexto para analisar as

⁶² Veja-se, a título de exemplo, o número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais*: “A Sociedade-Providência” (nº 42, 1995).

solidariedades que se organizam (ou não) em torno dos pais a seu pretexto (nas famílias monoparentais maternas, apenas da mãe), não tendo focado o papel mais activo que as crianças também podem deter neste âmbito. Nesta linha de investigação, foi realizada nos anos 90 uma pesquisa que procurou reconstituir as redes sociais primárias accionadas aquando do nascimento de um primeiro filho: “Enquanto tempo de reorganização de recursos (materiais, humanos e afectivos) a transição para a maternidade e paternidade revela-se um objecto privilegiado para testar o papel das solidariedades primárias na manutenção do bem-estar familiar” (Portugal, 1995, p.156). Efectuada em Coimbra, a partir da aplicação de inquéritos a mais de 200 mulheres que tinham dado à luz há menos de um ano, a pesquisa visou identificar *os laços activados* da sociedade-providência que deram resposta às diferentes *necessidades de apoio* da transição para a parentalidade, desde a prestação de serviços, nomeadamente a nível da guarda do bebé, às dádivas financeiras e materiais, passando pelo apoio em informação (esclarecimentos, conselhos). A autora verificou que a mobilização em torno de um nascimento ocorre essencialmente no interior das relações familiares, e em concreto, de um parentesco restrito, feminizado, vertical e matrilinear. Com efeito, “a mãe da mãe da criança é uma figura central” (idem, 167), sendo a guarda, prestada quotidiana ou ocasionalmente, um bom exemplo disso mesmo. O enxoval do bebé (nas modalidades de oferta e empréstimo), o apoio em informação e a guarda mais esporádica são as áreas que activam um maior número de laços: para além da mãe e da sogra, também marcam presença as irmãs e as cunhadas, bem como as amigas e as vizinhas. Já a dádiva financeira encerra a particularidade de ser um apoio exclusivamente familiar, altamente verticalizado e menos feminizado: o pai e o sogro são os dadores por excelência deste tipo de ajuda. Mapeada a rede e o tipo de apoios prestados, a autora procurou perceber a importância da dádiva na economia doméstica das famílias, verificando que, de facto, os custos inerentes a esta fase da vida familiar foram grandemente aliviados pelos diversos apoios recebidos. Aliás, no caso das ajudas financeiras, a autora constatou, na avaliação feita pelas inquiridas, que aquelas tinham mais impacto no bem-estar da família do que as prestações sociais devidas pelo Estado (abono de família e subsídios de nascimento e de aleitação). Se os dados ilustraram a importância das solidariedades, nomeadamente familiares, que se tecem entre três gerações a pretexto do nascimento do primeiro filho, a hipótese de uma sociedade-providência que vem em auxílio das famílias desprotegidas não pôde ser confirmada, pois estas não receberam, efectivamente, mais apoios do que as restantes. De modo cauteloso, a autora concluiu que “as famílias mais carentes

parecem ser duplamente desfavorecidas (...). A solidariedade prestada pelas redes de apoio informal exerce-se no interior duma estrutura de classes desigual e a sua acção, sendo incapaz de a superar, acaba por reproduzir essa desigualdade” (idem, p.175).

Se este estudo fundamentou a conclusão no facto das famílias que mais precisam terem um volume e uma diversidade de apoios equivalentes aos das famílias que menos precisam, uma pesquisa extensiva de âmbito nacional veio mostrar que aquelas têm, afinal, menos apoios (Wall et al., 2001; Vasconcelos, 2005). Tendo como universo de observação agregados domésticos de casais com filhos, foram contabilizadas as grandes ajudas de carácter pontual recebidas ao longo da vida e as ajudas quotidianas recebidas em três momentos-chave da vida familiar: no início da conjugalidade, no nascimento do primeiro filho e no momento da inquirição, em que os filhos estavam em idade escolar. Com efeito, em termos do volume global de ajudas, a amostra dividiu-se quase a meio, com 49% dos casais a receberem um *apoio intenso* ou *moderado* e 51% a terem um *apoio ocasional* ou mesmo *nenhum* (um em cada 10 casais da amostra), sendo que as variáveis de caracterização social determinaram grandemente o “lado” em que os casais se encontravam: “with regard to social structure, informal support networks were found to be unevenly distributed in Portuguese society: needy families with low educational levels and a less favourable class position have the lowest levels of support over the course of married life (...). Thus, far from compensating for social differentiation between families, welfare provision stemming from informal relationships would appear to reproduce and reinforce existing social inequalities and to offer less support for those who most need support” (Wall et al., 2001, p.230). Tal como no estudo anterior, também aqui as relações sociais activadas são preenchidas por um parentesco restrito, sendo os pais dos casais as figuras centrais da rede, mais ainda no que toca aos cuidados às crianças. Na verdade, o inquérito confirmou o lugar-chave da criança no quadro das solidariedades: não só o nascimento do primeiro filho intensificou o volume global de apoios recebido pelos casais; como, de todas as ajudas por eles recebidas ao longo da vida, os cuidados às crianças constituiu o tipo de ajuda mais frequente: 51% dos casais receberam; em 80% dos casos tratou-se de uma ajuda prestada pelos seus pais, ou antes, pelas suas mães, já que se trata do apoio mais feminizado de todos. Mas também aqui as desigualdades sociais são manifestas, com as mulheres pouco ou nada escolarizadas a terem menos apoio nos cuidados aos filhos. Esta questão torna-se ainda mais premente quando se observa as soluções de guarda adoptadas por estes casais quando o primeiro filho tinha entre 1 e 2 anos (Wall et al., 2001; Wall, 2005c). Nas

situações em que as mães trabalhavam a tempo inteiro, o recurso à rede familiar era, sem dúvida a solução mais comum. No entanto, na ausência desse suporte, os casais com menos recursos ficavam mais desprotegidos pela maior dificuldade em acederem a soluções formais ou informais pagas. As situações em que os filhos ficaram em casa com as mães sendo elas activas (18% de casos), mais comuns nos meios populares, levantou a hipótese da existência de soluções precárias, “em que a guarda da criança pode não estar devidamente assegurada” (Wall, 2005c, p.516).

Um estudo qualitativo sobre os cuidados às crianças em famílias monoparentais maternas da Área Metropolitana de Lisboa, realizado no contexto de um projecto internacional, aprofundou aquela questão (Wall et al., 2002). Há uma tendência para as famílias destas mães sós, activas e com filhos pequenos, se mobilizarem para dar resposta às necessidades de conciliação que elas sentem no seu dia-a-dia, sendo os seus pais os principais prestadores de apoio. A sua disponibilidade pode assumir diversas modalidades, desde a co-residência, ao apoio partilhado com outros familiares (como o pai da criança) ou com serviços formais; passando pela ajuda intensa, embora mantendo a autonomia residencial. Vários foram os factores identificados que configuram as respostas ao problema da conciliação nestas famílias, como a maior ou menor presença do pai no quotidiano das crianças, ou o tipo de transição para a monoparentalidade (jovens solteiras, mulheres solteiras independentes e divorciadas/separadas). Mas as variáveis socioeconómicas são fundamentais para compreender as soluções encontradas por estas mulheres na ausência de apoio familiar: “A estratificação das famílias monoparentais faz com que as mulheres mais qualificadas e com rendimento elevado consigam assegurar a autonomia do seu agregado doméstico sem riscos de pobreza e de crianças abandonadas (...); o mesmo já não pode dizer-se de outras mães sós que, não tendo fortes apoios informais, caem em situações de privação e de falta de cuidados às crianças” (idem, 660). São, em suma, situações em que não há conciliação, em que as crianças ficam sozinhas em casa, por vezes por longos períodos, ou entregues a irmãos (um pouco) mais velhos.

A vinda de uma criança é, inegavelmente, um momento forte da vida familiar, que diz respeito não apenas aos pais, como as teses do isolamento da família conjugal faziam crer, mas também a outros parentes, em especial os avós. A mobilização gerada em seu torno, e dos serviços e cuidados que implica, parece não ter paralelo noutros momentos do ciclo de vida das famílias. A criança é, assim, um elemento ímpar na (re)afirmação das solidariedades intergeracionais. Contudo, nem todas as famílias têm

estas *relações activadas* (Portugal, 1995): a morte, a distância geográfica, a falta de disponibilidade, a ausência de um «oferecer-se para cuidar» (Wall et al., 2002, p.659), no caso dos cuidados às crianças, podem tornar vulneráveis os quotidianos de algumas famílias, como é o caso das monoparentais maternas (Capucha et al., 2002). Falhando a *solidariedade de subsistência*, como designa Pitrou (1978) é posta a nu a fragilidade de determinados meios sociais, mas também os *limites* (Nunes, 1995) de um Estado e de uma Sociedade ditos de providência.

Capítulo 3

O modelo de análise e as opções metodológicas

Na presente etapa deste itinerário procuramos dar a conhecer as coordenadas do modelo de análise que orientará, daqui em diante, a abordagem do lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas. Falamos da definição do objecto, da operacionalização dos conceitos-chave e da enunciação das hipóteses de trabalho. Trata-se, portanto, de definir o “norte” da pesquisa. Na verdade, o título e o subtítulo da tese – *Famílias, fecundidades e funções dos filhos. O impacto do tempo e dos contextos sociais* – anunciam já as escolhas feitas, nomeadamente no que se refere ao objecto e às hipóteses.

Mas também há que esclarecer que parte importante do desenho da pesquisa e das opções metodológicas assumidas não podem ser desligadas do contexto específico da produção desta tese, a saber, o facto de ela estar vinculada ao trabalho de campo do Projecto «Famílias no Portugal Contemporâneo» (FPC), no qual se adoptou uma estratégia metodológica norteada para a indagação extensiva a partir de um grande inquérito por questionário a famílias portuguesas com filhos⁶³. A primeira decisão de fundo que tivemos que tomar foi se deveríamos restringir-nos ao material empírico recolhido através deste instrumento ou se deveríamos complementá-lo com outro tipo de abordagem, designadamente de carácter intensivo. Decidimos pelo primeiro cenário, pois rapidamente demos conta não só do manancial de informação disponível, da qual teríamos que abdicar em parte em prol da complementaridade das abordagens, como das suas potencialidades para responder às nossas interrogações de partida.

3.1. A delimitação do(s) objecto(s): a fecundidade e as funções dos filhos

Como tivemos oportunidade de sublinhar, o lugar da criança na família é um tema que, desde meados do século XX, tem despertado o interesse dos mais variados quadrantes das Ciências Sociais: desde a demografia à história, desde a sociologia e a antropologia à economia. Esta aproximação plural – quer de pontos de vista, quer de instrumentos de trabalho – deu origem a leituras necessariamente distintas da mesma realidade social, mas também reverteu num saber acumulado e mais interdisciplinar.

⁶³ Ver no Anexo I o guião do Inquérito FPC.

Uma herança tão importante quanto incontornável na abordagem deste tema é a que nos legou Ariès no início dos anos 60, ao fazer luz para a cumplicidade existente entre a mudança na presença *quantitativa* da criança na família e a mudança na *qualidade* dos laços que se tecem entre as duas. Mas tanto a tese precursora de Ariès como os desenvolvimentos que conheceu promoveram a ideia do “modelo procriativo único” das sociedades ocidentais contemporâneas, que tem como pilares fundamentais o primado dos afectos e a restrição intencional das descendências ancorada na representação normativa dos dois filhos.

Este é, em rigor, o nosso ponto de partida, pois pretendemos equacionar o tema em questão em duas linhas: a da **fecundidade das famílias** e a **das funções que os filhos desempenham no quadro da vida familiar**. Na verdade, não temos um e sim dois objectos de análise, independentes entre si e cada um com a sua lógica interna. Trata-se de uma opção legítima que já estava presente quando se construiu o instrumento de inquirição – o questionário FPC –, de modo a permitir tratar os dados autonomamente sem perder a dinâmica própria de cada objecto. Inclusivamente, como referimos na introdução, já foi ensaiado um primeiro olhar sobre o tema num trabalho anterior, mas que apenas versou sobre a fecundidade das famílias portuguesas (Cunha, 2000).

Por outro lado há a esclarecer que, à semelhança dessa primeira abordagem, a que pretendemos agora encetar também se inscreve, no essencial, no campo estrito da sociologia da família. De facto, pistas para investigar aqueles dois objectos a partir deste ponto de observação são amplamente proporcionadas pelas interessantes pesquisas de Bassand e Kellerhals (1975) e de Kellerhals et al. (1982) realizadas em contexto suíço, mas também por outras mais recentes de âmbito nacional, extensivas e intensivas, que dão conta das práticas e dos valores tanto no domínio da fecundidade como no das funções dos filhos (Almeida, 2003; Almeida, 2004; Pinto, 1998; Wall, 1998a/2003). Ora, em capítulos anteriores já tivemos ocasião de falar destas pesquisas, bem como do modo como contribuíram para o entendimento sociológico do lugar dos filhos na família. Mas importa agora referir em que medida estes trabalhos subsidiaram, de forma complementar e decisiva, o quadro em que se desenvolveu a presente pesquisa. Antes de mais, na triagem das dimensões a analisar, embora tenhamos tentado imprimir alguma singularidade na construção dos objectos em estudo.

3.1.1. A operacionalização da fecundidade

No campo das Ciências Sociais, a fecundidade tem sido observada, intensa e privilegiadamente, numa óptica demográfica. Trata-se de um fenómeno fundamental analisado pela demografia que dá conta, a par da mortalidade, das dinâmicas naturais das populações que esta disciplina procura descrever. Mas a sua conceptualização neste quadro é, em rigor, de natureza descritiva – “fenómeno, em relação com os nados-vivos, que informa sobre a *performance* reprodutiva de uma população, normalmente feminina, num determinado momento” (Rosa e Vieira, 2003, p.163) – e o seu indicador por excelência, o índice sintético de fecundidade, apenas é aferidor de práticas: “indicador conjuntural que informa sobre o número médio de filhos que cada mulher, no final do período fértil, teria se as condições de fecundidade observadas num dado momento se mantivessem inalteradas no percurso dessas mulheres pelas várias idades do período fértil [15-49 anos] ” (idem. p.164).

A proposta que aqui lançamos é a de entender a fecundidade em sentido mais amplo, enquanto objecto sociológico que pretende certamente descrever, mas também interpretar, este domínio específico da vida familiar; e que não se reduz às práticas, designadamente ao número de filhos. Logo, são quatro os conceitos-chave que cobrem, do nosso ponto de vista, os aspectos essenciais da fecundidade enquanto objecto de interesse de uma sociologia da família: *as aspirações, as representações, as práticas e as tensões procriativas*⁶⁴.

As aspirações procriativas

Este primeiro conceito encerra as “metas” individuais que cada um, de forma mais ou menos consciente, coloca para si mesmo no campo da fecundidade. Estas “metas” podem ter contornos muito ou pouco precisos e podem ser formuladas precocemente, numa idade ou etapa do ciclo de vida em que ainda está distante a perspectiva da sua realização (Almeida, 2004), ou mais tarde, já no quadro da vida em casal, traduzindo o resultado da negociação conjugal. Por outro lado, as aspirações têm uma dinâmica própria, na medida em que as “metas” traçadas podem ser estáveis ao

⁶⁴ Ver no Anexo II o quadro-síntese da operacionalização dos conceitos-chave da fecundidade e das funções dos filhos.

longo do período fértil, mas também podem estar sujeitas a sucessivas redefinições (Miller, 1987).

Ora, a operacionalização do conceito passa pela definição de duas dimensões de análise: a dos **projectos procriativos**, os cenários que se procuram realizar neste domínio, i.e., ter filhos ou não; e a do **ideal situado**, o número de filhos que se deseja alcançar num dado momento. Mas, para dar conta da dinâmica das aspirações, incluímos na análise uma componente de temporalidade, que permite aferir o que se passa em dois momentos do ciclo de vida familiar: no momento anterior à abertura da carreira reprodutiva, que designámos de **inicial**; e no momento da própria inquirição, que designámos de **actual**. Da articulação entre dimensões e componentes resultaram três indicadores: o **projecto inicial** e o **ideal inicial**, ou seja, se se queria ter filhos antes da abertura da carreira reprodutiva e a dimensão da descendência que se desejava alcançar então; e o **projecto actual**, a intenção presente, quando já se tem pelo menos um filho, de encerrar a carreira reprodutiva ou, bem pelo contrário, de aumentar a descendência.

O ideal inicial é, então, inspirado no trabalho de Bassand e Kellerhals (1975), que também o utilizaram para “medir” as aspirações procriativas das famílias. No entanto, o indicador a que chegámos diverge ligeiramente do por eles proposto: enquanto que o dos autores reenvia para o momento da entrada na conjugalidade – inclusivamente designam o indicador de “idéal initial ou au mariage” – a nossa proposta aponta para o momento anterior ao nascimento do primeiro filho, visto a transição para a parentalidade poder anteceder a instalação do casal. Isto significa que, em algumas situações, os filhos já podem estar presentes no início da vida conjugal, o que enviesaria o sentido do indicador. Por outro lado, como constatarem recentemente Almeida et al. (2004), os cenários procriativos podem ser desenhados muito cedo no ciclo de vida pessoal e de forma inteiramente dissociada de qualquer projecto de conjugalidade.

As representações procriativas

Este segundo conceito procura captar, antes de mais, a concepção de família que está presente no universo figurativo ou simbólico de cada indivíduo e que traduz a sua adesão (ou não) a um modelo socialmente construído e veiculado. Com efeito, cada sociedade e cada tempo histórico engendram as suas ideias de família associadas ao valor social da infância e da criança. Como concluíram vários autores a partir da análise

de inquéritos de opinião mas também de pesquisas intensivas, a imagem da família cimenta-se, como nunca antes, na figura-chave da criança: há alguns anos a esta parte que é consensual que um núcleo monoparental (sem par conjugal) é uma família, mas o mesmo não acontece com um núcleo de casal sem filhos (Barthélémy et al., 1986; Roussel, 1975; Théry, 1993; Wall, 2003). Mas se a família está ancorada na imagem da criança, quantos filhos compreende a família-modelo? Basta um? São precisos vários? Bassand e Kellerhals referem que este cenário pode ser apreendido através do **ideal abstracto**, que não só traduz o valor social atribuído à criança, como também é o indicador mais uniformizador, na medida em que é menos impregnado pelos contextos sociais das famílias. O número de filhos idealizado abstractamente é, assim, “le résultat d’une sorte de marchandage intérieur entre le *coût* du ou des enfants et leur *utilité*, entendue dans son sens large, c’est-à-dire l’ensemble de joies et réalisations personnelles attendues de la procréation” (1975, p.102).

Ora, ao longo das últimas décadas, tem-se registado a tendência para a descendência ideal passar de 2 ou 3 filhos, para uma norma mais orientada para os 2 filhos, quando tradicionalmente eram idealizadas descendências mais numerosas para o bom funcionamento da vida familiar (Bandeira, 1996; Bassand e Kellerhals, 1975; Saraceno, 1997; Wall, 1998a). De facto, como diz Saraceno, a fecundidade elevada nas sociedades tradicionais não dependia “apenas da falta de instrumentos eficazes tanto para reduzir o número de nascidos como para garantir a sua sobrevivência, mas também de um modelo familiar em que os filhos, muitos filhos, eram um bem, um recurso: não só do ponto de vista da continuidade das gerações mas também do da sobrevivência dos indivíduos” (1997, p.124). Em Portugal, onde as transformações dos comportamentos procriativos, por comparação ao panorama europeu, tiveram um impacto tardio mas profundo na curva da fecundidade, onde representações mais tradicionais do valor da criança e do seu lugar na família têm ainda algum peso em determinadas franjas sociais da população (Wall, 1998a; Pinto, 1998), que ideais abstractos encontramos?

Por outro lado, neste universo de representações procriativas também procuramos conhecer as motivações que conduzem à limitação das descendências e, em concreto, à constituição das descendências de filho único, na medida em que este cenário contrasta de forma flagrante com os ideais abstractos. Queremos, assim, conhecer as **razões** que conduzem à decisão de ficar pelo filho único, dar “voz” a este tipo de projecto familiar e conhecer as representações que o sustentam. Ora, tal como acontece com as aspirações, esta dimensão das representações tem a temporalidade

como componente e dá lugar a dois indicadores: as **razões iniciais**, quando havia um ideal inicial de filho único; e as **razões actuais**, quando há um filho único e já não se pretende ter mais.

As práticas procriativas

Este conceito abarca, essencialmente, os comportamentos procriativos das famílias e os resultados concretos a nível das diferentes facetas da fecundidade. Uma dimensão fundamental prende-se com o **planeamento dos nascimentos** – melhor dizendo, com a existência ou ausência de planeamento da gravidez – e o seu indicador é o **planeamento de cada nascimento**, ou seja, se cada gravidez foi intencional ou, pelo contrário, resultou de um “acidente”. Obviamente que se trata de um indicador superficial e que teria sido interessante complementá-lo com outros mais minuciosos, como a existência ou não de práticas contraceptivas, o tipo de métodos contraceptivos utilizados ou o tempo que decorreu entre a tomada de decisão (nos casos em que foi intencional) e a concepção. De facto, uma gravidez não planeada tanto pode resultar de uma ausência como de uma falha da contracepção, dualidade que pode encerrar estratégias procriativas muito distintas. Todavia, ficámos apenas por aquele indicador por questões de compromisso na economia das perguntas do inquérito⁶⁵ e pelo facto de haver estudos recentes que abordam detalhadamente esta temática⁶⁶.

Outra dimensão de análise prende-se com os **calendários da fecundidade**. Segundo Almeida et al. (1995/2002), é o calendário que desenha as clivagens mais expressivas na paisagem da fecundidade portuguesa: “Num contexto de impressionante uniformidade de práticas procriativas como é hoje o caso de Portugal torna-se metodologicamente interessante aprofundar a análise da fecundidade com o estudo de outros indicadores, mais finos e detalhados, através dos quais se tornam visíveis, apesar de tudo, modos e ritmos diferentes da vida familiar e, com eles, os sinais de persistentes desigualdades sociais. Um desses indicadores é, precisamente o intervalo entre os nascimentos” (idem, 1995, p. 27). Esta dimensão contempla, assim, duas componentes: a **etária**, i.e., a idade em determinados acontecimentos da vida familiar; e, justamente, os **intervalos**, o tempo (medido em anos) que decorre entre acontecimentos. A

⁶⁵ Abordaremos esta questão no capítulo seguinte.

⁶⁶ Refiro-me concretamente ao Inquérito à «Fecundidade e Família» do INE, realizado em 1997 a nível nacional, e aos trabalhos sobre a saúde reprodutiva feminina (2004) e masculina (em curso) de Ana Nunes de Almeida, Isabel André, Piedade Lalanda e Duarte Vilar.

componente etária tem três indicadores que permitem perceber se há uma entrada precoce ou tardia na vida familiar (conjugal e parental) e, por outro lado, se o tempo dedicado à parentalidade activa é amplo ou diminuto no contexto do período reprodutivo: a **idade no início da conjugalidade**; a **idade no primeiro nascimento**; e a **idade no último nascimento**. Já a segunda componente compreende quatro indicadores: o **intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento**; o **intervalo entre o primeiro e o último nascimento**; o **intervalo entre o primeiro e o segundo nascimento**; e o **intervalo entre o segundo e o terceiro nascimento**. O primeiro indicador prende-se, assim, à maior ou menor centralidade da procriação no âmbito do projecto de família. Os restantes indicadores procuram aferir se é longa ou curta a distância que dista os nascimentos dos filhos, de modo a perceber se a estratégia adoptada assenta na concentração ou no espaçamento dos nascimentos.

Por fim, o resultado mais visível e directo das práticas procriativas apreende-se através da dimensão (simultaneamente indicador) que designámos de **descendência actual**, ou seja, o número de filhos tidos até ao momento da inquirição.

As tensões procriativas

A fecundidade é uma arena da vida familiar onde estão em jogo aspirações, representações e práticas procriativas, mas também tensões entre o que se idealiza e o que se concretiza. Trata-se, portanto, de uma arena dinâmica, sujeita a sucessivos desfasamentos e ajustamentos entre desejos e resultados. O estudo longitudinal de Westoff e Ryder dos anos 70 faz, precisamente, desta dinâmica da fecundidade o seu objecto de análise (in Miller, 1987). Num primeiro momento (1970), foram inquiridas três mil mulheres com filhos acerca das suas intenções no campo procriativo – ter mais filhos ou não – e, num segundo momento (1975), as mesmas mulheres foram de novo sujeitas a inquirição. Os autores concluíram que as intenções podem mudar ao longo do ciclo reprodutivo, embora a dimensão da descendência se acomode mais vezes por baixo do que por cima.

Mas o contributo decisivo para a operacionalização deste conceito prende-se com o “índice de tensão” proposto por Bassand e Kellerhals (1975), indicador que permite medir o desfasamento existente entre os ideais e as descendências⁶⁷. Estas

⁶⁷ Detalharemos esta questão mais adiante.

tensões podem fazer-se sentir a três níveis: **entre o ideal abstracto e o ideal inicial; entre o ideal abstracto e a descendência actual; e entre o ideal inicial e a descendência actual**. Estes constituem os três indicadores de tensão, a partir dos quais pretendemos observar os sucessivos reajustamentos no campo da fecundidade.

3.1.2. A operacionalização das funções

O que os pais procuram transmitir aos (ou promover nos) filhos, por um lado, e o que procuram receber deles, ou as expectativas que neles depositam, por outro, são duas maneiras complementares de acercar a faceta mais *qualitativa* do lugar dos filhos na família. A primeira abordagem tem recebido mais atenção por parte da sociologia portuguesa, nomeadamente em pesquisas que focam as estratégias de socialização das famílias (Seabra, 1994). A presente tese propõe-se, justamente, colmatar a falta de informação a respeito da segunda a partir de uma interrogação de carácter mais exploratório, à semelhança do que tem sido ensaiado noutros países há já algum tempo (Hoffman e Hoffman, 1973; Kellerhals et al., 1982). Esta faceta do lugar dos filhos arroga-se aqui de um único conceito, precisamente, o conceito de *função*. Trata-se de revitalizar a ideia de Parsons (1955), da existência de uma estrutura de papéis que organiza, integra, dá sentido e mantém – i.e., faz *funcionar* – os sistemas sociais. No entanto, a sua análise da família conjugal contemporânea – enquanto subsistema do sistema social mais vasto – encerrava uma perspectiva limitada das funções que têm lugar no quadro da vida familiar, já que se resumiam a apenas duas: antes de mais, a socialização das crianças, que flui dos pais para os filhos, sendo que pai e mãe são investidos de papéis distintos e complementares de modo a cumprir com essa finalidade; e, adicionalmente, a estabilização emocional dos adultos, que flui em sentido inverso, i.e., dos filhos para os pais. Como comentou Dagenais: “On voit à quel point la famille devient une institution abstraite (...). Toutes les anciennes fonctions de la famille deviennent alors secondaires, subalternes, relativement à son rôle socialisateur qui acquiert une portée spécifique” (1999, p.75). Os autores que posteriormente se debruçaram sobre as funções dos filhos na família (Hoffman e Hoffman, 1973; Kellerhals et al., 1982) procuraram ultrapassar esta abordagem redutora e, de certa forma, psicologizante, auscultando a diversidade de funções que os filhos detêm, afinal, no quadro da vida familiar. Nestes trabalhos, como esclareceram Kellerhals et al., as funções “não são propriedades objectivas, mas sim uma construção social, isto é, uma

representação colectiva daquilo que se pode eventualmente esperar da criança” (1989, p.99).

Ora, a nossa proposta de apreender as funções dos filhos consiste, então, em desdobrá-las analiticamente em dois tipos: em *funções simbólicas*, que traduzem esse universo de representações que se constrói em torno da criança e que é perceptível nas expectativas que os pais colocam na sua existência; e em *funções práticas*, que dão conta do modo como essas expectativas são materializadas pela acção dos filhos, i.e., do modo como, justamente, aquelas propriedades são objectivadas.

As funções simbólicas

A operacionalização deste conceito-chave segue, em grande medida, o figurino sugerido por Kellerhals et al. (1982), que procuraram recensear as funções que, em termos simbólicos, os pais valorizam. No entanto, apesar de se tratar de uma investigação longitudinal, a auscultação ocorreu em três momentos incipientes da vida familiar – no início da vida em casal, dois e quatro anos volvidos –, enquanto que a nossa população tem características diferentes, designadamente no que respeita à idade dos filhos, como daremos conta mais adiante. Por outro lado, a literatura sociológica nacional tem feito luz sobre alguns traços característicos da sociedade portuguesa, nomeadamente no que toca a valores sobre a vida familiar (Almeida, 2003; Almeida et al., 1998; Almeida e Wall, 2001; Vasconcelos, 1998, Wall, 1998a), pelo que queremos incorporar essas reflexões na nossa observação. Por fim, também procuramos ultrapassar uma dicotomia clássica herdeira do funcionalismo parsoniano – funções expressivas *versus* funções instrumentais – avançando com uma proposta mais ampla e detalhada. São quatro, ao todo, as dimensões mapeadas: a **instrumental** e a **expressiva**, mas também a **estatutária** e a **afectiva**.

Temos, assim, três funções que se prendem com a **dimensão instrumental**. A **função produtiva**, ou seja, a sua participação nas esferas doméstica ou profissional, mais concretamente nas tarefas domésticas, na empresa familiar, ou na contribuição económica para o agregado. A **função de solidariedade material**, que remete para a expectativa de apoio, em termos económicos e de cuidados, na velhice ou em momentos de necessidade. E a **função de solidariedade emocional**, que aponta igualmente para uma expectativa de apoio, mas de contornos diferentes. Espera-se que os filhos sejam um suporte emocional constante, uma companhia ao longo da vida. A **dimensão**

estatutária é analisada a partir de quatro funções. A **função identitária**, na medida em que a maternidade reconstrói a identidade da mulher, concedendo-lhe um estatuto social que é valorizado. A **função de aquisição de autoridade**, pois os filhos constituem uma oportunidade de exercício de poder e de influência. A **função de mobilidade social**, na medida em que através dos filhos se abre um campo de possíveis no sentido de uma mobilidade ascendente. São uma *segunda oportunidade* (Kellerhals et al., 1982, p.208), transferindo-se para eles a responsabilidade de realizar ambições que são dos pais. E a **função de linhagem**, que aponta para a ideia de continuidade. Os filhos são “herdeiros”, tanto em termos práticos como simbólicos, na medida em que são portadores do património ou da história familiar. Já a **dimensão expressiva** é equacionada a partir de três funções. A **função de papel** dá conta da importância dos filhos enquanto motor de um conjunto de actividades quotidianas sentidas como gratificantes. A **função de sociabilidade lúdica** remete para o companheirismo ligado à relação parental. Os filhos são alegres companheiros de lazeres. E, finalmente, a **função socializadora** diz respeito ao papel dos filhos enquanto agentes de socialização. Ultrapassando-se a visão clássica de uma socialização familiar unilateral, os filhos são, também eles, produtores de saberes legítimos dentro da família. Aliás, estas duas funções reflectem uma imagem mais democrática da vida familiar, em que filhos e pais se nivelam na qualidade de *partenaire* (Singly, 1996, p.113). Por fim, através do isolamento dos afectos da dimensão expressiva, à qual se costuma ligar, chegámos a uma **dimensão afectiva**. Neste universo de gratificações com que a criança preenche a vida familiar incluimos, então, quatro funções. A **função afectiva** propriamente dita, i.e., os filhos enquanto fonte inesgotável de prazer. A **função afectiva extrema**, quando é neste laço que é depositada a expectativa de reduto afectivo, de amor único e perene. A **função afectiva alargada**, que traduz a ideia de que a criança faz sentido não só na ordem sentimental dos pais, mas também de outros parentes. A criança faz sentido, então, para a família em sentido amplo. E a **função simbólica de coesão**, que remete para a ideia dos filhos enquanto expressão do amor entre os cônjuges. Eles resultam da e alimentam a história do casal. É, portanto, a partir destes indicadores que pensamos apreender a constelação de valores positivos associados aos filhos.

As funções práticas

Esta vertente do lugar dos filhos dá conta do seu papel prático no quadro das interacções quotidianas. Como é evidente, estas funções podem ser observados a diferentes níveis da vida familiar, como nos lares, nas conversas, ou na integração no exterior (Aboim, 2004/2005a). Todavia, elegemos somente uma dimensão de análise, a **produtiva**, justamente aquela que, no que toca aos filhos, apresenta os sinais mais claros de diluição nas sociedades ocidentais, fruto da extensa malha de transformações que tem exercido uma força centrífuga sobre as crianças e os jovens.

A nossa proposta passa, então, por apreender a eventual participação dos filhos nas esferas clássicas da produção da vida familiar e doméstica, ou seja, no **trabalho doméstico** e no **trabalho profissional**. A primeira componente tem como indicadores: a **participação nas tarefas**, i.e., se os filhos fazem tarefas domésticas frequentemente; a **intensidade da participação**, o número de tarefas que fazem com frequência; a **autonomia da participação**, se assumem sozinhos o desempenho de alguma tarefa ou, pelo contrário, partilham as tarefas com outras pessoas do agregado doméstico; e o **tipo de tarefas**, ou seja, o recenseamento das tarefas mais ou menos quotidianas que costumam executar. Mas há ainda outro indicador, diferente dos anteriores, que diz respeito à **norma situada de partilha das tarefas**, o tipo de divisão do trabalho doméstico, mais ou menos igualitária, que se procura promover junto dos filhos⁶⁸. Por seu lado, a segunda componente engloba três indicadores: a **ocupação actual**, a situação dos filhos face ao mercado de trabalho e ao sistema de ensino; os **rendimentos**, ou seja, se auferem rendimentos do trabalho (ou mesmo outros); e a **contribuição para as despesas**, se participam de alguma forma nas despesas do agregado com os rendimentos auferidos.

Em suma, é a partir deste conjunto de indicadores que pretendemos investigar, à revelia das tendências dominantes, a existência de um papel activo dos filhos na esfera produtiva (doméstica e profissional) nas famílias portuguesas contemporâneas.

⁶⁸ Neste caso específico, o tipo de divisão do trabalho doméstico que a mãe procura promover entre ela e os filhos.

3.2. As hipóteses

A presente etapa da investigação é, em simultâneo, um ponto de chegada e um ponto de partida, pois a definição das hipóteses constitui o balanço entre as interrogações iniciais, o itinerário teórico, a construção do modelo analítico e o trabalho empírico a prosseguir. Em *Famílias, fecundidades e funções dos filhos*, desde cedo que ficou clara a nossa intenção de interpelar o “modelo procriativo único” das sociedades ocidentais contemporâneas, assente em dois traços decisivos: a “norma dos dois filhos” e o primado dos afectos. Trata-se de uma concepção redutora do lugar da criança na família, que se deve, em grande medida, às transformações emblemáticas que ocorreram nestas sociedades ao longo do século XX. Falamos das tendências demográficas, e em concreto da queda da fecundidade, e da evolução da estrutura económica e social, que libertou as crianças e os jovens das atribuições instrumentais que lhes estavam consignadas no quadro da vida familiar tradicional. O nosso propósito é, então, o de devolver uma imagem matizada do lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas, quer a nível da fecundidade quer a nível das funções, auscultando com esse fim as representações, os valores, mas também o terreno das práticas. Ora, as hipóteses dão a conhecer as linhas de desenvolvimento daqui decorrentes, mas também ensaiam algumas respostas à luz do conhecimento que tem sido produzido acerca desta temática, nomeadamente na e sobre a realidade portuguesa. São cinco, as nossas hipóteses. Passemos a explicitá-las.

A **primeira hipótese**, mais genérica, prende-se exactamente com essa intenção de avançar uma perspectiva alternativa à do “modelo procriativo único”, que podemos designar de **perspectiva da diversidade**. Não se pretende, no entanto, pôr em causa a centralidade dos afectos ou da norma ideal dos dois filhos. Ela está profusamente documentada. Pretende-se, isso sim, ir além deste primeiro retrato, pois defendemos que há modos bem diversos de representar e construir o lugar filhos nas famílias contemporâneas. De tal maneira que pensamos ser pertinente falar em *fecundidades* e em *funções*, justamente para restituir a natureza plural a esta realidade. Estamos em crer que esta diversidade pode ser observada no universo das aspirações e das representações procriativas e nas expectativas que são depositadas na relação com os filhos, fazendo luz para ideais menos normativos – ora mais ambiciosos, ora mais contidos – e para a valorização de funções que ultrapassam amplamente a dimensão dos afectos, ou seja, funções expressivas, estatutárias e mesmo instrumentais. Mas a diversidade também

pode ser observada na arena das práticas, seja nas descendências mais e menos numerosas e nas carreiras reprodutivas mais e menos domesticadas, seja nas experiências desiguais dos filhos face às atribuições domésticas e profissionais. O facto é que a sociedade portuguesa é muito destoante, em virtude do seu processo de “modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998). A vida familiar reflecte isso mesmo, apresentando feições mais modernistas ou, pelo contrário, mais institucionais (Almeida et al., 1998; Aboim, 2004), como se de uma convergência de tempos sociais se tratasse. No nosso entender, a fecundidade e as funções dos filhos são, assim, lugares-chave para retratar esta paisagem social heterogénea. E este é também o mote para avançarmos com as duas hipóteses seguintes, pois é de *famílias* que falaremos.

A **segunda hipótese** prende-se justamente com esta imagem da vida familiar enquanto ponto de encontro de tempos sociais cruzados, para confrontar a ideia da ruptura categórica entre o passado e o presente no que respeita ao lugar dos filhos na família, ideia essa que, de certa forma, decorre dos estudos históricos clássicos sobre a evolução da concepção de infância e dos sentimentos para com a criança (Ariès, 1988; Badinter, 1980; Shorter, 2001). De modo algum pretendemos questionar a magnitude das mudanças que ocorreram nos últimos séculos ou mesmo nas últimas décadas. Aliás, o nosso propósito é o de apreender, justamente, o sentido das mudanças que têm vindo ocorrer nos anos mais recentes, mas captando simultaneamente os traços de ruptura e os de continuidade no lugar dos filhos nas famílias portuguesas, pois estamos em crer que é desta combinação de forças que resulta o retrato que hoje temos desta realidade. Queremos, portanto, perceber o **impacto do tempo social**, a partir das diferentes coortes de entrada na maternidade que coexistem neste retrato. Estes diferentes momentos da formação da vida familiar têm, então, como pano-de-fundo momentos-chave da nossa história recente, desde o início dos anos 70 até meados dos anos 90.

A **terceira hipótese** surge na linha de um filão que tem dado provas da sua potencialidade explicativa da diversidade em análise. Referimo-nos ao **impacto dos contextos sociais** na fecundidade das famílias e nas funções que são atribuídas aos (e valorizadas nos) filhos. A escolaridade, a classe social e a trajectória da condição perante o trabalho são as nossas variáveis-chave. De facto, no que toca ao primeiro objecto, as pesquisas que elegeram a escolaridade, a classe social, o estatuto sócio-profissional, ou o rendimento para compreender as aspirações e os comportamentos procriativos das famílias, contribuíram de modo significativo para a elucidação das clivagens e das especificidades que subsistem para lá dos grandes traços que estruturam

a fecundidade contemporânea (Bassand e Kellerhals, 1975; Kellerhals et al., 1982; Almeida et al., 1995/2002/2004; INE, 1998/2001; Cunha, 2000). Já em relação ao segundo objecto, alguns estudos vieram apontar para a importância que algumas funções de natureza estatutária e instrumental ainda detêm em contextos sociais pouco qualificados. Ora, a sociedade portuguesa prima ainda por um tecido social onde predominam as baixas qualificações tanto escolares como profissionais⁶⁹, pelo que há franjas sociais que são mais permeáveis àqueles valores de certa forma tradicionais e que os reproduzem e accionam nos seus quotidianos, como é o caso emblemático das famílias camponesas (Wall, 1998a; Pinto, 1998). Por conseguinte, estamos em crer que as fecundidades pouco domesticadas, os valores instrumentais e estatutários e a participação dos filhos na esfera produtiva se associam a estas famílias; enquanto que as fecundidades mais domesticadas e as infâncias mais poupadas às atribuições produtivas se ligam a contextos familiares mais qualificados, onde não só estas funções são desvalorizadas como são, de facto, dispensáveis no dia-a-dia destas famílias.

Estas constituem, portanto, as hipóteses centrais a testar a partir do material empírico. Mas, como é usual num trabalho de investigação desta natureza, à medida que se avança na análise dos resultados vão surgindo novas interrogações. Deste vai-e-vem entre teoria e empiria resultam mais duas hipóteses.

A **quarta hipótese** relaciona-se com a questão das descendências de filho único. Trata-se de uma realidade que importa analisar, pois destoa com o quadro normativo vigente com tradução no modelo dos dois filhos. Poderíamos equacionar se serão razões de índole hedonista que explicam este fenómeno, o que levaria, a seu tempo, à insinuação de um novo modelo de descendência ainda mais contido. Mas, o que nós defendemos, é que não se trata tanto de uma preferência, mas antes de um **“projecto parental mínimo”**, de modo a garantir o bem-estar e a promoção social dos filhos. São, portanto, os constrangimentos que as famílias sentem no seu quotidiano que conduzem a esta decisão. Já Almeida e Wall, a propósito da evolução da fecundidade portuguesa, frisaram a questão: “num contexto de forte regressão das taxas de mortalidade infantil, de recuo das formas tradicionais de vida agrícola, de laicização crescente dos comportamentos quotidianos, de consolidação do Estado Providência e das suas malhas de assistência, de avanços consideráveis da escolarização, de um nível alto de taxas de emprego feminino, o extraordinário investimento que os casais hoje fazem na

⁶⁹ Ver Sociografia mais adiante.

socialização escolar das suas crianças (...), pelos custos que acarreta é, porventura, um dos maiores incentivos à limitação do número de filhos” (1995, p.41). Por outro lado, a participação generalizada das mulheres portuguesas no mercado de trabalho obriga a pensar a questão da conciliação com a vida familiar (Guerreiro, 1998), particularmente a propósito da guarda das crianças pequenas (Torres e Silva, 1998; Wall e Guerreiro, 2005). A insuficiência de respostas públicas, aliada à precariedade das informais, torna difícil o quotidiano de algumas famílias (Wall et al., 2001/2002), pelo que estamos em crer que pode constituir um forte incentivo à limitação dos nascimentos.

Finalmente, a **quinta hipótese** diz respeito à **desigualdade de género** no lugar dos filhos na família. Apesar das mudanças que têm ocorrido no domínio da igualdade desde o 25 de Abril, que tem conduzido a uma maior indiferenciação de papéis de género no interior da família, nomeadamente entre cônjuges, esta é uma aquisição mais discursiva, a nível dos valores, do que concreta, a nível das práticas (Torres, 2001; Aboim, 2006). A ideologia da igualdade, cúmplice de uma vida familiar fundada nos afectos, esbarra, então, com quotidianos em que as atribuições produtivas ainda são *genderificadas*.

3.3. As linhas de investigação do lugar dos filhos no âmbito do projecto «Famílias no Portugal Contemporâneo»

Como ficou claro desde o início, a produção desta tese tem lugar no quadro do projecto “Famílias no Portugal Contemporâneo: momentos de transição, interações familiares e redes sociais” (ICS/UL e CIES/ISCTE)⁷⁰. O seu objectivo fundador consistiu em “investigar as *formas familiares no Portugal contemporâneo*, através de uma análise das estruturas da família (composição interna e rede familiar de parentes), das dinâmicas conjugais e parentais (formação e funcionamento do casal e da família; projectos e práticas de parentalidade; estratégias de fecundidade e socialização) e das solidariedades familiares (trocas intergeracionais, nomeadamente entre gerações envelhecidas e mais jovens)” (Wall, 1995, s.p.). Fazendo eco de algumas das interrogações que os cientistas sociais têm vindo a colocar a propósito das mudanças

⁷⁰ O Projecto foi apresentado ao Programa Praxis XXI em 1995, teve início em 1997 e foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A equipa de trabalho incluiu investigadores de três instituições: Karin Wall (coordenadora), Ana Nunes da Almeida, Piedade Lalande, Sofia Aboim, Rodrigo Rosa e Vanessa Cunha, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Maria das Dores Guerreiro e Pedro Vasconcelos, do CIES/ISCTE; e Isabel André, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

demográficas e familiares da sociedade ocidental contemporânea – declínio da fecundidade e da dimensão dos agregados domésticos, aumento dos divórcios, dos casamentos civis e das uniões de facto – o projecto FPC procurou enriquecer o conhecimento da situação portuguesa em transformação mas com especificidades próprias (por exemplo, a manutenção da proporção elevada de famílias complexas), contribuindo deste modo com dados novos para a reflexão e o debate sobre as famílias portuguesas com filhos (Wall, 1995/2005a).

Outro objectivo importante foi o de ultrapassar a imagem estática que a maioria dos inquéritos nos devolve, como acontece, por exemplo, nos recenseamentos da população. Privilegiar a temporalidade e a dinâmica da vida familiar como dimensões fundamentais de análise passou, portanto, pelo questionamento sistemático de alguns tópicos – como a composição do grupo doméstico, ou a condição perante o trabalho e o nível de escolaridade da mulher e do cônjuge – em três momentos-chave da vida familiar: a *entrada na conjugalidade*, a *entrada na parentalidade* e o *momento actual*, em que há filhos em idade escolar.

Não é possível dissociar inteiramente as nossas linhas de investigação dos objectivos estabelecidos e das opções tomadas no âmbito deste projecto. A nossa participação teve início quando as interrogações de partida e os objectivos essenciais estavam a ser traçados, mas houve necessidade de adequar os interesses pessoais aos interesses comuns e de inscrever o objecto e as linhas de investigação no quadro das coordenadas da “pesquisa-mãe”. A construção do instrumento de trabalho foi o resultado do compromisso entre as reflexões e as problematizações individuais, o debate contínuo e aprofundado em equipa e a necessidade de cada um proceder a uma economia de perguntas tendo em vista os objectivos globais. A nossa contribuição fundamental consistiu, então, na introdução de uma vertente sólida e o mais aprofundada possível sobre o lugar dos filhos no quadro da vida familiar.

3.3.1. Uma aproximação feminina e extensiva à vida familiar

Uma das opções mais importantes, que orienta de modo decisivo o nosso enfoque sobre o lugar dos filhos nas famílias portuguesas, prende-se com a resolução de entrar na vida familiar apenas a partir dos olhares e das experiências das mulheres. Foram várias as razões que conduziram a tal. Antes de mais, tratando-se de uma primeira fotografia da vida familiar em Portugal, o instrumento de pesquisa – um

inquérito por questionário de âmbito nacional – procurou obter respostas para inúmeras questões que a Sociologia da Família, mas também a Antropologia, vinham formulando há alguns anos, não só internamente como em debates de dimensão internacional⁷¹. Daqui resultou um instrumento de inquirição pesado, que obrigou a fazer opções de fundo, como foi aquela. Mas o que perdemos ao deixar cair a perspectiva masculina da vida familiar, ganhámos na observação mais profunda da perspectiva feminina, que permitiu chegar a retratos diversificados da vida familiar em Portugal (Wall, 2005a).

Ora, esta linha de investigação atravessa, naturalmente, toda a nossa análise da fecundidade das famílias e das funções dos filhos. Assim sendo, estamos perante uma fecundidade que é, em rigor, feminina. Isto não significa que ela não seja marcada pela experiência conjugal, no sentido em que ocorre, em regra, no âmbito da vida em casal⁷². Inclusivamente, pode ser o resultado da negociação do casal ou mesmo da sobreposição da vontade do homem sobre a da mulher. Mas não deixa de ser uma fecundidade feminina, na medida em que é a “narrativa” reprodutiva da mulher que vamos investigar: as suas aspirações, representações e tensões; os seus calendários e as suas descendências. Por outro lado, quando temos em conta as funções dos filhos, é justamente as expectativas das mulheres-mães que queremos apreender, os seus quadros de valores, bem como a imagem que devolvem do trabalho doméstico e profissional dos filhos, ao contrário de outros estudos sobre esta realidade do trabalho dos filhos que privilegiaram a perspectiva das próprias crianças, embora comparando-a, por vezes, com a dos pais (Pinto, 1998; Fialho, 2000/2003; Sarmiento et al., 2000).

A decisão de captar a diversidade dos modos de representar e construir o lugar dos filhos nas famílias portuguesas a partir do ponto de vista das mulheres-mães tem ainda outros efeitos práticos na pesquisa, já que é à luz dos seus contextos e “tempos” que vamos apreender as clivagens sociais e o sentido das mudanças. A **escolaridade**, a **classe social** e a **trajectória da condição perante o trabalho das mulheres**, bem como a **coorte de entrada na maternidade** são, assim, as variáveis em jogo. Trata-se de uma resolução que tem pertinência do ponto de vista analítico – pois são as experiências e os universos valorativos femininos que estão no centro do nosso olhar –, mas também do ponto de vista sociológico. Antes de mais, não há dúvida que a condição social da mulher portuguesa foi palco de profundas mudanças ao longo da segunda metade do século XX. O pleno acesso ao mercado de trabalho e ao sistema de ensino, a par das

⁷¹ Sobre este assunto ver Wall (2005b).

⁷² Ver Sociografia mais adiante.

conquistas de Abril e da Constituição de 76 no plano da igualdade, tiveram um impacto decisivo na reconfiguração da vida familiar em geral e no papel da mulher nas esferas pública e privada em particular (Machado e Costa, 1998; Almeida et al., 1998; Almeida e Wall, 2001). Ainda assim, sobre este pano de fundo desenrolam-se diferentes experiências familiares, tanto a nível das práticas como a nível dos valores, em grande medida balizadas pelos contextos sociais de existência, constituindo o lugar dos filhos na família uma arena privilegiada para auscultá-las.

Por outro lado, estudos sobre a fecundidade que analisaram os percursos reprodutivos de homens e mulheres (INE, 1998/2001) ou mesmo de casais (Kellerhals et al., 1982) concluíram que a condição social das mulheres – com destaque para a escolaridade – influi mais nas estratégias procriativas das famílias do que a dos homens: “le niveau de formation de l’homme n’est en relation avec la fécondité du couple qu’en raison de la formation de l’épouse; c’est là le facteur déterminant” (idem, p. 216). O facto é que a “segunda revolução contraceptiva” (que se consolidou, justamente, em torno de métodos como a pílula e o DIU), ao mesmo tempo que permitiu aos casais accionarem um planeamento familiar mais eficaz, também atribuiu à mulher o ónus quer da vigilância contraceptiva quer da sua suspensão, quando se equaciona a vinda de um bebé. A diversidade de práticas e de valores que subsiste neste domínio (INE 2001; Almeida 2004) está, assim, intimamente ligada à condição social das mulheres, ao recurso desigual aos métodos contraceptivos, aos significados atribuídos à criança e à maternidade e à sua centralidade na construção da identidade pessoal e do projecto familiar (Lalanda, 2003/2005).

3.3.2. A população-alvo e a amostra

Como dissemos, trata-se de um inquérito à vida familiar mas em que a população-alvo é constituída pelas mulheres portuguesas com filhos. Central na sua delimitação é o critério etário, tanto no que diz respeito à idade actual da mulher – entre 25 e 49 anos – como do filho – entre 6 e 16 anos. Quisemos, de algum modo, uniformizar as etapas do ciclo de vida, concentrando o nosso olhar num período particularmente intenso da vida familiar em termos de carreira reprodutiva e de inserção no mercado de trabalho por parte dos casais, e de frequência da escolaridade obrigatória, por parte dos filhos. A existência de um laço conjugal é, portanto, outro critério importante, ficando excluídas as situações de monoparentalidade. Mas pode

tratar-se tanto de uma primeira conjugalidade como de outra, formalizada pelo matrimónio ou não. Privilegiou-se ainda, no momento actual, a co-residência do cônjuge e de pelo menos um filho da inquirida, de modo a não introduzir elementos dissonantes na compreensão das lógicas de funcionamento do universo doméstico (por exemplo, uma situação comum que perturba a organização do quotidiano familiar é o facto do marido estar emigrado). Resumindo, a população-alvo é constituída pelas *mulheres portuguesas entre os 25 e os 49 anos, a viverem actualmente em conjugalidade e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos*.

A especificidade dos critérios, a par da oportunidade de realizar um inquérito a nível nacional, levaram a que a construção da amostra e a aplicação do questionário ficassem a cargo do Instituto Nacional de Estatística (INE)⁷³. O inquérito foi aplicado entre Março e Junho de 1999, a cerca de 3 mil famílias, a partir de três amostras: uma representativa do Continente; uma representativa da Área Metropolitana de Lisboa; e uma representativa da Região Autónoma dos Açores. Nesta investigação apenas tratámos os dados referentes à amostra do Continente. Após a eliminação de alguns que não cumpriam todos os critérios fundamentais da construção da amostra ficámos com 1776 casos válidos com a seguinte distribuição (NUTS II): o Norte com 669 casos (37,7% da amostra); o Centro com 310 casos (17,5%); Lisboa e Vale do Tejo com 645 casos (36,3%); o Alentejo com 90 casos (5,1%); e o Algarve com 62 casos (3,5%).

3.4. Os indicadores, as perguntas e o tratamento do questionário

As perguntas que são colocadas num instrumento de inquirição constituem, como se sabe, o culminar de um processo minucioso de definição de conceitos, dimensões, componentes e indicadores. No caso concreto da presente investigação, demos conta do processo de construção do modelo analítico no capítulo anterior. Mas agora é o momento oportuno para dar a conhecer como é que aquele trabalho se traduziu em questões do inquérito FPC, questões essas que ora reenviam directamente para os respectivos indicadores, ora têm de ser sujeitas a procedimentos estatísticos mais elaborados (recodificações, novas variáveis) de modo a responderem às nossas interrogações. Do primeiro tipo é, grosso modo, a correspondência entre as perguntas e

⁷³ O questionário foi informatizado por dois técnicos de INE, sob a supervisão da equipa de investigação. Quanto às amostras, foram construídas por uma técnica daquela instituição, a partir das bases de dados dos «Inquéritos ao Emprego».

os indicadores respeitantes às **aspirações** e às **funções simbólicas**. Trata-se, justamente, de indicadores que já foram testados com sucesso em trabalhos que constituíram para nós importantes fontes de inspiração (Bassand e Kellerhals, 1975; Kellerhals et al., 1982). A nível das **aspirações** foi ensaiada uma abordagem de natureza mais exploratória, o que deu azo a um questionamento aberto. As **práticas** e as **tensões procriativas** e as **funções práticas** implicaram, em regra, colocar várias questões e/ou realizar tratamentos estatísticos mais morosos. Apenas alguns dos seus indicadores foram directamente traduzidos, como os que se prendem com o planeamento dos nascimentos e com a participação dos filhos na esfera profissional. Já a descendência actual, os indicadores de calendário e a participação dos filhos na esfera doméstica foram construídos e reconstruídos a partir de questões dispersas do inquérito, como o ano de nascimento da inquirida e de cada filho, a idade com que iniciou a conjugalidade, o número de filhos co-residentes e não co-residentes, ou as pessoas do grupo doméstico que fazem as tarefas sempre ou muitas vezes⁷⁴. Vamos, então, passar a explicitar o tratamento de algumas questões do questionário que resultam em variáveis pertinentes, i.e., que dão conta da realidade que queremos conhecer.

3.4.1. O tratamento das perguntas abertas

Um primeiro tipo de procedimentos prende-se com o trabalho de codificação e de recodificação das respostas às perguntas abertas. Foram cinco as perguntas formuladas deste modo, respeitantes aos seguintes indicadores: **ideal inicial** e **ideal abstracto**; **razões iniciais** e as **razões actuais** para ter um filho único; e “**outras**” **funções** dos filhos socialmente valorizadas.

No caso dos ideais, não houve uma codificação prévia apenas por uma questão prática, ou seja, devido ao grande número de categorias que poderiam assumir. Por outro lado, não queríamos estabelecer à partida uma última modalidade de resposta mais abrangente (como “3 e mais filhos” ou “4 e mais filhos”) e sim fazê-lo só depois de analisar as primeiras frequências da variável. Mas se esta estratégia resultou com o ideal inicial, já o ideal abstracto revelou-se uma surpresa, pois um número importante de inquiridas não tinha uma ideia concreta a este respeito, dando respostas mais vagas como “2 ou 3 filhos” ou “mais do que um”. Apesar de ser útil analisar esta variável

⁷⁴ Ver no Anexo III o quadro-síntese de indicadores, perguntas e categorias de resposta.

nominal do ponto de vista meramente descritivo, e assim perceber que há representações mais e menos precisas acerca do modelo ideal de descendência, a nossa intenção era ter uma variável operativa, que permitisse a rápida comparação do indicador com outros vizinhos, ou seja, com o ideal inicial e a descendência actual. Por conseguinte, foi necessário criar duas novas variáveis, desta feita numéricas. A primeira, ainda intermédia, dá conta da média das respostas⁷⁵. A segunda, a partir da anterior, em que as casas decimais são arredondadas à unidade⁷⁶. É esta última versão do ideal abstracto que é apresentada e discutida na segunda parte da tese.

Os indicadores das razões deram origem a questões abertas justamente pelo facto de terem um carácter exploratório, pois, se alguns estudos procuraram mapear as motivações que sustentam a decisão de não ter filhos (Houseknecht, 1987; McAllister e Clarke, 1998; Toulemon, 1995; Heaton et al., 1999), já as razões que determinam uma dada descendência, como é esta do filho único, têm sido menos investigadas⁷⁷. Assim, numa primeira etapa procedemos à listagem e à codificação de todas as respostas das inquiridas. Como, mais uma vez, era possível dar mais do que uma resposta foram atribuídos, em cada caso, tantos códigos como as respostas expressas. Na segunda etapa passámos à recodificação da variável em categorias mais inclusivas, mantendo ainda a diversidade interna das respostas. Finalmente, na terceira etapa, seleccionámos só a primeira razão referida (na maioria dos casos, a única), na medida em que as categorias múltiplas, ao aumentarem grandemente as modalidades de resposta, dificultavam a análise da informação. Por outro lado, já que o nosso interesse se voltou mais para o conteúdo das razões apontadas e menos para o número de respostas expressas, considerámos esta opção de corte⁷⁸ mais útil do que, por exemplo, reuni-las na categoria “outras”, que serviu somente para respostas inclassificáveis.

As “outras” funções dos filhos tiveram um tratamento em tudo semelhante às razões. O objectivo primeiro deste questionamento consistiu em dar espaço para a emergência de funções para além daquelas que propusemos. Temos consciência que a variável a que chegámos não foi devidamente aproveitada na nossa análise, o que se

⁷⁵ Por exemplo: “2 ou 3” = 2,5.

⁷⁶ Por exemplo: “3,5” = 4. A opção de arredondar para cima não é meramente técnica e sim teórica: quando uma inquirida diz que o seu ideal abstracto é “3 ou 4 filhos” significa que, a nível das representações, concebe uma família com 4 crianças, o que já não acontece quando diz que o ideal abstracto é “3 filhos”.

⁷⁷ Em Cunha (2000) procurou-se conhecer as razões associadas não só às descendências de filho único, como de 2, 3 e 4 ou mais filhos.

⁷⁸ Neste caso, a selecção da primeira razão e a eliminação das restantes obedeceu a um critério técnico, o único que nos pareceu legítimo.

prende com constrangimentos de tempo, mas deixa, sem dúvida, pistas para abordar os significados associados aos filhos em futuras pesquisas.

3.4.2. A construção de novas variáveis

Como referimos, para chegarmos a alguns indicadores foi necessário construir novas variáveis. Exemplo disso é o da **descendência actual**, para o qual foi ensaiado uma pergunta específica – os filhos dados à luz pelas inquiridas (Q7.3) – mas que revelou alguns problemas, pelo que tivemos que construir uma nova variável a partir da soma de outras três⁷⁹. Na verdade, aquela variável não só omitia os casos de filhos adoptivos, que queríamos ver contabilizados, como incluía as situações de filhos falecidos, o que não faz sentido no âmbito deste indicador.

Outro exemplo é dado pelos indicadores das **tensões procriativas**, que foram inspirados no “índice de tensão” proposto por Bassand e Kellerhals para medir o desajustamento entre o ideal abstracto e o ideal situado. O enfoque sobre o impacto dos contextos económicos e sociais na fecundidade das famílias levou os autores a tentarem perceber que famílias pensavam não conseguir realizar o ideal abstracto de três e mais filhos, que era então relativamente comum⁸⁰ (1975, p.116). O nosso questionamento é um pouco mais amplo, pois não só queremos conhecer quem não reproduz o seu ideal abstracto no seu ideal inicial, mas também quem não concretiza efectivamente esses ideais na descendência, independentemente de se tratar de dois, três ou mais filhos. Por outro lado, também queremos retratar o cenário inverso, i.e., a realidade de quem supera na prática os seus próprios ideais. Trata-se de uma questão ainda pertinente na sociedade portuguesa, apesar de todo o caminho que já foi percorrido no sentido de um planeamento familiar consistente. Mas, para construir estas variáveis, não utilizámos o cálculo matemático que deu origem àquele “índice de tensão” (idem, p.115) e sim alguns procedimentos informáticos mais simples de construção de novas variáveis a

⁷⁹ Número de filhos co-residentes da inquirida (da actual conjugalidade e de anteriores relações) + número de filhos não co-residentes da actual conjugalidade + número de filhos não co-residentes de relações anteriores.

⁸⁰ Estes resultados conduziram os autores a uma interessante reflexão, colocando a problemática da fecundidade de uma forma completamente inovadora para a época: “Il est en effet courant de poser le problème social de la natalité en termes d’enfants non désirés, de familles surchargées par les grossesses. Or, si cela réfère à une certaine réalité, on peut cependant manquer de s’interroger aussi sur la raison pour laquelle la majorité des familles ne s’estiment pas aptes, à cause de leur condition sociale, à réaliser des ambitions pourtant assez modestes, puisqu’elles ne dépassent pratiquement jamais trois enfants” (Bassand e Kellerhals, 1975, p.116).

partir de outras, nomeadamente do ideal inicial, do ideal abstracto e da descendência actual⁸¹.

Os indicadores do **calendário da fecundidade** também foram construídos a partir de questões dispersas do questionário, mesmo no caso da idade no início da conjugalidade. Ao privilegiarmos a situação de facto em detrimento do estado civil foi necessário ter em conta as diferentes modalidades de entrada na vida conjugal – união de facto, casamento religioso, casamento civil – conhecer a sequência e a ordem dos acontecimentos e as idades em cada um deles, para determinar aquele que ocorreu em primeiro lugar. Já a idade no nascimento dos filhos (primeiro e último) foram calculadas a partir das datas de nascimento das inquiridas e desses filhos. É preciso acrescentar que foi necessário ordenar previamente as datas de nascimento dos filhos, da mais antiga à mais recente, pois elas foram referidas de forma aleatória. Quanto aos intervalos, foram construídos a partir das variáveis anteriores, mais as datas de nascimento do segundo e do terceiro filho.

Por fim, os indicadores que dão conta da **participação dos filhos no trabalho doméstico** também implicaram algum trabalho para chegar a variáveis relevantes do ponto de vista estatístico. Tanto mais que a inclusão de questões sobre o trabalho doméstico no guião do questionário tinha objectivos mais amplos – mapear todas as pessoas do grupo doméstico activamente implicadas na realização de um certo leque de tarefas em três momentos distintos da vida familiar (Wall, 2005a) – e deu lugar a outros tratamentos da informação recolhida (Aboim, 2004/2005a; Wall e Dore, 2005). No caso da nossa investigação, só nos interessava a produção doméstica no momento presente, em que há pelo menos um filho entre os 6 e os 16 anos, e o protagonismo dos filhos nesta esfera. Assim, a primeira variável que construímos procurou dar conta da sua participação efectiva, i.e., se realizam sempre ou muitas vezes pelo menos uma das 11 tarefas recenseadas. A segunda variável procurou conhecer a intensidade dessa participação, a partir da contabilização das tarefas que realizam. Com a terceira procurámos perceber se o seu desempenho é autónomo, ou seja, se asseguram alguma tarefa sozinhos, ou é partilhado com outras pessoas do grupo doméstico. Finalmente, a última variável pretendeu fazer o mapa do tipo de tarefas realizadas pelos filhos.

⁸¹ A título ilustrativo, exemplificamos o mecanismo utilizado para criar uma das variáveis de tensão – neste caso, a tensão entre o ideal abstracto e o ideal inicial –, bem como as três modalidades que pode assumir, mecanismo esse que se repete na construção das restantes variáveis: **IF** ideal abstracto > ideal inicial $\Rightarrow$ *tensão negativa*; **IF** ideal abstracto < ideal inicial $\Rightarrow$ *tensão positiva*; **IF** ideal abstracto = ideal inicial $\Rightarrow$ *ausência de tensão*.

3.4.3. As variáveis independentes

Tendo em vista apreender a diversidade dos modos de representar e construir o lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas elegemos algumas variáveis explicativas. Uma opção de fundo que fizemos foi a de construí-las a partir dos dados biográficos das mulheres-inquiridas, justamente porque é a sua visão da vida familiar que queremos registar e devolver. Assim, vamos dar conta dos contextos sociais e da passagem do tempo social a partir de quatro variáveis: a escolaridade, a classe social, a trajectória da condição perante o trabalho e a coorte de entrada na maternidade.

Começando pela coorte, pensámos que seria interessante analisar as mudanças que têm vindo a registar-se no lugar dos filhos nas famílias ao longo das últimas décadas, a partir de uma variável directamente relacionada com esta temática. Tal foi proporcionado pelas próprias características da amostra, que, ao reunir mulheres que foram mães desde o início dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX, permite ter como pano-de-fundo este tempo socialmente rico da história portuguesa recente. O indicador que dá origem à coorte é, então, o ano de nascimento do primeiro filho das inquiridas.

Quanto à trajectória da condição perante o trabalho, quisemos ter uma variável que observasse a relação das mulheres com o mercado de trabalho ao longo do tempo, relação essa que não é obrigatoriamente estável durante a vida activa. Tal foi possível, pois um dos objectivos fundadores do projecto FPC foi, justamente, o de “construir um olhar sobre o tempo interno das famílias” (Wall, 2005a, p.39), pelo que houve alguma preocupação em caracterizar com detalhe as inquiridas e os seus contextos familiares em três “momentos-chave”: o início da vida em casal, o nascimento do primeiro filho dessa conjugalidade e o momento actual em que há pelo menos um filho em idade escolar. Foi, portanto, a partir de uma versão simplificada da condição perante o trabalho nesses três momentos – com trabalho e sem trabalho – que reconstituímos as prováveis trajectórias das inquiridas: “sempre com trabalho”, “com trabalho em 1 ou 2 momentos” e “sempre sem trabalho”⁸².

⁸² Dizemos provável, pois não conhecemos o que se passa efectivamente nos intervalos daqueles momentos-chave. Apesar do risco de podermos cometer algumas imprecisões, pensamos que, mesmo assim, a trajectória da condição perante o trabalho é uma variável original, que dá conta de uma situação interessante que dificilmente se apreende com a variável clássica: as entradas e saídas do mercado de trabalho.

Já no que respeita à escolaridade e à classe social – variáveis incontornáveis na observação da diversidade social no panorama português, como é sobejamente conhecido – optámos por utilizar apenas as que dizem respeito ao momento presente, não só para não dificultar a análise, como pela sua maior “imobilidade” por contraste como a variável anterior⁸³. A classe social das inquiridas foi construída em estreita articulação com a actividade sócio-profissional. Mas para além da profissão principal, que codificámos a partir da Classificação Nacional das Profissões 1994 (desagregação a três dígitos), também foram indexadas às nossas categorias quer a situação na profissão (isolado, patrão com menos de 5 empregados, patrão com 5 ou mais empregados e assalariado), quer a escolaridade, de forma a diferenciar algumas situações socialmente distintas⁸⁴.

Para além destas variáveis independentes sistematicamente evocadas ao longo da análise dos resultados, há ainda um conjunto de variáveis que apenas foram observadas na terceira parte da tese. Trata-se das características da descendência, a partir das quais procuraremos destacar as desiguais funções dos filhos no quadro da vida familiar. Falamos do sexo de todos os filhos, do sexo e da idade do filho mais velho e do número de filhos co-residentes.

3.5. Breve sociografia do inquérito

Temos, assim, um conjunto de variáveis que permitem fazer um breve retrato do inquérito FPC⁸⁵. São variáveis que dão a conhecer as famílias portuguesas a partir dos dados biográficos das inquiridas e de caracterização dos seus contextos sociais (quadro 1.12). Mas também que dão a conhece-las a partir de um outro prisma, a saber, de um olhar sobre as descendências (quadro 1.13).

⁸³ Apenas cerca de 8% das inquiridas continuam a estudar após o início da conjugalidade.

⁸⁴ Para conhecer com mais detalhe o processo de construção da variável classe social ver Aboim et al. (2005).

⁸⁵ Para ter um retrato mais detalhado ver Aboim et al. (2005).

Quadro 1.12 – Dados de caracterização biográfica e social das inquiridas (N e %)

Caracterização biográfica e social	N	%
Idade actual (1999)		
25-29 anos	77	4,3
30-34 anos	349	19,7
35-39 anos	569	32,0
40-44 anos	512	28,8
45-49 anos	269	15,1
Conjugalidade		
Primeira	1680	94,6
Segunda	96	5,4
Vínculo conjugal		
Casamento	1698	95,6
União de facto	78	4,4
Coorte de entrada na maternidade		
Até 1974	73	4,1
1975-1979	288	16,2
1980-1984	516	29,1
1985-1989	538	30,3
A partir de 1990	361	20,3
Escolaridade		
Sem escolaridade	78	4,4
Ensino primário	710	40,0
Ensino preparatório/básico	596	33,6
Ensino secundário	199	11,2
Curso médio/licenciatura incompleta	100	5,6
Licenciatura ou grau superior	93	5,2
Classe social		
Empresárias e Dirigentes (ED)	19	1,1
Profissionais Intelectuais e Científicas (PIC)	170	9,8
Profissionais Técnicas e de Enquadramento Intermédio (PTEI)	63	3,6
Independentes e Pequenas Patroas (IPP)	257	14,9
Empregadas Executantes (EE)	352	20,4
Empregadas Não Qualificadas do Terciário (ENQ)	246	14,2
Operárias Industriais (OI)	473	27,4
Assalariadas Agrícolas (AA)	57	3,3
Camponesas (C)	92	5,3

(cont.)

(cont.)

Caracterização biográfica e social	N	%
Trajectória da condição perante o trabalho		
Sempre com trabalho	918	51,8
Com trabalho em 1 ou 2 momentos	635	35,9
Sempre sem trabalho	218	12,3
Total da amostra	1776	100

Central na definição da amostra é, como vimos, a idade das mulheres: à data da inquirição (1999) estas tinham entre 25 e 49 anos. O intervalo modal é de 35-39 anos (cerca de um terço), mas é logo secundado pelo intervalo 40-44 anos. A média etária situa-se, então, nos 38,6 anos. Outro critério era a existência de laço conjugal: todas as inquiridas vivem em casal. Tratando-se, na grande maioria dos casos, da primeira conjugalidade, esta também tende a estar formalizada pelo casamento (mais frequentemente religioso, mas também civil). Apenas 5% das inquiridas se encontram numa segunda conjugalidade e 4% vivem em união de facto com o seu companheiro, embora seja superior o número daquelas que coabitaram antes de casar⁸⁶. O último critério era, então, as inquiridas terem pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. A entrada na maternidade é, assim, uma transição-chave da vida familiar pela qual todas passaram, o que ocorreu entre 1969 (apenas 5 casos) e 1993, embora a maioria destas mulheres tenham sido mães durante a década de 80.

Quanto às variáveis contextuais destacam-se as baixas qualificações escolares e profissionais, como não podia deixar de ser no quadro de uma amostra representativa da população portuguesa. Quase metade das inquiridas têm no máximo o antigo ensino primário – sendo de realçar o facto de haver quem ainda não tenha qualquer grau de ensino (4%) – e apenas 11% têm frequência universitária. Por outro lado, as posições de classe ligam-se sobretudo às actividades sócio-profissionais pouco qualificadas do secundário e do terciário – com destaque para as operárias (27%) e as empregadas pouco ou nada qualificadas dos serviços (35%) – e para o pequeno negócio ou comércio (15%), também pautado pelos baixos recursos escolares. Nas margens deste tecido económico e social predominante encontramos segmentos com pouca expressão: as

⁸⁶ Cerca de 11% das inquiridas fizeram esse percurso conjugal: após um período mais ou menos curto de coabitação, acabaram por formalizar a relação através do casamento. Por outro lado, é mais frequente viver em união de facto em situações de recomposição familiar do que numa primeira conjugalidade. Sobre as formas de entrada na conjugalidade, os percursos conjugais, os seus significados e contextos ver Aboim (2005b).

classes mais qualificadas, em especial as de grandes empresárias ou dirigentes (1%), e as classes ligadas à condição social agrícola (9%).

Por fim, a trajectória da condição perante o trabalho confirma a importância do trabalho feminino na sociedade portuguesa, nomeadamente no período intenso da constituição da vida familiar: cerca de metade das inquiridas estiveram sempre inseridas no mercado de trabalho e mais de um terço trabalhou em algum momento. Isto significa que quase 9 mulheres em 10 passaram pelo mercado de trabalho desde o início da vida conjugal. Este resultado proporciona um retrato diferente da actividade feminina, já que, quando focamos um dado momento, é menos elevada a percentagem de mulheres empregadas⁸⁷. Com efeito, apenas 12% apresentavam à data da inquirição uma trajectória sempre sem trabalho. A maioria dos casos corresponde, de facto, à situação tradicional da mulher doméstica, mas também há outras situações de inactividade, embora residuais, como é o caso das estudantes.

Vamos agora observar o modo como as variáveis de caracterização social das inquiridas evoluíram ao longo do período em análise (do início dos anos 70 a meados de 90), a partir da coorte de entrada na maternidade, para darmos conta da dinâmica da sociedade portuguesa contemporânea e concretamente da condição social feminina (quadro 1.13). Os capitais escolares têm evoluído de forma categórica, com o recuo muito expressivo das situações de analfabetismo e da antiga quarta classe e o avanço considerável do ensino preparatório/básico e, bem mais lento, do ensino secundário e superior. Com efeito, das inquiridas que foram mães no início dos anos 70; 14% não têm qualquer grau de ensino e 70% tem a quarta classe; apenas 10% têm o ensino preparatório/básico; e os níveis de ensino secundário e médio totalizam tão-somente 7% (não há nenhuma licenciada), ou seja, metade das analfabetas. O retrato é totalmente diferente quanto temos em conta as inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90: 42% têm o ensino preparatório e básico, 16% o secundário e 14% o superior; mas ainda há 28% de inquiridas nesta coorte que têm no máximo 4 anos de escolaridade, sendo que 2% não têm qualquer grau de ensino.

⁸⁷ À data da inquirição, que corresponde ao momento onde a actividade feminina atinge os valores mais elevados, era de 73 a percentagem de mulheres empregada. Ver no Anexo IV a condição das inquiridas perante o trabalho nos três momentos.

Quadro 1.13 – Evolução das características sociais das inquiridas, segundo a coorte (%)

Contexto Social	Coorte de entrada na maternidade					Todas
	Até 1974	1975-79	1980-84	1985-89	A partir de 1990	
Escolaridade	(CC=,295; Sig=,000)					
Sem escolaridade	13,5	8,3	4,3	2,8	1,9	4,4
Ensino primário	70,3	53,8	45,9	32,0	26,0	40,0
Ensino preparatório/básico	9,5	23,6	30,6	39,5	41,8	33,6
Ensino secundário	4,1	5,9	8,5	14,5	15,8	11,2
Curso médio/licenciatura incompleta	2,7	5,6	5,8	4,8	7,2	5,6
Licenciatura ou grau superior	-	2,8	4,8	6,3	7,2	5,2
Total	100	100	100	100	100	100
Classe social	(CC=,175; Sig=,002)					
ED + PIC	4,2	9,4	10,5	11,4	13,8	11,0
PTEI	4,2	2,2	2,4	5,6	3,7	3,6
IPP	25,0	20,2	13,7	14,5	11,0	14,9
EE	12,5	15,9	22,0	20,8	22,2	20,3
ENQ	8,3	17,0	16,4	12,1	13,2	14,2
OI	34,7	27,4	26,1	26,2	29,2	27,4
AA	2,8	2,2	2,6	4,4	3,7	3,3
C	8,3	5,8	6,3	5,0	3,4	5,3
Total	100	100	100	100	100	100
Trajectória	(CC=,100; Sig=,021)					
Sempre com trabalho	41,9	49,0	48,2	53,5	59,1	51,8
Com trabalho em 1 ou 2 momentos	40,5	38,9	37,9	33,8	32,6	35,9
Sempre sem trabalho	17,6	12,2	14,0	12,7	8,4	12,3
Total	100	100	100	100	100	100

Em relação à classe social regista-se a diminuição das camponesas, que passam de 8% para 3% da primeira coorte para a última, bem como das independentes e das pequenas patroas, que vêm o seu peso decrescer na amostra de 25% para 11%. O recuo destas classes é acompanhado do avanço tanto das empregadas executantes, como das mais qualificadas (empresárias e intelectuais), e de uma certa estabilidade das restantes categorias. Há apenas uma nota a fazer, sobre o que parece ser uma transferência de mão-de-obra pouco qualificada do sector secundário para o terciário, protagonizada pelas inquiridas que entraram na maternidade em meados dos anos 70: diminui o peso das operárias e aumenta o das empregadas não qualificadas dos serviços. Aliás, apesar da importância que ainda detém o operariado na actividade económica, também é clara

a tendência para a terciarização do tecido económico português (Machado e Costa, 1998; Barreto, 2000).

Já quando olhamos para a trajectória da condição perante o trabalho, o que se verifica é que tem vindo a aumentar a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, seja pelo recuo da condição de doméstica – que a trajectória “sempre sem trabalho” de certa forma recobre –, seja pelo recuo das trajectórias em que as mulheres entram e saem do mercado de trabalho. De facto, a trajectória “sempre com trabalho”, apesar de ser predominante em todas as coortes, regista uma tendência para aumentar, apontando para a crescente participação na esfera profissional – regra geral, a tempo inteiro – de mulheres de um grupo etário que coincide com a constituição da vida familiar, aliás, o que nos particulariza no contexto europeu (Almeida et al., 1998).

Mas se a situação das mulheres face ao mercado de trabalho tem evoluído de forma significativa no decurso destas duas décadas, o facto é que o tipo de trajectória também tem mais ou menos expressão em determinados meios sociais (quadro 1.14). O cruzamento com a escolaridade é muito interessante, pois permite confirmar que são as mulheres com níveis de ensino secundário e superior que estão mais inseridas, de forma continuada, no mercado de trabalho, enquanto que as mulheres pouco escolarizadas (até à antiga quarta classe) estão sobrerrepresentadas na inactividade, mas mais ainda na trajectória de trabalho intermitente. Estes constituem, por assim dizer, os dois lados da moeda dos baixos capitais escolares. Já as inquiridas com o ensino preparatório/básico marcam aqui a fronteira, com uma distribuição muito homogénea pelos três tipos de trajectória.

Quadro1.14 – Nível de escolaridade, segundo a trajectória da condição perante o trabalho (%)

Escolaridade	Trajectória da condição perante o trabalho			Todas
	Sempre com trabalho	Trabalho 1 ou 2 momentos	Sempre sem trabalho	
Sem escolaridade	2,7	9,6	5,0	4,4
Ensino primário	35,5	49,5	43,0	39,9
Ensino preparatório/básico	32,7	33,9	34,6	33,5
Ensino secundário	14,4	5,0	8,8	11,2
Curso médio/licenciatura incompleta	8,0	1,4	3,8	5,6
Licenciatura ou grau superior	6,8	0,5	4,7	5,3
Total	100	100	100	100

CC=,212; Sig=,000

Observando agora as descendências das famílias (quadro 1.15), o primeiro dado a reter é que quase todos os agregados domésticos que integram a nossa amostra são constituídos apenas por filhos do casal (95%), já que estamos maioritariamente perante primeiras conjugalidades. Os restantes configuram cenários de recomposição familiar: um, em que há filhos do casal e filhos de relações anteriores, em especial das inquiridas; e outro, em que só há filhos de relações anteriores, das inquiridas ou de ambos (2 casos). Fazendo a leitura de outra maneira, 4% das inquiridas e menos de 1% dos cônjuges (11 casos da amostra) residem actualmente com filhos de relações anteriores. No entanto, 5% das mulheres e 6% dos homens afirmaram ter tido filhos anteriores. Esta diferença chama a atenção para o facto de, nas famílias recompostas nem todos os filhos das primeiras uniões residirem com o novo casal, cenário que ainda é mais frequente no caso dos homens, já que, por norma, os filhos ficam a viver com as mães após uma ruptura conjugal.

Ora, retendo apenas os casos em que as inquiridas tiveram filhos no âmbito de outras relações, verificamos que o mais comum é todos viverem com a mãe e o padrasto (68%). Contudo, também há casos em que pelo menos um ou mesmo todos não vivem actualmente neste agregado (23%). As razões para tal prendem-se, em grande parte, com o facto de esses filhos já serem independentes. Mas também há situações em que vivem com outros familiares, nomeadamente os avós. É de notar haver apenas um filho que vive actualmente com o pai. Também nem todos os filhos da actual conjugalidade residem neste momento com os pais: em 6% destas famílias há filhos fora do agregado doméstico. As razões são semelhantes às anteriores, mas têm pesos distintos. A independência dos filhos é ainda mais significativa e o seu falecimento é outra razão importante. Acontecimento que marcava a vida familiar até há bem pouco tempo⁸⁸ tem ainda alguma expressão nesta amostra: 13% das famílias com filhos da actual conjugalidade passaram por essa experiência.

⁸⁸ Basta consultar a taxa de mortalidade infantil (número de óbitos com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos), para ter uma ideia da dimensão que este fenómeno tinha na sociedade portuguesa até há pouco tempo. Segundo dados do INE, o indicador teve uma evolução notável nos últimos anos, decrescendo 77% entre 1980 e 1999. Em 1960, a taxa de mortalidade infantil foi de 77,5‰, em 1980 foi de 24,3‰ e em 2003 foi de 4,1‰. Na verdade, em 1995, Portugal deixou de ter a mortalidade infantil mais elevada da UE (passando a ser a Grécia) e em 2003 situou-se mesmo ligeiramente abaixo da média (estimada em 4,6‰) (INE, 2000; Carrilho e Patrício, 2004).

Quadro 1.15 – Dados de caracterização das descendências (N e %)

Caracterização das descendências	N	%
Filhos co-residentes		
Filhos do casal	1693	95,3
Filhos do casal e filhos da mulher	55	3,1
Filhos da mulher	17	1,0
Filhos do casal e filhos do cônjuge	9	0,5
Filhos da mulher e filhos do cônjuge	2	0,1
Filhos de relações anteriores das inquiridas?		
Sim	96	5,4
Não	1680	94,6
Filhos de relações anteriores dos cônjuges?		
Sim	107	6,0
Não	1669	94,0
Modo de residência dos filhos de relações anteriores das inquiridas		
Todos co-residentes	65	67,7
Pelo menos um não co-residente	31	32,3
Total	96	100
Razões da não co-residência dos filhos anteriores*		
“Vive com o pai”	1	2,3
“Vive com os avós”	12	27,3
“Vive com outros familiares”	3	6,8
“Saiu de casa, vive independente”	21	47,7
“Faleceu”	3	6,8
“Outros motivos”	4	9,1
Total de respostas	44	100
Modo de residência dos filhos da actual conjugalidade		
Todos co-residentes	1650	93,9
Pelo menos um não co-residente	107	6,1
Total	1757	100
Razões da não co-residência dos filhos da actual conjugalidade*		
“Vive com os avós”	5	3,5
“Vive com outros familiares”	2	1,4
“Saiu de casa, vive independente”	96	67,1
“Faleceu”	13	9,1
“Outros motivos”	27	18,9
Total de respostas	143	100

(cont.)

(cont.)

Dados de caracterização das descendências	N	%
Sexo de todos os filhos (e enteados) co-residentes		
Masculino	541	30,5
Feminino	497	28,0
Ambos	738	41,6
Sexo do filho (ou enteado) mais velho co-residente		
Masculino	965	54,3
Feminino	811	45,7
Idade do filho (ou enteado) mais velho co-residente		
6-10 anos	472	26,6
11-15 anos	592	33,3
16-20 anos	492	27,7
21 e mais anos	220	12,4
Número de filhos (e enteados) co-residentes		
1 filho	454	25,6
2 filhos	990	55,7
3 filhos	252	14,2
4 e mais filhos	80	4,5
Número de filhos que as inquiridas deram à luz		
0 filhos	7	0,4
1 filho	402	22,6
2 filhos	938	52,8
3 filhos	296	16,7
4 e mais filhos	133	7,5
Crianças (<= 16 anos) co-residentes		
Só filhos (do casal, da inquirida ou do cônjuge)	1753	98,7
Filhos e outras crianças	23	1,3
<i>Netos</i>	12	-
<i>Sobrinhos</i>	8	-
<i>Netos e sobrinhos</i>	1	-
<i>Irmãos</i>	1	-
<i>Filhos da empregada residente</i>	1	-
Total da amostra	1776	100

* Os resultados traduzem o número de respostas expressas e não o número de casos, já que há inquiridas que têm mais do que um filho não co-residente

Há ainda outras características das descendências a destacar. A maioria das famílias têm filhos de ambos os sexos e é ligeiramente mais frequente ter filhos só do sexo masculino do que do sexo feminino. E se observarmos o sexo do filho mais velho, essa tendência é ainda mais vincada, apontando para uma permanência dos rapazes até mais tarde na família de origem. Quando temos em conta a idade do filho mais velho, notamos claramente que, apesar de ter havido algum esforço de uniformização da amostra, as famílias encontram-se em momentos bem distintos dos seus ciclos de vida: um pouco mais de um quarto das famílias têm crianças até aos 10 anos; um terço tem filhos adolescentes, entre os 11 e os 15 anos; mais de um quarto tem jovens dos 16 aos 20; e os restantes têm mesmo filhos adultos co-residentes.

Olhando para o número de filhos co-residentes, observamos que mais de metade das famílias vivem com 2 filhos, cerca de um quarto vive apenas com 1 e as restantes com 3 e mais filhos. Mas se tivermos em atenção os filhos dados à luz pelas inquiridas, verificamos que sobem ligeiramente as descendências de 3 e mais filhos, o que, mais uma vez, vem chamar a atenção para o facto de nem todos os filhos estarem a residir actualmente com elas. Por outro lado, os 7 casos em que as inquiridas não tiveram filhos correspondem a situações de filhos adoptivos.

Por fim, e apenas como curiosidade, não queremos deixar de referir que nesta amostra de famílias com filhos há também, embora residualmente, outras crianças e adolescentes (≤ 16 anos) presentes no agregado doméstico actual: 23 inquiridas vivem com os irmãos, os netos, os sobrinhos ou mesmo os filhos da empregada doméstica residente. Ora, são dados que nos colocam perante a complexidade dos arranjos domésticos e as lógicas de entajuda familiar⁸⁹ e, simultaneamente, a sobreposição de etapas do ciclo de vida da família: em 13 casos, para além de mães de filhos em idade escolar (pelo menos um entre os 6 e os 16 anos), as inquiridas também têm netos co-residentes.

⁸⁹ No momento actual, 12% das inquiridas vivem numa família complexa. Sobre o assunto ver Wall (2005d).